



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012

----- No dia vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e doze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela presidente Maria de Lurdes Castro e secretariada por Joaquim José Rocha e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1- Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 – Fixação das taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- 4 – Fixação da taxa de participação variável no IRS do Município de Lousada; -----

----- 5 - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2013; -----

----- 6 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2013;-----

----- 7 - Aprovação do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal; -----

----- 8 - Autorização para atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º grau para o ano de 2013; -----

----- 9 - Autorizar a Câmara Municipal a adquirir o imóvel da Empresa Municipal “ Lousada Século XXI”; -----

----- 10 - Apresentação das atividades realizadas ao longo do ano pelas comissões de acompanhamento eleitas pela Assembleia Municipal. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: Abílio Alves, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patricia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Virginia Luzia Santos Monteiro em substituição de Cristóvão Simão Ribeiro, João Carlos Correia, Maria Emilia Chamusca, Alberto Oliveira, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Augusto Campos de Barros, Eugénio Pedro Ribeiro em substituição de Ana Margarida Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Ricardo Jorge Oliveira em substituição António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Jorge Filipe Peixoto em substituição de Branca Cecília Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Avelada, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Bessa de Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo; José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, José Luís de Magalhães Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia da Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Maria de Lurdes de Castro, num total de quarenta e quatro membros. Estiveram também presentes o senhor vice-presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Cristina Moreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. -----

----- A Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A presidente da Mesa começou por agradecer a colaboração que alguns membros deram na realização da ata da última sessão. Informou que foi instalado José Augusto Campos de Barros por trezentos e sessenta e cinco dias em substituição do membro Vanda Bragança e que o membro Emilia Chamusca substitui o membro Vanda Bragança na Comissão de Acompanhamento da habitação Social. Comunicou ainda que Virginia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro Cristóvão Simão que comunicou uma ausência por quinze dias; Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira substitui o membro Antonio Filipe Barbosa que comunicou uma ausência por trinta dias; Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o membro Branca Cecília Vieira de Sousa que comunicou uma ausência por trinta dias; Eugénio Pedro Magalhães Ribeiro substitui o membro Ana Margarida Morais da Silva Neto que comunicou uma ausência por trinta dias uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista, Elsa da Silva Duarte não se encontrava disponível e Delfina Morais da Silva Campos substitui o membro Jorge Manuel Neto que comunicou uma ausência por oito dias. Clarificou que após reunião prévia entre a mesa e os representantes dos grupos municipais, se decidiu que para discussão do quinto ponto (Documentos Previsionais) o grupo municipal do partido socialista terá mais quinze minutos, o grupo da coligação “Lousada Viva” dez minutos, a CDU- Coligação Democrática Unitária cinco minutos bem como o membro independente. -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e um minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim Mota Presidente da Junta de Freguesia de Casais. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e doze. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: Não contava vir falar sobre esta matéria, mas de maneira alguma posso deixar passar em claro um facto, que até prova em contrário, se reveste da maior gravidade. Tive o cuidado de ler como sempre faço a ata, principalmente nas passagens que oferecem ou pelo menos a mim me parecem oferecer maior interesse e verifiquei que há uma passagem da ata ou do que se passou na anterior sessão que não consta da ata. Nessa passagem, devia constar uma afirmação em que denomina um grupo parlamentar, não daqui, mas do governo ou das pessoas que integram o governo de “corja”, seguindo-se uma série de palavras que não aparecem transcritas. Não quero fazer intenções, mas esta é a verdade, se alguém duvidar da minha afirmação desafio quem quer que seja a ouvir o registo, a gravação e verificar se isso corresponde ou não à verdade. Lamento porque uma linguagem destas não dignifica nem a Assembleia e muito menos quem faz a afirmação, e se eu que tenho criticado, em conjunto, toda a atividade política que se desenrola no país, principalmente os senhores deputados que integram a Assembleia da República, se eu aceitasse, que não aceito, esse termo, teria que dizer e não levem a mal, que está incompleta a intervenção, porque além do PS devia constar também o grupo que o senhor deputado municipal em causa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

integra.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e dois minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: José Oliveira Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira.-----

----- De seguida foi posta à votação a ata da sessão de vinte e oito de setembro de dois mil e doze que foi aprovada por trinta e quatro votos a favor e dez contra dos seguintes membros: Joaquim José Bessa, Virginia Monteiro, Maria Emilia Chamusca, Claudia Patricia Lousada, Carlos Manuel Nunes, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Jorge Filipe Peixoto, Ricardo Jorge Oliveira, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira e José Campos de Barros.-----

----- Com declaração de voto do senhor Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Votei contra a ata porque efetivamente não é um pormenor, é um “por maior” a ata não retratar aquilo que aqui foi afirmado. E objetivamente trata-se de um lapso na ata, não é um lapso por acaso, me parece, e já não é a primeira vez que isto acontece. Eu percebo a dificuldade em registar tudo ao detalhe que é afirmado e até mesmo enfim, se quisermos entrar por aí, a essência desse mesmo detalhe. Só que este foi um detalhe de “por maior” como eu aqui referi e não surgindo na ata, a ata não traduz na realidade a Assembleia, na intervenção que foi proferida e que lamentavelmente utilizou aquele termo.» -----

----- Esclarecimento da Sra. Presidente da Mesa: Como eu já referi no início nós tivemos muitas dificuldades na elaboração da ata, pedimos a colaboração de vários membros porque era impercetível aquilo que foi dito. Fica registada a intervenção, a Rosário ouviu várias vezes pode ter falhado alguma coisa, não vou dizer o contrário mas tentamos ser o mais rigorosos possíveis na elaboração da ata, não foi propositado. Fique bem ciente essa questão.» -----

----- Seguiu-se a Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente, senhores membros da Mesa, senhora vereadora senhor vereador, senhor presidente da Câmara em substituição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Dr. Pedro Machado, excelentíssimos membros da Assembleia, público e comunicação social. A plataforma nacional contra a extinção de freguesias vai promover uma manifestação em Lisboa, na primeira quinzena de janeiro, exigindo a revogação da lei número vinte e dois de dois mil e doze, regime jurídico da reorganização administrativa e territorial autárquica. Se como tudo indica a lei for debatida na Assembleia da República em meados de Janeiro a plataforma ou movimento tentará fazer com que a manifestação coincida com esse mesmo dia do debate parlamentar. Desde já convocam-se todos os elementos desta Assembleia em especial os senhores presidentes da Junta que estão contra e não se reveem neste processo contra o poder local e democrático. Sendo por isso também esta ação complementar a todas as outras ações que têm vindo a ser continuadas e continuarão a ser promovidas especialmente no plano jurídico para combater a extinção de freguesias com a revogação da lei vinte e dois de dois mil e doze sem qualquer remendo ou adenda. A proposta da unidade técnica para reorganização administrativa do território que pretendia a agregação de mais de mil e cem freguesias no nosso país, no caso de Lousada dez freguesias, está a ser confrontada com vários processos legais desencadeados por muitas freguesias e alguns grupos municipais em especial daqueles que não se pronunciaram sobre a extinção de qualquer freguesia do seu concelho. Contra a aplicação de extinção feita a “régua e esquadro” nos gabinetes sem que esses técnicos conheçam a realidade desses locais a extinguir. A lei vinte e dois, dois mil e doze é muito má, acrescentando ainda mais sacrifícios ao povo e mais sofrimento, por isso não são só as freguesias a extinguir que devem estar contra a lei, as outras devem ser solidárias na sua revogação, assim como também os municípios afetados por este processo e que estão contra ela. Apesar destes ataques ao país e ao povo, salientar o fecho dos tribunais, delegações de saúde mais cortes no estado social, na cultura, na educação entre outros. Por todas estas malfeitorias é necessário que toda a população em especial aqueles que por sufrágio democrático os representam e neste caso em especial todos os eleitos locais, vistam a camisola do seu concelho e da sua freguesia e esqueçam a clubite partidária. Porque a luta do povo nunca foi inglória e continuaremos a lutar custe o que custar, porque tal como em tempos idos e nas noites mais sombrias há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e nove minutos quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: Francisco Mendes, presidente da Junta de Freguesia Lousada Santo Estevão e João Edgar Avelino presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Senhora presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição, senhores vereadores, senhora vereadora, caros colegas e excelentíssimo público em geral. Eu esta noite quis vir tomar da palavra no quadro daquilo que é a reforma administrativa na coerência daquilo que tenho afirmado, tenho dito nas Assembleias anteriores. A lei vinte e dois foi aprovada e competia a esta Assembleia em devido tempo tomar uma posição que achou pertinente não tomar. Eu trago para aqui três exemplos que são categóricos no país daquilo que foi feito e vou ler, porque é interessante perceber o que é que aconteceu por exemplo na Câmara Municipal da Amadora que é do partido socialista, na Câmara Municipal da Guarda do partido socialista e o que aconteceu por exemplo numa outra Câmara como Vila Verde. Então diz assim o enquadramento que é feito na Câmara da Amadora: “o anúncio da reforma administrativa local decorre da necessidade de adoção de um novo paradigma de gestão pública local, que responde quer à atual conjuntura económica e financeira, quer às novas exigências colocadas aos poderes públicos locais, bem como, ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo estado português no âmbito do programa de assistência económica e financeira assinado com a comissão europeia, banco central europeu e o fundo monetário internacional”. Isto é uma Câmara do partido socialista a dizer. E depois diz mais: “...o município enfrenta um novo desafio, que de conceber e aprovar de acordo com o novo quadro legal uma nova delimitação administrativa que suportará o novo modelo de governação...” Eu chamo atenção para isto “ o novo modelo de governação”. Nas conclusões diz o documento: “ ... resumindo a reorganização administrativa da Amadora cumpre os requisitos legais e acrescenta um valor que a lei exige porque traduz uma visão capaz de ajustar princípios gerais, especificidades locais. Os critérios legais estabelecidos possuem uma natureza universal, na medida em que a sua formulação abstrata suscetível de serem aplicadas em qualquer município. No entanto o êxito da sua aplicação decorre da capacidade e dos ajustes à realidade de cada território, para tal, o exercício da redução pautou-se pela universalidade do esforço e flexibilidade no desenho de várias soluções até encontrar a que melhor servisse o município. Na Amadora o território denso e diversificado, a adaptabilidade à nova reorganização no âmbito da qual se prevê o reforço de competências e recursos financeiros para as Juntas de Freguesia, é assegurado pela distribuição das funções de habitação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

educação, cultura, trabalho e lazer pela disseminação das sedes e delegações de freguesia, condições que permitem uma gestão mais próxima dos cidadãos...”. Ou seja, contra todos aqueles papões e toda a gente que afirmava que esta reforma era contra a proximidade, temos uma câmara do partido socialista, precisamente a fazer a reforma, no sentido de gerar mais proximidade e aprofundar aquilo que a lei permite fazer. Mas vamos agora a uma câmara territorialmente mais rural, a Câmara da Guarda, a Câmara tinha quarenta e tal freguesias e a maior parte delas rurais, unicamente rurais tendo apenas três freguesias urbanas, menos que o concelho de Lousada. “ ... a Assembleia Municipal assumiu assim a iniciativa de reorganização administrativa do território autárquico nos estritos termos da lei e consciente que assim poderia o concelho beneficiar de uma redução de vinte por cento das freguesias a agregar, tornando o processo mais simples e politicamente menos conflitual. Beneficiando sobretudo, além disso e em virtude dos pesados custos da interioridade freguesias rurais, demográfica económica e socialmente deprimidas e garantimos a sobrevivência enquanto freguesia.” Não foi isso que aconteceu em Lousada porque por exemplo Santo Estevão teve de ser agregado com Lustosa. “ ... O município da Guarda pode assim alcançar o desiderato legal com o envolvimento de todos os autarcas num processo exemplar que orgulha o município e seus representantes, independentemente da posição individual de cada autarca legitimamente mantendo a defesa e defendendo a relação de mérito intrínseco da lei”. Isto foi o que aconteceu na Guarda. O concelho de Vila Verde, do PSD, não vou dizer quais foram as implicações da reforma, mas o que é que ele fez? Fez uma coisa que foi aqui proposta por diversas vezes, criou uma comissão a partir do momento que surgiu o “livro verde” onde estava o presidente da Câmara e um representante de cada um dos partidos, presidente da Assembleia e um representante de cada membro da Assembleia, estava presente a área empresarial com um representante da Associação Industrial e Comercial, estava presente o representante do setor da educação, um representante do setor da saúde e o representante da Igreja. E durante este processo todo, aliás não só em Vila Verde mas nos outros concelhos que eu afirmei, houve um processo alargado de discussão em que envolveu os presidentes de Junta, os presidentes de Assembleia, envolveu a população com um conjunto de sugestões, de forma a encontrar de facto um projeto de desenvolvimento para os concelhos onde isso foi feito. Lamentavelmente este concelho, e digo isto porque infelizmente chamei aqui à atenção, diversas vezes, não quis tomar posições que efetivamente fossem de encontro a isso. E lamentavelmente, neste momento, estamos confrontados com uma proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que vem da unidade técnica que todos nós sabíamos que seria má, não fizemos nada para a travar, não tivemos a coragem de ter nesta Assembleia uma capacidade de trabalho para encontrar uma solução que fosse integradora, que fosse projeto para o futuro. E isso é uma irresponsabilidade que eu aqui dito para o futuro. Foi uma irresponsabilidade desta Assembleia, que não sei quais serão as consequências, só o futuro o dirá. Infelizmente, os “papões da proximidade”, os “papões da extinção de freguesias” efetivamente não calam em muitos concelhos deste país, porquê? Porque isso não passam efetivamente de papões. Porque agora com esta reforma, com esta proposta, indo ela para a frente, eu gostava de saber o que é que vão dizer. E gostava também de saber, se aqui alguém é ou não é favorável a uma reforma administrativa, mesmo que esta não seja aquela que nós gostaríamos de ter. E eu gostava de saber quem é que são os senhores que aqui são contra esta reforma, se agora estão dispostos a ficar e a assumir as consequências desta reforma, naquilo que ela vai implicar. Porque isto é fácil estar contra, mais difícil é trabalhar afincadamente em soluções que sejam válidas e que defendam efetivamente os interesses das nossas populações. O meter a cabeça debaixo da areia como foi feito aqui de facto é lamentável. E eu como lousadense, como autarca e como político, assumo aqui que isto não é a posição que um político sério, que um político que tem que defender as suas populações deve ter. Porque frente a isso, se a reforma avançar, eu sou dos que acho que esta reforma como está, sobretudo o quadro em que ela veio, não faz sentido nenhum, mas se ela avançar eu quero saber quem é que vai depois assumir a sua responsabilidade. Em Lousada meteu-se a cabeça na areia, infelizmente. Pobre concelho este, que tem políticos que não têm coragem, tem políticos que se vergam ao populismo e ao puro eleitoralismo e não têm a capacidade de em devido tempo defender aquilo que é necessário para as populações.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e três minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor vereador Dr. Pedro Machado em substituição do senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, excelentíssima Assembleia, excelentíssimo público e senhores representantes da comunicação social. Pode parecer um bocado descabida a minha intervenção, dado que sou um homem com convicções, mas é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

propósito de convicções que vou falar. Não tive oportunidade na Assembleia anterior de me referir ao problema, faço-o agora. Está em causa, um comentário, uma afirmação do senhor vereador Dr. Pedro Machado na reunião do executivo de dezassete do nove, e diz a certa altura o senhor vereador: “A Câmara auscultou as Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia e apenas uma das vinte e cinco freguesias do concelho mostrou disponibilidade para ser extinta, Caíde de Rei, sendo nossa convicção que as tomadas de posição dos órgãos dessa freguesia não refletem o sentimento da respetiva população”. Mal vai um político, quando age por convicção, contra os legais representantes das populações. Por coincidência a única freguesia que foi objeto deste comentário é Caide de Rei, dá-me o sistema democrático em que vivemos o direito de também ter a convicção de que por detrás de tudo estarão guerrilhas pessoais, embora de carácter político. E a ter também a convicção de que com este procedimento, à semelhança de alguns outros que já aqui referi, o senhor Dr. Pedro Machado não tem nenhum perfil ou tem pouco perfil para ser um candidato ganhador.» -----

----- Eram vinte e duas horas e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Delfina Morais da Silva Campos em substituição de Jorge Manuel Neto -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia, Mesa, senhor vice-presidente da Câmara, senhores vereadores caros colegas, público e comunicação social. Quando se falava em ética, em bom comportamento, tem aqui algumas palavras que são dirigidas ao Dr. Pedro Machado, em boa hora, para apregoar tudo aquilo que vinham aqui dizer. Sem um sentido exaltado como foi aqui a timbre, eu gostaria de perguntar ao senhor presidente da Junta de Silvares qual foi o sentido de voto que a sua Assembleia de Freguesia teve quanto à reforma administrativa, foi contra não foi? Está respondido, não vou falar em mais nada. Também pensei que vinha aqui referir, veio criticar o PS, o PS nuns sítios é a favor noutros é contra. Como sempre nós dissemos: fomos a favor em Lisboa porque houve efetivamente uma discussão alargada, fomos a favor na Guarda, na Amadora e muitos outros sítios mas deu-me três exemplos mas eu posso dar-lhe para aí cento e alguns em que o PS é contra. E é contra devido às razões mais do que uma vez já delineadas, foram bem apresentadas até no programa “Prós e Contras” em que nós vimos um governante, um secretário de estado sem qualquer tipo de argumentos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conseguir dizer se há alguma coisa válida acerca desta reforma administrativa, algo que poderia beneficiar as populações, alguma coisa que seja. Todos os argumentos foram rebatidos principalmente pelos próprios autarcas do Partido Social Democrata. Isso é que é a verdadeira questão, tal como vocês que votaram todos contra, penso que não é preciso camaras de filmar para ver o sentido de voto, espalhado por todo o concelho, para ver o sentido de voto que foi tomado na última Assembleia. O PSD-Lousada e o CDS também são contra a reforma administrativa e ainda bem, tal como nós e penso que juntos iremos lutar contra esta reforma porque ainda há tempo. Mas ainda assim tenho uma intervenção a fazer relativamente a isto, isto foi apenas um à parte. A questão da reforma administrativa do poder local foi debatida algumas vezes nesta Assembleia houve discussão, posições expressadas, principalmente desde fevereiro até setembro e na última Assembleia Municipal todas as forças partidárias, PS, coligações PSD/CDS, CDU e Independente decidiram por unanimidade assinar um documento conjunto expressando a sua discordância acerca da extinção de freguesias. O posicionamento do PS-Lousada acerca desta matéria sempre foi claro e único desde o início, tal como a grande maioria das forças partidárias presentes nos diversos concelhos do país, estamos contra este tipo de reforma, da maneira que está a ser feita. Mas se repararmos esta reforma incluída no memorando não é só a extinção de freguesias, ela comporta em si quatro eixos e faça-se aqui justiça ao facto de em Lousada já termos cumprido um deles mesmo, sem a *Troika* o exigir, estou a referir-me à diminuição dos cargos de dirigentes. Por outro lado o setor empresarial, não penso que seja um problema em Lousada. O PS concorda desde o princípio e desde o primeiro dia com a reforma da lei eleitoral, mas esta, é curioso, nem sequer passou no entendimento entre PSD e o CDS, o que era mais simples ser aprovado, que era uma reforma da lei eleitoral em que o PS também estava de acordo, nem isso conseguiram entender. É claro que também é verdade, o PS nada tem contra aqueles concelhos que assertaram uma reforma pensada, cuidada como foi o caso, como já referi de Lisboa, Amadora e Guarda onde até a promoveu. O que não concordamos é com o posicionamento de um governo que obriga a concretização da reforma à revelia das populações. A nosso ver a opinião das populações nas Assembleias de Freguesia e nas Assembleias Municipais devia ser vinculativa, não somos contra só porque temos uma mera atitude reacionária de combate, sem soluções, mas sim defendemos algo proactivo, envolvente e defensor das populações. Por isso mesmo as Juntas foram consultadas, emitiram os seus pareceres, pareceres esses na sua grande maioria, contra a extinção de freguesias o que veio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

reforçar a nossa posição, tanto PS, PSD, a maior parte, votou contra a extinção de freguesias. E aqui está o cerne da questão, se todas as freguesias de Lousada eram contra, exceto uma que andava ali na ambiguidade, o que iríamos propor à Assembleia da República? Esta é uma Assembleia que representa o povo, se a grande maioria, noventa e nove virgula nove por cento era contra, a resposta só teria que ir contra essa reforma. Outro ponto que eu também acho necessário falar aqui, é o nosso total repúdio à forma como o UTRAT está a fazer esta reforma. Eu já sei que nós iríamos ser penalizados, é conhecido, seria falacioso estar a dizer o contrário, mas eu acho que chega a um ponto em que toda a gente acha que a UTRAT tem que ser incompetente, porque nós já sabíamos que iriam fazer traçados ao calha, já sabíamos que esta questão de Boim, Cristelos e Ordem ia acontecer. Mas quer dizer, eles não são meros voluntários. Penso que são pessoas capazes que estão lá mandatadas, neste caso pelo PSD e CDS, o PS não tem lá ninguém, porque não aceitou, como é lógico. Toda a gente aceita de forma passiva que esta unidade faça o traçado como entender, servindo quase, como um elemento castigador para com aqueles que não enviaram pareceres. Estamos a falar, mais uma vez, de pessoas que têm obrigação de saber o que fazem, de conhecer o poder local. E que por exemplo conseguiram uma coisa extraordinária de em Alcácer do Sal fazer uma freguesia maior do que região autónoma da Madeira. Conseguiram também, ao contrário daquilo que foi apregoado, nos concelhos que apresentaram pareceres dentro do que era solicitado, foram ainda mais além, quiseram que houvesse uma extinção de mais freguesias. E nós temos aí exemplos bem conhecidos, principalmente nos concelhos que nos rodeiam. Portanto foi mais que debatido que esta reforma da forma que está a ser feita não cumpre sequer com as exigências da *Troika*, não gera poupança que é a primeira coisa que o ponto três ponto quatro diz, não aumenta, a meu ver, a eficiência e muito menos reforça a prestação do serviço público, é certo que muita gente pode achar que sim. E por outro lado também acaba com a forma voluntariosa como muitos de vocês trabalham, de uma forma quase que gratuita em prol de todas as vossas freguesias. Esta reforma nasceu inquinada, apreçada e está a ser feita de forma atabalhoada, contrariando a necessidade, isso sim, de uma regionalização, de algo bem feito e que contrarie de uma vez por todas o centralismo de Lisboa. Nem os próprios governantes mais uma vez conseguiram esgrimir um único elemento válido para segurar a pertinência desta reforma, a não ser a necessidade de o Miguel Relvas ter a única vitória possível neste mandato. O Relvas deve querer ser conhecido como o Mouzinho da Silveira dos tempos modernos mas de certeza vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conhecido pelos motivos que todos nós sabemos. Para terminar, esta reforma ainda não está fechada, cabe agora aos deputados na Assembleia da República porque não é certo que isto fique assim, só se eles quiserem, esses mesmos, terão a última decisão nesta reforma, terão a missão de tentarem saber o que é que o povo dos seus concelhos, por este país fora pretendem e se calhar votar consoante aquilo que o povo de Lousada, de Paços de Ferreira, o que sejam, acham pertinente para o seu concelho. Eu espero que esta reforma malfadada não consiga ir em frente e que todos vós, presidentes de Junta consigam legalmente impedi-la.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente de Mesa, estimado executivo, estimados colegas, estimado público e comunicação social. Antes de mais eu gostaria de deixar uma nota do dicionário de língua portuguesa que diz o seguinte: “corja – depreciativo, bando de pessoas consideradas desprezíveis ou de mau carácter”, para mim este governo é composto por pessoas desprezíveis e de mau carácter e afirmá-lo-ia em qualquer sítio que fosse. Não sei qual foi o problema. Segunda questão, senhor capitão Campos de Barros relativamente à sua intervenção, com a devida vénia, fez aqui um ataque pessoal, a uma pessoa que na última semana se revelou como candidato à Câmara Municipal de Lousada pelo partido socialista. Eu apenas gostaria de lhe lembrar uma coisa que foi publicada hoje no jornal e que diz o seguinte: “ o líder dos social-democratas de Lousada, (o aqui vereador Agostinho Gaspar) sustentou também que a menos de um ano de eleições autárquicas já começaram as provocações pessoais” e cita-se as quais não deverão ser respondidas: “ devemos seguir o nosso caminho, apresentar as nossas propostas aos lousadenses e deixar os ataques pessoais para os outros, referiu”. Eu sei que é independente, senão já estava aí com um processo disciplinar. E vou-lhe dizer outra, isto não é para si, é para o senhor vereador Agostinho Gaspar, é preciso ter uma “lata” muito grande, uma “lata” tão grande que só lá se pode ficar enlatado, porque dizer isso quando nos últimos meses, os pregadores, os jograis do PSD, a mando da bicéfala liderança do PSD-Lousada começaram aqui a fazer ataques pessoais como aqueles que realizaram aqui na última Assembleia com insinuações e difamações. É preciso ter mesmo muita “lata”, porque aqui nunca houve ataques pessoais a pessoas identificadas do PSD e há-o em muitos sítios. E eu posso demonstrá-lo e prová-lo onde foram feitos ataques a pessoas concretas e relativamente a matérias públicas e já discutimos isso aqui. Portanto seja honesto e seja sincero.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhores dirigentes da coligação PSD/CDS de Lousada. A bela e generosa opção do senhor Miguel Relvas, que poderei traduzir com o seguinte dilema: “Ou concordas que eu te mate, ou não concordas. Se concordares, mato-te com sete facadas. Mas se não concordares, então terei que te matar com dez facadas” é este o dilema que representa esta situação. Rendo-me ao estilo literário, quase poético da expressão “a política é a arte das opções”, senhor Dr. Fausto, mas essa arte de que fala não passa de dar mais ou menos facadas nas costas das populações que nos elegeram. É em boa verdade, nua e crua e numa linguagem simples e direta, a opção da “traição” a essas mesmas populações, que não concederam a ninguém qualquer mandato para o fazer. Em doze de julho em Assembleia de Freguesia de Silvares: “Ponto dois - Apreciação e votação de pareceres sobre o agrupamento ou não da freguesia de Silvares no quadro da Lei 22/2012 de trinta de Maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. Depois de ter sido analisado e discutido o assunto, por todos os membros presentes na Assembleia, foi votado por unanimidade o parecer (em anexo), apresentado por António José Couto dos Reis. Que resulta na resposta negativa e unânime à integração/fusão de Silvares com qualquer outra freguesia e à integração/fusão de qualquer outra freguesia em Silvares”. Repito, “foi votado por unanimidade o parecer”, isto é o senhor Dr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta da Freguesia de Silvares, também votou favoravelmente este parecer que recusava qualquer proposta de integração/fusão de qualquer freguesia com Silvares ou vice-versa. Vou terminar só com a última frase, e acabo desta maneira: desta lei cega e injusta, leio-lhes a seguinte citação de S. Mateus: “Deixai-os; cegos são e condutores de cegos; e se um cego guia a outro cego, ambos vêm a cair no barranco”» -----

----- Resposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do senhor Xavier Pires. A propósito da extinção de freguesias eu hoje recebi uma mensagem de que o PSD-CDS já agendou para seis de dezembro a discussão do assunto na Assembleia da República. Portanto falou-me em janeiro, mas pelos vistos vai ser em dezembro. É de facto muito preocupante para quem não tem dúvidas a este respeito, para quem teve sempre uma posição muito clara desde o início, como o partido socialista de Lousada teve desde do início, não andou aqui a recuar, a dar passos à frente e passos atrás, a ver o que os outros iam fazer para tomar uma posição. E o PSD foi isso que fez desde do início, abriu o véu, mas depois fechou-se em copas, enfim, todos nós nos lembramos de incidentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de abandonar Assembleias, etc., continuamos com essa posição clara de sermos contra esta reforma. Julgo que na anterior Assembleia Municipal o senhor presidente já se prontificou a ajudar todos os presidentes de Junta e Assembleias de Freguesias que queiram impugnar judicialmente esta reforma. Neste momento consideramos que ainda não é o momento oportuno, porque o que existe é um mero parecer da Unidade Técnica. Tudo indica que a Assembleia da República, a maioria de direita venha aprovar uma lei, a questão que se discute e a dúvida que existe é se vai haver no fundo, trezentas e oito propostas, uma para cada um dos concelhos ou se vai haver uma proposta única. Eu diria e não tenho grandes dúvidas vai ser uma proposta única, que é para amarrar completamente os deputados para eles ficarem mais confortáveis, para terem uma desculpa de dizerem que votaram a proposta em bloco. Senão eu queria ver, por exemplo, como é que iam votar os deputados de Lousada, caso houvesse um diploma só para Lousada. Nesta matéria estaremos disponíveis para facultar às Juntas de Freguesia e às Assembleias os serviços jurídicos para usar de todos os meios possíveis e imaginários para impedir a concretização desta reforma. Certamente que estaremos disponíveis para mobilizar meios para essa dita manifestação nacional e outras formas de manifestação que porventura possam surgir. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Silvares. Pegando um bocadinho na intervenção do senhor Ferro, corrigia só um pequeno pormenor, os presidentes de Junta julgo que não votam as decisões ou as deliberações das Assembleias de Freguesia. Não obstante julgo que foram os seus pares que votaram por unanimidade, não deixa de ser estranho que tenha havido unanimidade, aliás a posição do senhor presidente de Silvares ao que consta logo que saiu a primeira proposta do “Livro Verde”, já andavam aí mapas a circular, não sei se certamente teria uma proposta, não sei se era sua ou de quem era, sei que havia um mapa a circular. Uma proposta de trabalho, com certeza. Não sei se foi da sua autoria, se já estava a fazer contas de somar. Pelo menos mostra alguma coerência que era a favor desde o início. Aliás, lembro-me de uma Assembleia em que falei aqui em querer ter uma “casinha maior”, era aquilo que me parecia que o senhor queria. Agora se calhar a “casinha” está grande demais, estamos de acordo de facto não faz sentido nenhum. Aliás não é só essa “casinha”, há outras que não fazem sentido nenhum, é uma estupidez esta reforma já o disse mais do que uma vez. Portanto acho que o que devíamos era estar unidos porque não reconheço qualquer valia a esta reforma, não lhe reconheço mérito, nem qualquer vantagem, pelo contrário reconheço que se porventura isto vier a ser concretizado quem vai padecer são as populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Isso é que é grave na altura em que o país tem problemas tão graves para resolver andamos a perder tempo com estas, perdoem-me a expressão, porcarias, é triste que assim seja, revela o estado em que o país está e revela o estado da governação. Essas situações que referiu dos três municípios. O que é que isso tem que ver connosco? Não me diz nada, se a Amadora teve essa posição, a Guarda e Vila Verde, o que é que nós temos a ver com isso? Nós nem sequer nos sentimos vinculados à posição do partido a nível nacional. O partido tem uma orientação mas nós podíamos inclusivamente, conforme já fizemos ao longo destes anos que cá estamos, não seguir essas orientações. No caso em concreto nem me parece má a posição do partido a nível nacional que é, se porventura for de acordo com o interesse das populações, se as populações estiverem de acordo não seremos nós a estar contra. E aqui em Lousada houve uma consulta às Assembleias de Freguesia e às Juntas de Freguesia e houve quase unanimidade, no voto contra esta proposta. Não percebo a crítica que fez aos seus pares, não foi só à bancada socialista também foi à da coligação, de irresponsabilidade, não, eu acho que é uma atitude de coerência e uma atitude de preocupação pelas populações. Quanto à intervenção do senhor Campos de Barros. Eu confesso que tenho de estar preparado para esse tipo de abordagens. Já não é de agora, há alguns tempos que sou confrontado e confesso-lhe que no início ficava irritado, agora já estou preparado e, neste ano que aí vem conto com muito pior. Se tenho perfil de candidato ganhador ou não, julgo que não é um problema seu. O senhor não é militante do partido socialista não foi isso que os militantes do partido socialista entenderam, pelo contrário, como sabe foi por unanimidade que a minha candidatura foi aprovada. Portanto revela aí algum nervosismo da sua parte, não sei exatamente porquê, não sei se lhe encomendaram essa intervenção ou não. O certo é que, eu não queria ser inconveniente mas a paciência tem limites, posso-lhe garantir que para o ano estou aqui e o senhor se calhar não está, porque às tantas é um empecilho inclusivamente para a sua bancada.» -----

----- Em defesa da honra o Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas para lhe dizer que não aceito, de maneira nenhuma, que quem quer que seja admita a hipótese de eu transmitir a opinião de terceiros, de me deixar controlar por quem quer que seja, que isto fique muito bem claro. Se eu fosse algum empecilho, tenho a certeza absoluta e faço essa justiça, que as pessoas que incluem a coligação que eu integro teriam a hombridade e a honestidade intelectual de me fazer ver que eu era empecilho. Foi essa a condição que eu pus desde o princípio. Quando acharem que eu possa ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

um obstáculo e estou na coligação com um único fim, servir Lousada, defendendo a coligação ou defendendo a candidatura de alguém que me parece a pessoa mais adequada e com perfil, é essa a minha situação. Não recebo recados de ninguém que fique isto bem claro.» -----

----- De seguida foi apresentada da proposta número oito do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Amílcar Abílio Leite Neto primeiro presidente da Câmara Municipal de Lousada eleito por sufrágio universal direto, cidadão de exemplar conduta cívica, que desempenhou vários cargos em coletividades representativas deste concelho, tais como Bombeiros Voluntários, Associação Desportiva de Lousada, Associação de Cultura Musical, Associação Comercial da Santa Casa e da Assembleia Lousadense” -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O falecimento do senhor Amílcar Neto, ocorrido no passado dia doze de outubro, constituiu a perda de uma grande referência do concelho. Será difícil expor o que mais há a lamentar na sua partida, se a de um cidadão humilde e bom, de excecional verticalidade de carácter e de elevadíssima probidade e honradez, se a de um lousadense entusiasta e dedicado, que serviu pela terra em praticamente todas as instituições mais representativas, se a de um homem que viveu inteiramente para os outros, sempre com a reconhecida discrição e sincero despreendimento. Amílcar Neto esteve na Câmara, primeiro como vereador, depois como presidente, o primeiro líder da autarquia democraticamente eleito, na qual registou elevado humanismo tolerância e simplicidade. O partido socialista mesmo discordando de algumas opções políticas nunca deixou de reconhecer as suas boas intenções, honestidade das suas propostas e a convicção do seu contributo para o desenvolvimento do concelho. O que nos unia era incomparavelmente superior àquilo que, eventualmente, nos possa ter separado. Aliás Amílcar Neto compreendia e cumpria as regras do jogo democrático, reconhecendo que apenas deste modo, seria possível assegurar um debate sem preconceitos e norteado apenas pelo serviço à população. População à qual sempre se devotou de forma ainda mais manifesta, nos bombeiros voluntários, que serviu durante cerca de cinquenta anos, com especial visibilidade no comando do corpo ativo. Aí ficou bem patente o seu altruísmo, generosidade e abnegação. Não podemos contudo esquecer o seu amor à Associação Desportiva de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Lousada, que serviu como atleta, presidente da Assembleia Geral e presidente da Direção, como também não podemos olvidar o facto de ter sido o primeiro presidente da Assembleia Geral da Associação de Cultura Musical e membro do Conselho Fiscal, órgão a que também presidiu na Santa Casa de Misericórdia e na Associação Comercial. Ou seja, foi um lousadense de corpo inteiro, de alma generosa e coração solidário, plenamente merecedor da distinção honorífica, oportunamente concedida pela Câmara Municipal e a perpetuação na toponímia da vila. Com a sua perda ficámos empobrecidos na mesma medida em que o seu exemplo nos enriqueceu. Temos a firme esperança que o seu testemunho frutifique. É essa a maior homenagem que lhe poderemos prestar.» -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos.-----

----- A proposta número nove do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor José Domingos de Araújo Dias ex-presidente desta Assembleia e cuja vida, quer como empresário, fundador da Estofex quer como participante ativo na vida local, ficou na memória de todos os lousadenses”-----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O ano de dois mil e doze tem sido especialmente funesto para Lousada pela perda constante de figuras de referência da nossa vida coletiva, que ajudaram a construir um concelho melhor e que deram contributos muito significativos para a sua projeção e engrandecimento. Desde o senhor *Walter Cudell* fundador do CDS deputado da Assembleia da República e proprietário da Casa da Ledesma, em Santo Estevão, o arquiteto Fernando Lanhas, a enorme perda do Dr. Mário Fonseca a quem tanto devemos no exercício competente, desinteressado e generoso da medicina, têm sido várias as pessoas a partir. O mês de outubro então, foi mesmo funesto e nefasto. Vimos partir Augusto Magalhães, antigo deputado desta Assembleia e antigo presidente da Associação Cultural e Musical entre outras instituições. Ainda em outubro aconteceu também a partida do senhor José Domingos de Araújo Dias, merecedor aqui de uma evocação especial. O seu nome encontra-se indelevelmente associado à Estofex, empresa que fundou em mil novecentos e setenta e seis e projetou numa das mais respeitadas do mercado da indústria de estofos e mobiliário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Simultaneamente revelou para toda a população do concelho sempre elevada sensibilidade social. A participação do senhor José Dias na vida pública merece, igualmente, ser lembrada nesta Assembleia: foi o primeiro presidente da Assembleia Municipal em democracia; foi vereador; foi um dos fundadores da Associação Desportiva de Lousada; foi presidente da Direção e do Conselho Fiscal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lousada; foi dirigente da Santa Casa da Misericórdia e da Associação de Cultura Musical; e foi ainda diretor do Jornal Lousada. Benemérito da Biblioteca Municipal à qual doou milhares de obras e patrono da sala de adultos desde dois mil e três, ano em que também foi justamente agraciado com medalha de prata de mérito municipal, conciliou a sua dimensão económica, política, social e cultural numa prática de plena cidadania, para benefício de toda a comunidade, patrocinando inúmeras iniciativas e veiculando, reiteradamente, o princípio da solidariedade ativa. Portanto estamos perante uma figura de indelével, indiscutível relevo, agradecendo o seu espírito de partilha, veiculado no empresário, cidadão e lousadense que figura já, e por mérito próprio e com o reconhecimento público, num lugar destacado da história recente do nosso concelho.» -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos.-----

----- E a proposta número dez do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do senhor Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, presidente da Câmara Municipal de Lousada”-----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número dez foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

algumas referências, algumas já vieram de antecedente, algumas novas dirigidas ao senhor vereador Pedro Machado em substituição do senhor presidente da Câmara. Passeando por Lousada, principalmente na área central, verifiquei que algumas passadeiras, não se vê claramente a sua existência, em virtude de estarem marcados apenas com um empedrado diferente do pavimento normal. Pode provocar problemas, é uma chamada de atenção. A iluminação do centro da vila, parece-me que poderia ser mais racional. Há postes com quatro lâmpadas acesas simultaneamente, julgo que não se justificam certas situações. Alguns arruamentos anexos também podem ser, na minha modesta opinião, objeto de um estudo e de melhor racionalização. O mesmo queria salientar em relação aos acessos ao complexo desportivo, por onde também passei e me parece que um estudo mais atento, mais pormenorizado, poderá facilitar alguma poupança de energia. Situações antigas: apresentei a sugestão para antecipar o plano previsto de dois mil e cinco no que diz respeito à segurança das escolas. Quero lembrar novamente essa situação, no caso de ser viável. O problema de estacionamento em locais perigosos, autocarros, continua sem qualquer resposta positiva ou negativa. Queria manifestar o meu agrado pela realização do encontro científico sobre saúde, principalmente no âmbito do ténis. Dignifica a Câmara. Como homem do desporto fiquei extremamente sensibilizado por essa realização, aproveito também para salientar, o notável trabalho feito pelos responsáveis do ténis no concelho de Lousada. Aproveito para fazer uma referência, embora de carácter mais partidário, mas estou à vontade para o fazer, sobre a conferência/debate sobre emprego organizada pelo PSD local. Aproveitava, se me permitem para fazer uma pequena chamada de atenção, dirigida fundamentalmente a todos os senhores presidentes de Junta, sobre uma questão muito concreta em que tive de intervir; refere-se à situação, eventual, de carrinhas que circulam transportando crianças sem estarem devidamente legalizadas e preparadas para tal. Em complemento quero referir, a hipótese, de haver pessoas não habilitadas para transportar as crianças como condutores da carrinha. É um aviso, é um alerta que me foi lançado por pessoas com responsabilidade nesta área. O alerta aqui fica.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim José Correia Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente desta Assembleia, restante Mesa, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhores presidentes de Junta, estimado público e comunicação social presente. Senhor vice-presidente, ouvi há pouco a sua intervenção sobre a reforma administrativa, ouvi-o dizer que é contra, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

uma porcaria. Eu só queria uma explicação da sua parte, é contra o quê? Porquê? Factos. Também gostava muito de saber a sua posição sobre o parecer da Unidade Técnica. Peço a sua opinião em relação a cada aglomeração de freguesias que foi feita? E qual vai ser a ação que vai desenvolver este executivo? Já que é tão contra a reforma administrativa. E agora pegando um pouco na sua ironia de há pouco, espero que já lhe tenham preparado um argumentário para isto.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Eu também gostaria de interpelar o senhor presidente da Câmara em substituição, o Dr. Pedro relativamente ao mesmo assunto que o meu caro amigo Joaquim acabou de interpelar. De facto, eu até gostaria de devolver, se fosse possível, se a Mesa autorizasse a proposta que a Câmara apresentou às Juntas de Freguesia sobre a reforma administrativa. Às Juntas não chegou nada, chegou uma simples questão que era ou sim ou não, ou seja “ou comes a sopa ou não comes” ou é ou não é. Não houve absolutamente trabalho nenhum, foi isso que eu sempre aqui defendi que era necessário fazer um trabalho de fundo, de preparação. Interpelo o senhor presidente da Câmara e, depois destas belas discussões sobre o assunto, que no fundo não é mais do que olhar para uma tempestade e fazer grandes discursos contra a tempestade, mas nada fazer para se preparar contra ela. Ou seja, aquilo que nós assistimos aqui no concelho de Lousada foi o partido socialista e a Câmara Municipal, fizeram um conjunto de discursos, fizeram um conjunto de artimanhas táticas, de forma a que os presidentes da Junta não tivessem outra solução senão dizer que estavam contra, como é claro. Foi o que nós fizemos em Silvares, porque em absoluto a freguesia de Silvares, não havendo um trabalho sério de preparação em que envolvesse os presidentes de Junta. Aliás não é nada a que nós não estejamos habituados enquanto presidentes de Junta, porque de facto para qualquer assunto a Câmara nunca interpela, nunca coloca, nunca pede aos senhores presidentes de Junta a sua colaboração, nunca pede aos presidentes de Junta que sejam atores e parceiros fundamentais em qualquer processo de decisão que tenha a ver com o concelho. Não era nada que eu enquanto presidente de Junta não estivesse à espera que esta Câmara viesse a fazer, ou seja colocasse duas questões, que no fundo não foi mais do que uma banana para que alguém escorregasse, e dizer: és ou não contra, toma lá e, é com base nisso que nós vamos tomar a nossa posição. Peço desculpa mas por isso é que eu trouxe aqui as últimas propostas, não é sério, não foi o que muitos presidentes deste país fizeram que foi criar comissões de trabalho, de estudo, envolver as unidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

técnicas do território das Câmaras municipais no sentido de verificar o território e as possibilidades que podiam haver em termos de agrupamento, não foi isso que foi feito aqui em Lousada, foi pura e simplesmente tentar utilizar uma característica tática. Agora o que eu coloco na mesma como questão é esta, é que eu gostava de saber, se o partido socialista aqui e a Câmara Municipal, está ou não de acordo com o partido socialista nacional? Ainda no outro dia ouvi dizer que muita gente do partido socialista está a favor porque é necessário uma reforma. E quando vier essa reforma, as freguesias não vão ser extintas? Em Lousada vão ficar as mesmas? Então em que é que ficamos? Não são a favor da reforma, mas uma outra reforma e só para quem quer. Deu o que deu com os municípios em que não houve nenhuma agregação e, veio o partido socialista, defender a mesma relativamente às freguesias, que é só para quem quer. Queres comer a sopa? Comes. Não queres, não comas. Ou seja há uma lei do estado, uma lei que é aprovada na Assembleia da República, isso é só para quem quer, não vale a pena cumprir as leis. Eu gostava de saber qual é a argumentação que o partido socialista e esta Câmara tem quando houver leis que tem de impor ao seus cidadãos e, depois, é só para quem quer.» ----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Diga-me por favor se a lei dos compromissos é só para quem quer? Ou se tem de aplicar a toda a gente? Poderia ser só para quem quer e isso é que era o ideal. Eu também gostaria de saber a sua opinião se o PSD-Lousada foi coagido ou obrigado a assinar aquele documento que assinamos ali, eu e o senhor Carlos Nunes, já agora a CDU e o senhor representante como independente, se foram obrigados a assinar tal documento contra a reforma administrativa, ou se, como é num regime democrático, podiam apresentar a sua proposta, seria votada e se calhar agora aqui poderiam ter outra hipótese de dizer, nós apresentamos outra solução, vocês é que não quiseram. Por acaso foi tudo igual, todos tivemos a mesma opção mas agora a culpa é do PS-Lousada, é da Câmara, menos de quem também quis manter a sua posição de contrariedade a esta reforma.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Pedro Machado só lhe queria fazer uma pergunta: tem conhecimento que a Câmara de Paços de Ferreira discutiu este assunto com todos os presidentes de Junta, chegaram a acordo e mandaram o parecer para a Unidade Técnica. E se sabe qual foi o resultado? Se não sabe eu digo-o perante esta Assembleia, a Comissão Técnica devolveu à Câmara de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Paços de Ferreira para fazer novo enquadramento das freguesias porque não concordava com aquilo. Se nós fizéssemos aqui um enquadramento, se calhar acontecia-nos a mesma coisa, para que é que estávamos aqui a trabalhar. Senhor Dr. Fausto, eu percebo bem o seu nervosismo.» -----

----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «Eu queria só aqui pedir ao senhor vereador em representação do senhor presidente que transmitisse ao secretário-geral do PS que tomasse uma posição como tomou com a RTP. Quando formos poder, acabamos com isto, voltamos à estaca zero. Se pode voltar à estaca zero com a RTP também se pode voltar com isto. Eu acho, continuo com a minha convicção que isto só prejudica as populações e mais nada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor vice-presidente muito obrigado por me ter chamado à atenção, de facto os presidentes de Junta não votam nas Assembleias de Freguesia, o senhor Dr. Fausto não votou. Mas acontece que o parecer proposto pelo engenheiro Couto dos Reis, foi inclusivamente assumido pelo senhor Dr. Fausto Oliveira, estava redigido na primeira pessoa e propôs que fosse redigido no plural e propôs mais um ponto a acrescentar, penso eu, não tenho a certeza, mas fui informado que sim. “Na nossa opinião que é consensual, o facto de sermos a terceira maior freguesia do concelho e termos já uma população superior a três mil habitantes é argumento mais que suficiente para não nos agregarmos nem sermos agregados”. É da sua autoria não é? Não percebo depois a sua mudança de posição. Vou continuar a interpelar o senhor vice-presidente: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente, concordando na íntegra com o parecer apresentado pela Câmara Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade, propõe que a pronúncia da Assembleia Municipal seja no sentido de não apresentar qualquer projeto de reorganização administrativa do território das freguesias, com os fundamentos constantes no referido parecer”. Aclaro ainda que a mesma foi aprovada por trinta e cinco votos a favor, duas abstenções e dois contra”. Repito: “concordando na íntegra com o parecer apresentado pela Câmara Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade”, isto é, o senhor Dr. Agostinho Gaspar, vereador da Câmara Municipal de Lousada, votou a favor deste parecer, no sentido de não apresentar qualquer projeto de reorganização administrativa do território das freguesias. Senhor vice-presidente concorda ou não com esta minha pergunta? Afinal em que ficamos, senhor Dr. Agostinho Gaspar, senhor Dr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Fausto Oliveira e senhores dirigentes da coligação PSD/CDS? Nos órgãos para que foram eleitos votaram a favor da não apresentação de qualquer proposta; talvez para quando um dia forem chamados às vossas responsabilidades poderem dizer: Não. Nós até votámos contra. Mas fora desses órgãos, dizem exatamente o contrário. Talvez para diante dos vossos dirigentes nacionais, poderem dizer: Não, nós sempre apoiámos a Lei 22/2012 a Lei da extinção/anexação de freguesias. Não concorda senhor vice-presidente com o que vou dizer a seguir? Não acha que falta de coerência, seriedade e coragem política aos senhores dirigentes da coligação PSD/CDS, que ao se colocarem definitivamente ao lado do senhor Ministro Miguel Relvas, que na sua cruzada de raiva e cegueira contra o poder mais democrático e popular do país, tentando destruí-lo, esvaziando-o das suas competências e financiamento, se colocam também definitivamente, arrastados pela mesma cegueira, contra o poder local, as freguesias, os seus órgãos, Juntas e Assembleias de Freguesia, que recusaram qualquer proposta que levasse à sua extinção? Os membros desta Assembleia Municipal que votaram no mesmo sentido e fundamentalmente contra as populações, incluindo militantes e simpatizantes dos vossos partidos que também não aceitam, de modo algum, a extinção da sua freguesia. Finalmente e dirigindo-me àqueles que em defesa da sua freguesia que sempre conheceram com a atual configuração ao longo de tantas gerações, numa relação quase umbilical e de cumplicidade com a sua Junta de Freguesia, irão lutar com todas as suas forças e indignação, contra a aplicação no nosso concelho desta lei cega e injusta.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só um pequeno apontamento, quando aqui o senhor presidente em substituição convém esclarecer uma situação, falamos tanto na inevitabilidade da *Troika*, das medidas que exigem, neste caso na reforma administrativa e convém esclarecer que nós também podemos negociar, caso seja vontade do governo. O governo ao ver a maioria dos municípios contra esta reforma, não conseguindo esgrimir qualquer argumento válido relativamente à pertinência da mesma, se calhar poderia negociar para que esta não seja feita e, sejam sim aplicado os outros três eixos da reforma administrativa. Por exemplo: o deficit que é a questão principal da *Troika* estar aqui, é dinheiro, foi negociado e conseguiram. Portanto se alguma coisa pudesse fazer relativamente à reforma administrativa, era um mal menor, a dívida, tudo que dizem dos municípios gastadores, é zero vírgula quatro por cento, não é este o problema do país. Convinha, se tivéssemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

políticos que quisessem alguma coisa, é lógico que o Dr. Passos Coelho não se quer preocupar isto porque entregou isto ao Dr. Miguel Relvas. Portanto ele continua na luta dele para tentar tirar aqui alguma vitória. Se o mais importante é o deficit e isso conseguiu ser negociado e ainda bem. Mau era, que se houvesse vontade política, isso não se conseguisse.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente em substituição gostaria de fazer uma interpelação, não me foi encomendada mas é basicamente a seguinte: esta semana foi aprovado o orçamento de estado para dois mil e treze, não sei se já teve oportunidade de o ver ou não, bem como os mapas anexos. A minha questão é: se já tem conhecimento ou não do eventual impacto que o orçamento de estado para dois mil e treze, aprovado pela maioria que está no governo e na Assembleia da República, tem algum impacto positivo ou negativo nas transferências de verbas para Lousada. Gostava igualmente que me informasse sobre, como tem decorrido a aplicação da lei dos compromissos, qual foi o contributo que Lousada deu para o já anunciado, penso que esta semana, excedente de seiscentos milhões de euros que não foi gasto pelas autarquias locais. Portanto reverte para o Estado e que podia ter sido aplicado nas freguesias e nos concelhos que dispõem desse montante. Saber se sabe, se tem informação de qual é esse montante em Lousada e, saber onde é que ele eventualmente poderia ser aplicado nas freguesias e no nosso concelho. E por último gostaria também de saber se a Câmara de Lousada ou algum dos gabinetes da Câmara de Lousada, tem já alguma noção ou já lhe comunicou qual o impacto que poderá existir no orçamento de estado para dois mil e treze em termos da economia do concelho, em termos demográficos, em termos de desemprego e em termos sociais? Gostaria de saber se esta análise está feita e gostaria de saber se esta autarquia, se este executivo está a pensar tomar medidas, concretas, se as pode tomar contra o orçamento aprovado pelo PSD/CDS-PP?» -----

----- Intervenção do Sr. José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde: «Eu gostaria aqui de dizer uma coisa e questionar o senhor Dr. Pedro Machado. Eu ouço aqui falar em passeadeiras no centro da vila que pertence à freguesia de Silvares ou de Cristelos ou coisa que o pareça. Agora eu gostaria de saber uma coisa, se efetivamente aqui toda a gente fala em problemas da freguesia de Silvares e tendo o presidente da Junta de Freguesia de Silvares ser o presidente da Junta de Mós. Eu gostaria de saber quando é que vão aumentar a verba para Nevogilde. Nevogilde é tão grande como Silvares e vejo a freguesia de Nevogilde a ser prejudicada e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de que maneira. Eu gostaria de saber senhor Dr. Pedro Machado se for candidato à Câmara se vai aumentar, não serei eu o presidente de Junta, mas se vai aumentar a verba para Nevogilde. Se o “presidente da Junta de Mós” se vem para aqui reivindicar, o senhor Capitão Campos de Barros vem aqui reivindicar passadeiras na freguesia de Silvares, eu gostaria de saber da verba para Nevogilde. Era só isto que eu queria dizer. Eu não sei se é Nevogilde ou se é Cristelos mas provavelmente Cristelos é de Marecos para baixo e o senhor presidente da Junta de Silvares é de Mós. Eu gostaria de saber quando é que vão aumentar a parcela para Nevogilde.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Em primeiro lugar para dizer ali ao senhor presidente da Junta de Nevogilde que de facto essa situação já foi encaminhada para Câmara. Eu já tomei a conta porque essa responsabilidade também é minha, também já o fiz chegar à Câmara essa situação das passadeiras. Eu não me preocupo só com Mós. Está tratada há mais de um ano, por ofício. Relativamente à outra questão, é só para lembrar também ao senhor presidente da Câmara em substituição, relativamente à situação da reforma administrativa aqui muito falada, que era bom que o PS-local estivesse atento ao que se passa no PS-nacional porque de facto muita gente do partido socialista é favorável a que haja uma reforma administrativa no país. Muita gente do PS e muita gente do PSD, eu sou um deles e assumo aqui. Digo mais, se não houver uma reforma administrativa, que já devia, como dizia o politólogo Meirinho: “que já devia ter mais de quarenta anos” e digo mais, se não houver estamos a pôr em causa o poder local e as suas capacidades de afirmação perante o poder central. Essa é que é a questão. E eu gostava de saber: o que é que vai acontecer? Vamos pôr de hipótese académica que esta reforma não avança, era o ideal, como está, isto foi uma trapalhada de todo tamanho, não avança. Agora quero ver depois, quando forem vocês a propor a reforma o que é que vão dizer nesse caso. Se for o partido socialista a ter que a fazer o que é que vão dizer nesse caso? O que é que vão dizer sobre a extinção de freguesias? Uma reforma é sempre dolorosa. Este partido socialista faz lembrar o “Velho do Restelo” que agora se mudou do Restelo para o Largo do Rato e grita permanentemente: “Ó glória de mandar! Ó vã cobiça desta vaidade a quem chamamos fama!” E de certa maneira representando maior conservadorismo que existe neste país é contrário a tudo que seja reformas. E quem está a alinhar neste princípio, nesta linha, só pode dizer que são os “Velhos do Restelo” . Eu não alinho nisso, eu sou pela modernidade, por um poder local cada vez mais afirmativo, por maiores competências e essas competências podiam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ser conseguidas como conseguem muitas Câmaras, delegando já neste momento competências, acontece já com Lousada, só que eu acho que essas competências não deviam ser delegadas deviam ser assumidas integralmente pelos presidentes de Junta. E só se pode ter presidentes de Junta e Juntas efetivamente com melhores serviços às populações se tiverem escala. Eu pergunto ao senhor presidente da Junta de Lustosa, se por ele ter cerca de cinco mil habitantes na freguesia está menos próximo dos seus habitantes que o senhor presidente da Junta de Santa Margarida que tem trezentos e sete? Gostava de saber, se a questão da proximidade se mede por dimensão de território ou se mede por número de eleitores? Ser próximo, já dizia o evangelho, é estar com, não é estar ao lado. É estar com as pessoas, isso é que é estar próximo. Deixem os papões, as mentiras e as fraudes, enfrentemos a situação como devia ser enfrentada. Aquilo que eu disse em tempos, senhor presidente da Junta de Lustosa, “sejamos sérios”, sabe o que é que isso quer dizer, quer dizer estudar os assuntos e não entregar folhas brancas às Juntas de Freguesia para que sejam chamados a tomar posições sobre nada. Isso não é ser sério, ser sério é trabalhar, criar equipas de trabalho com as unidades técnicas da Câmara e apresentar uma proposta. Uma proposta de reorganização que defendesse o desenvolvimento deste concelho de Lousada. É isso que eu acho, é isso que devia ter sido feito.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Não podia também deixar de proferir uma curta intervenção sobre este assunto, porque efetivamente ouço aqui algumas intervenções veladas, algumas delas até direcionadas para o presidente do PSD-Lousada, sem que lhe tenha sido dada oportunidade de responder, mas também, para recordar e para colocar nos devidos termos toda a origem deste processo. Efetivamente este processo parte de um memorando de entendimento que foi assinado pelo senhor ex-primeiro-ministro, José Sócrates, governo do partido socialista. Todo este processo teve esta origem, a dezassete de maio de dois mil e onze. Quando vem aqui acusar, única e simplesmente uma parte do processo, estão a cometer um erro grave, estão a omitir a parte principal deste processo que tem a ver, precisamente, com o governo do partido socialista. Nós efetivamente fizemos o debate possível, não foi o melhor debate, esta é a reflexão que fica para futuro, não foi o melhor debate em torno desta questão. Tive a oportunidade de dizer que devíamos tratar deste assunto com a maior cautela e a maior prudência para que não viéssemos a verificar aquilo que nos foi apresentado agora pela Unidade Técnica, constituída no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

âmbito da Assembleia da República. Efetivamente esta não é a nossa proposta, acredito seriamente que essa também não é a proposta do partido socialista. E é isto que fica para a história. Não promovemos o melhor debate possível em volta desta questão, não há aqui uma culpa exclusiva do governo da coligação do PSD/CDS-PP porque efetivamente este assunto tem origem no memorando de entendimento da *Troika*, que só chegou cá precisamente por culpas de governabilidade, para não dizer de descontrolo da governabilidade do partido socialista, e porque efetivamente veio a resultar em tudo isto. Apenas uma nota final, por uma referência que hoje já ouvi por duas vezes e gostaria que isto ficasse muito bem assente nas cabeças de vossas excelências: nós em fevereiro passado, quando abandonamos a Assembleia Municipal, não foi por fugirmos à discussão deste assunto, foi em protesto por termos sido mal tratados. Não fugimos ao debate deste assunto, bem pelo contrário, saímos em protesto por termos sido ofendidos na altura e, foi a forma que encontramos, termos abandonado a Assembleia mas não o edifício. Abandonamos o fórum em protesto por termos sido ofendidos, e isso que fique, muito bem, ciente nas vossas cabeças.» -----

----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «Queria dizer aqui que, não quero que seja feito um mapa da minha conveniência, nem quero agregar com ninguém, tenho uma freguesia que tem proximidade suficiente. Mas há uma coisa que eu queria dizer ao senhor presidente, porque ninguém fala, só falam de freguesias, eu já disse aqui da última vez, a *Troika* recomendava reduzir autarquias locais. Estão aqui a esquecer-se que Lustosa tem mais habitantes que muitos concelhos deste país. Por isso eu acho que já tem freguesias que chegue, não precisa de agregar com ninguém. Era isso que eu queria dizer ao senhor presidente da Junta de Silves. Arranje o mapa que quiser, o meu mapa chega, para agora.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor vice-presidente quando os membros do grupo municipal da coligação PSD-CDS abandonaram a sala, não acha que não foi por terem sido mal tratados, mas sim porque já traziam essa estratégia. Porque tinham medo, como aconteceu que sete elementos do seu grupo municipal não os seguiu, ficaram aqui, com muita coragem a levar o debate até ao fim. Os senhores abandonaram a sala porque tinham medo que esses senhores e outros que porventura talvez tivessem saído, votassem a favor do parecer proposto pelo partido socialista. O que veio a acontecer de facto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

alguns abstiveram-se mas a maior parte votaram a favor. Relativamente à reorganização do poder local. Ninguém disse que não concordava, eu não represento o PS até porque eu não sou do partido socialista, sou independente mas aqui ninguém disse que não se concordava com uma reorganização séria, com tempo, sem parâmetros impostos, com uma discussão atempada, discutir a reorganização do poder local e inclusivamente, ao mesmo tempo, aparecerem por trás outras leis que tem esvaziado as competências e também a questão financeira do poder local. Por exemplo, o que é que o senhor pensa da lei dos compromissos? Queria também fazer essa pergunta ao senhor vice-presidente. O que é que o senhor pensa da proposta que está neste momento na Assembleia da República relativamente ao poder intermunicipal, em que nós concordamos com o poder supramunicipal, que pode ser a regionalização, pode ser a associação de municípios, só que não concordamos que o apoio financeiro, as competências são passadas para as Câmaras e para o poder supra municipal, o financiamento não é dado pelo governo, mas sim, passa das Câmaras municipais para o poder supramunicipal. O que significa na prática que as Câmaras Municipais vão perder todo o sentido no futuro. E isto porquê? Porque o governo sabe perfeitamente que quem tem o poder reivindicativo, a nível nacional, perante o governo, não são as freguesias, não são os órgãos intermunicipais que não são eleitos diretamente, vão ser nomeados. Não vai haver eleições para os órgãos intermunicipais, vão ser nomeados. Querem esvaziar o poder das Câmaras que são elas que no poder local tem um poder de negociação, um poder de força e um poder de reivindicação perante o poder central.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Começando pela intervenção do senhor Campos de Barros. De facto existem passadeiras que são pouco perceptíveis, o projetista das obras foi infeliz, a meu ver, na escolha dos materiais que fez, pelo menos na primeira fase porque na segunda fase já estamos a corrigir isso. Agora temos de ser nós, serviços municipais, pouco a pouco a corrigir essa situação, substituindo por material mais visível. Sendo certo que também que para além das passadeiras feitas no âmbito das obras de requalificação também há algumas faltas de pintura que nós já sinalizamos e que vamos corrigir. Relativamente à racionalização da iluminação pública, estou disponível para conversarmos e dizer-me exatamente onde é que é, falou no caso concreto do acesso ao complexo mas ali nós temos a preocupação de criar alguma segurança para quem anda a pé no circuito, sob pena das pessoas não sentirem conforto para usarem convenientemente aquele espaço. Quanto à segurança nas escolas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Nós estamos a ultimar um trabalho dos planos municipais de segurança e vou confirmar se essa situação das paragens também faz parte desse plano. Relativamente à palestra, “saúde”. Nós aqui em Lousada já temos uma forte tradição, às vezes até brinco com os meus colegas, “somos a capital das palestras” e bem, fazemos palestras sobre muitos assuntos, muitas jornadas. E nesta área da saúde, para além da área do ténis, houve também recentemente uma muito interessante sobre pediatria, estamos sempre a promover este tipo de iniciativas porque julgamos importantes para o esclarecimento da população. Relativamente ao colóquio que o PSD promoveu sobre o emprego, não fui convidado, não estive presente. O que lhe posso dizer é que já tinha sido também apresentado o programa “Impulso Jovem” na biblioteca municipal, não sei com que antecedência, mas há cerca de mês e meio atrás. É sempre importante discutir estas temáticas e informar a população das poucas saídas que existem neste domínio. Relativamente à intervenção do senhor Joaquim Bessa, pergunto-me se sou contra o quê e porquê. Presumo que não leu a minhas declarações de voto, as minhas intervenções sucessivas aqui na Assembleia porque se o tivesse feito não teria colocado esta questão. O que lhe posso dizer, muito resumidamente, é que sou contra uma proposta, a qual não reconheço qualquer mérito, não passa de uma teimosia deste governo, mais propriamente, ao que parece do ministro Miguel Relvas, como já foi aqui dito. Eu próprio já o disse aqui há uns tempos atrás, provavelmente o senhor Dr. Miguel Relvas queria ficar conhecido como Mouzinho da Silveira como disse o Nelson hoje. Parece que sim, é uma teimosia que ele vai querer impor e que eu espero que o país consiga impedir. Porquê? Não reconheço qualquer mérito na proposta. Repare é muito fácil nós dizermos que no concelho “A” é um exagero ter quarenta freguesias, mas nós conhecemos a realidade daquele concelho para aferirmos se de facto é exagerado ou não? Quando o governo assume que esta reforma que eu acho que não é reforma nenhuma, acho que é quase injurioso chamar a isto reforma, não vai gerar qualquer poupança, quais são os méritos desta proposta então? Ali o senhor presidente da Junta de Silves referiu a questão das competências, é evidente que esta questão é muito importante, mas sabe quais as competências que estão a ser discutidas para as Juntas de Freguesia, parece brincadeira, porque vão ter competências nas áreas dos jardins, própria, não é delegada, para dar licenças aos arrumadores. Vai-se rir, quando vir as competências que lhes vão dar, isto é brincar com todos nós. Portanto o cerne da questão e como disse e bem o senhor João Ferro parece que este governo quer paralisar o poder local. O poder local tem um poder que incomoda o governo, um poder reivindicativo e há diversos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

passos que têm sido dados que nos permitem concluir isso, estou-me a lembrar da lei dos compromissos, das sucessivas reduções nas transferências, estou-me a lembrar desta reforma administrativa, estou a lembrar-me daquilo que ele referiu a propósito daquilo que se prevê para as comunidades intermunicipais. Portanto parece que há uma intenção clara de paralisar os municípios, o senhor presidente da Câmara já disse uma vez que mais-valia o governo dizer que a partir de agora não há mais eleições autárquicas e o governo faz as suas nomeações, como era antigamente, mais-valia se é essa a intenção mas que o diga de uma forma aberta, porque o caminho que estamos a percorrer vai nesse sentido, infelizmente. Referiu aqui que o ofício da Câmara, enfim disse-o por outras palavras mas foi o que percebi, que era tendencioso, porque da forma como as perguntas foram colocadas ou “se comia sopa ou não se comia a sopa”, basicamente. E o senhor, pelos vistos ficou com dúvidas “se havia de comer a sopa ou se não havia de comer”. Mas também se poderia ter dado ao trabalho de nos ter dito qual era a “sopa” que estava a cozinhar. Porque havia uma “sopinha” que andava a ser mostrada às pessoas e que eu não cheguei a saber qual é que era, não sei se era a sua “sopa” ou se era a “sopa” de outros. O certo é que não houve a coragem de nos dizer quais eram os ingredientes dessa “sopa”, nem o senhor teve coragem, nem as pessoas que o suportam na Assembleia de Freguesia tiveram essa coragem, pelo contrário, votaram a favor do parecer do partido socialista na Assembleia de Freguesia, nem os seus colegas de bancada aqui tiveram essa coragem, a não ser, há uma exceção que é o caso de Caíde que é a favor. A forma como a questão foi colocada no ofício que o senhor presidente da Câmara enviou às Juntas de freguesia é uma falsa questão, vocês poderiam dar uma resposta concreta à pergunta e, fazer por exemplo o que fez a Assembleia de Freguesia de Caíde, bem ou mal, na minha opinião mal, não reflete o sentimento da população de Caíde. Eu falo com muita gente de Caíde como deve compreender, as pessoas não queriam que a sua freguesia fosse extinta e por isso é que eu disse na minha declaração de voto na reunião de Câmara que entendia que aquela posição que a Assembleia de Caíde tomou não refletia o sentimento comum da população. E acho que ainda tenho direito de opinião. Não vale a pena aqui falar de orientações nacionais do partido, já disse aqui mais que uma vez, o senhor presidente já o disse repetidamente, nós não estamos aqui para servir o partido, isto não é de agora, tem duas décadas, já tomamos posições que contrariavam posições do partido, porque fomos eleitos, não foi para servir o partido, não somos servis certamente. E isso dizer que há uma lei que é para ser cumprida. Se nós acharmos que essa lei é imbecil, temos que contrariar a sua aplicação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

temos que usar os meios que estão ao nosso alcance dentro de um estado de direito, usando os meios que esse estado de direito nos permite para contrariar isso que nos querem impor. Eu sei que o senhor presidente nunca se engana e raramente tem dúvidas como o outro, às tantas tem alguns poderes que nós não temos, de iluminado. Agora acho estranho como é que as pessoas que o suportam na Assembleia de Freguesia votaram contrariando as suas orientações e acho estranho também o percurso tortuoso que o senhor teve neste domínio porque nunca apresentou nenhuma proposta concreta nesta matéria. Relativamente à intervenção do deputado Nelson Oliveira, isso também já foi aqui dito mais que uma vez e respondendo também à intervenção aqui do Dr. Carlos Nunes. Esta questão de vir falar da *Troika* e vir falar que isto é um compromisso. Esta questão da *Troika* já foi por mim, em tempos, explicada que é uma completa falácia, porque ao que consta, quando os senhores da *Troika* chegaram aqui a Portugal pediram uma série de elementos que já tinham pedido noutros países como sabemos pediram elementos sobre autarquias locais. E o governo facultou os elementos, nomeadamente o número de municípios que Portugal tinha e o número de freguesias. E ao que parece eles terão ficado assustados com o número total de autarquias, municípios e freguesias, porque de facto era um número muito significativo. E essa terá sido a causa de constar lá no memorando essa necessidade da redução significativa das autarquias locais, aliás isto já foi dito, logo no início pelo presidente da Câmara do Porto, disse que se fosse devidamente explicado à *Troika*, eles certamente iriam perceber isso. Isto também já foi dito entretanto à *Troika* pela ANAFRE, certamente terão lido essas notícias. Portanto não vale a pena estarmos aqui com rodeios e dizer que isto é um compromisso do partido socialista e ainda que fosse já disse mais que uma vez que nós não temos uma atitude servil e ainda que assim fosse não seríamos servis a esse ponto. Vamos ser muito claros e honestos, isto é uma ideia fixa do governo, não vale a pena e não queiram que o odioso da questão fique connosco Câmara, nem connosco Assembleia Municipal e vocês não podem votar a favor do parecer do PS e agora dizer que a culpa é nossa, sejamos honestos. Se essa não é a vossa posição, deviam ter sido sérios, deviam ter dito à população qual era a vossa proposta, não é agora dizer: se a Câmara tivesse apresentado uma proposta em vez de reduzirmos dez poderíamos ter reduzido sete. E quais eram essas sete? Digam lá quais eram para as pessoas saberem. Certamente que se fizessem essa proposta nós iríamos votar contra, iríamos votar contra porque isso é o mesmo que, como dizia alguém há dias, pedir a um pai que tem vinte e cinco filhos para dizer quais é os que quer que morram, basicamente. Portanto fazer isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

contra a vontade da população, nós não estamos disponíveis. Quanto à intervenção do João Correia. Eu vou tentar agora acelerar um bocadinho. Relativamente ao orçamento de estado, transferências do FEF, está previsto manter, vamos ver se a situação se confirma. A questão da lei dos compromissos. Toda a gente sabe que foi um empecilho tremendo para a nossa gestão, nós vimo-nos confrontados, não fomos só nós, foram todos os municípios de um momento para o outro surpreendidos por esta lei em fevereiro e, se podemos concordar com os princípios, uma vez que quem não tem dinheiro não pode ter vícios e aquilo que se estava a passar no país era muito grave, Câmaras que assumiam despesas e depois quem viesse atrás que fechasse a porta. Nós temos aqui autarquias no país e também entidades do estado com dívidas de dois, três, quatro anos e isso de facto é inadmissível. Agora o que está mal na lei dos compromissos a meu ver é que não haja por parte do governo, não haja uma atitude clara e responsável para cumprir a própria lei que a aprovou. Se o governo cumprisse a lei e se fizesse com as Câmaras municipais um plano de pagamento, já permitíamos ter uma gestão muito mais flexível. O que acontece é que a lei diz que as Câmaras municipais só podem assumir compromissos se tiverem fundos disponíveis para os pagar a noventa dias. O que são fundos disponíveis? Basicamente são as receitas da Câmara, ora a dívida que o estado tem perante as Câmaras Municipais só podem contar como fundo disponíveis depois do estado dizer quando é que vai pagar e no caso de Lousada o estado já deveu cerca de um milhão de euros, agora deve menos. Nós tivemos uma sessão de esclarecimento na CIMI promovida pela inspeção-geral de finanças que fez uma ação com os dirigentes municipais e depois convidou também os presidentes de Câmara para essa sessão. E esta questão que foi por mim colocada lá e entretanto o senhor presidente da Câmara de Penafiel disse que tinha exatamente o mesmo problema, que só na área da educação, a DREN devia à Câmara de Penafiel setecentos mil euros, tinha feito um ofício a pedir que lhe fizessem um plano de pagamento e a resposta que lhe deram foi que, na semana a seguir iriam transferir vinte mil euros. Assim não se consegue governar, basicamente a lei dos compromissos está a gerar muita poupança mas à custa de muitos sacrifícios, sacrifícios cruéis e injustificados no caso de Lousada, nomeadamente aos senhores presidentes de Junta que estavam a contar com uma segunda tranche de financiamento no âmbito dos protocolos de obras e melhoramentos e não foi infelizmente possível de concretizar. Quanto aos impactos do orçamento de estado de dois mil e treze, toda a gente sabe o que é que nos espera, eu acho que as pessoas só vão tomar consciência quando receberem o vencimento em janeiro do próximo ano, infelizmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Quanto á intervenção do senhor presidente da Junta de Nevogilde, a propósito se vamos aumentar as transferências para Nevogilde. Não é fácil, já se pensou em tempos alterar a fórmula de distribuição das transferências financeiras para as Juntas de Freguesia. No que respeita ao protocolo de obras e melhoramentos. Em tempos fez-se outros ensaios, tendo por base a população, os quilómetros de vias mas o problema é que isso ia distorcer muito os resultados e havia freguesias que iam ter transferências completamente irrisórias. Vamos ver se conseguimos pelo menos no futuro tentar discriminar positivamente quem tem de facto muita população, quem tem muito território, quem tem muitas vias para cuidar. Sendo certo que eu percebo a sua angústia porque, quer queiramos quer não, as freguesias que estão aqui junto à vila acabam por ter uma parte do seu trabalho feito pela Câmara. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Silvares a propósito da questão da proximidade. É evidente que havendo mais eleitores e mais território ela também é possível, só que meu caro amigo, ela só se consegue, como todos nós sabemos, e é com o exercício de funções a tempo inteiro. Espero que não seja isso que o motiva a defender esta reforma administrativa.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei.-----

----- Intervenção do Sra. Cláudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia, excelentíssima Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente de Câmara em substituição, excelentíssimos senhores vereadores, senhores deputados, público e comunicação social. Em diversas Assembleias eu e outros deputados da coligação “Lousada Viva” abordamos aqui a questão do desemprego e do modelo de desenvolvimento económico para o concelho. Hoje mais do que nunca, pela conjuntura económica que nos encontramos urge uma estratégia, clara, concisa e com metas tangíveis no âmbito da criação de emprego no concelho de Lousada. Na intervenção do senhor presidente é afirmado que se têm desenvolvido esforços muito significativos na promoção do emprego, não duvido, de facto vejo empenho, vejo dedicação, vejo dinamismo no respetivo pelouro em resolver este flagelo. Mas eu gostava de ver mais visão, de ver mais ambição, gostava de ver uma estratégia definida neste plano e orçamento para o efeito. Meramente a título de exemplo, recordo que aqui no concelho vizinho de Felgueiras a indústria de calçado já esteve moribunda mas hoje parece já reanimada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com uma projeção a nível internacional. Em Paredes a indústria do mobiliário atravessou e ainda atravessa a grave crise que estamos todos a sentir, mas com a iniciativa do polo criativo de design do mobiliário, fazendo o cruzamento de indústrias tradicionais com designers e com criativos a nível nacional e internacional, conseguiu dar um novo estímulo à indústria local, à indústria tradicional, apresentando já resultados na comercialização, na exportação e conseqüente empregabilidade. Mas e em Lousada que estratégias estão definidas para a nossa indústria? Algum estudo ou algum levantamento do nosso tecido empresarial, do nosso tecido industrial? Em tempos já fomos fortes e reconhecidos na indústria da confeção, era a nossa indústria dominante, ainda temos algumas, boas sobreviventes. Mas não deveríamos equacionar, aproveitar a capacidade instalada, o know-how existente e, à semelhança dos concelhos vizinhos relançar a nossa indústria têxtil? Deixo esta questão à vossa reflexão e à consideração.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Um pequeno registo, oportunamente chamei à atenção para o que pode ser considerado um pequeno pormenor, foi-me dada razão, mas parece que cai no mesmo erro. Vejo no documento que foi enviado respeitante à intervenção do senhor presidente da Câmara a seguinte passagem: “no âmbito da rede viária para além das obras da variante à vila da Aparecida e da requalificação da EN cento e seis...”, tanto quanto eu sei não é obra da Câmara. Lembro mais uma vez, tanto quanto eu sei o português aqui não tem qualquer discussão. Repito, não é obra da Câmara, poderá servir para propaganda política mas não corresponde a nenhuma realidade.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A questão da estrada nacional cento e seis obviamente que não foi obra da Câmara mas teve lá muito suor da Câmara Municipal, ao longo de vários anos, para conseguir essa obra. Quando falamos aqui no emprego de certeza que não é a Câmara que vai criar emprego nessas fábricas todas. Tal como Passos Coelho diz que não é o governo que vai criar emprego mas pode criar os mecanismos para que isso aconteça. Tal como a Câmara pode criar os mecanismos para que haja emprego no concelho tal como pode criar mecanismos para que as estradas sejam concertadas. Portanto é isso que a Câmara fez e neste caso é de dar o bem-haja para que essa concretização da estrada nacional cento e seis seja feita.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «Senhor capitão Campos de Barros nem só quem paga é que faz obra. No que respeita à freguesia de Lustosa, estive desde o princípio com o engenheiro Bessa da Câmara a reivindicar coisas que não estavam previstas, a desbloquear terrenos para fazer coisas que não estavam previstas. Portanto nem só quem paga a obra é que é dono da obra, quem intervém nela, penso que também tem mérito.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Tendo em conta as informações remetidas, aproveitar a intervenção da colega da bancada do PSD/CDS-PP, apenas para pedir a atenção deste executivo para uma coisa. Já aqui por várias vezes foi dito e referido que Lousada era um dos concelhos mais jovens deste país. Os últimos dados que foram revelados pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que o desemprego jovem atinge neste momento cerca de quarenta por cento da população ativa, situada na faixa etária entre os quinze anos e os vinte e quatro. Quarenta por cento corresponde a cento e setenta e cinco mil jovens que atualmente estão desempregados, sendo que a sua maioria tem o secundário concluído e tem licenciatura concluída. Aquilo que eu gostaria que fosse feito, tendo em conta aquilo que são os poderes muito restritos da Câmara Municipal no que diz respeito a emprego, era que a Câmara Municipal e este executivo, eventualmente e tendo em conta aquilo que são as preocupações que têm vindo a ser demonstradas, também as preocupações que têm vindo a ser demonstradas nesta Assembleia Municipal, apela-se à participação de todos os organismos públicos, apela-se à intervenção e ao convite a organismos privados e associações privadas para eventualmente em Lousada poder desenvolver projetos que tentassem dinamizar a criação de emprego jovem aqui no concelho. Eu sei que é um trabalho que tem vindo a ser feito e como aqui foi dito é meritório todo o trabalho que tem sido feito mas neste momento atentas as medidas que temos incutidas no orçamento de estado para dois mil e treze, atentos os efeitos nefastos que tem vindo e que vão ser ainda mais clarividentes na nossa sociedade, é importantíssimo, que nós enquanto representantes dos cidadãos e também representantes dessas pessoas e desses jovens nos preocupemos e façamos ressaltar nesta Assembleia Municipal e junto deste executivo a nossa preocupação, tendo em conta as informações que nos foram remetidas, para que de facto estes mecanismos sejam reforçados, seja pedida ajuda, sejam lançadas alertas e, nós começemos a ver, não obstante a malograda política nacional que tem vindo a ser empreendida por este governo, mas que nós saibamos apanhar a locomotiva que tende a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

virar o atual caminho que tem sido seguido destruição de emprego, destruição de mecanismos socioeconómicos e de sustentabilidade social e de uma vida dignificada. E portanto deixar aqui essa mensagem a este executivo, também no âmbito das informações que foram remetidas deixar este aviso, deixar esta abordagem, que penso que o grupo parlamentar do partido socialista partilha de que é necessário instigar organismos governamentais, instigar o instituto do emprego e formação profissional, instigar a segurança social, chamar ao concelho, associações, grupos de cidadãos, movimentos no sentido de procurar dar mais dinamismo e no sentido de apoiar os nossos jovens.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas um esclarecimento dirigido ao meu amigo senhor presidente da Junta de Lustosa. Devo ter sido mal interpretado, eu apenas fiz referência à maneira como é incluída esta matéria, oportunamente tive ocasião de manifestar a minha satisfação pela pressão que a Câmara fez, pelo interesse demonstrado da Câmara junto das entidades competentes para que a obra fosse feita. Renovo aqui esse meu conceito esse meu apoio. Estando redigido como está, eu tenho o direito de ter a convicção de que se trata apenas de propaganda política, talvez não seja, mas é a minha convicção. Aproveito a oportunidade para solicitar o mesmo empenho, no sentido de tudo o que está previsto para esta rede viária, relativamente e fundamentalmente a curvas perigosas existentes, estava previsto, tanto quanto eu sei e, que se mantém tudo na mesma. Eu quero agradecer antecipadamente a força que a Câmara fará nesse sentido. Julgo que está esclarecido.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Começando pela intervenção da Dr. Cláudia Lousada e também respondendo ao Dr. João Correia. Eu antes de passar a palavra à minha colega que tem o pelouro da formação e emprego queria-lhe dizer que não deve conhecer a região. Porque se é verdade o que disse relativamente a Felgueiras, todos nós sabemos que o setor do calçado é o que menos tem sido afetado por esta crise, são circunstâncias mais conjunturais do próprio setor do que propriamente de iniciativas ou apostas das Câmaras Municipais. O mesmo já não se passa em Paredes, se a Dra. falar com pessoas da área, com os vendedores por exemplo, eles traçam-lhe um panorama completamente negro, bem pior do que em Lousada, há imensas fábricas a fechar em Paredes, muita gente, cada vez mais, infelizmente no desemprego. Portanto estas iniciativas municipais são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sempre necessárias e bem-vindas mas infelizmente não são milagrosas e em Paredes não estão a ser milagrosas como todos nós sabemos. O mesmo se passa com Paços que está muito dependente do setor do mobiliário. Relativamente à indústria têxtil ou da confeção que tem uma forte tradição aqui em Lousada, é evidente que ela já conheceu melhores dias, todos nós conhecemos muitas que já fecharam, outras que estão a ver se a situação melhora e se conseguem aguentar-se. E eu noto com satisfação o facto de haver algumas que se recomendam e até foram premiadas recentemente, outras que estão a nascer, ainda há cerca de um mês ou dois foi convidado, e estive comigo lá, aqui o meu colega Leonel Vieira, em Caíde, uma indústria de confeção que reabriu. Um investidor estrangeiro de Luxemburgo que decidiu apostar aqui porque reconhece que o concelho de Lousada tem mão-de-obra muito qualificada e porque vai apostar num segmento de gama alta para exportação eu julgo que esse deve ser o caminho.» -----

----- Resposta do Sra. Vereadora Cristina Moreira: «Eu muito rapidamente, respondendo sobretudo nas questões quer do planeamento, quer da estatística, quer do nosso concelho neste caso até da região. Nós temos feito um trabalho, julgo que já falei pelo menos duas vezes nele, que é a agenda empregabilidade NUT III Tâmega. Esta agenda apresentou nesta última terça-feira o seu relatório de avaliação do plano de ação dois mil e onze, dois mil e doze. Este trabalho tem sido bastante profícuo porque nós temos fileira chave, é um trabalho que tem sido desenvolvido em parceria com a CCDRN e com o IAPMEI, com o ministério da economia, o que nos permite de alguma forma ter alguma credibilidade para trabalharmos as fileiras chaves da forma que o estamos a fazer. É lógico que as coisas não são tão rápidas como nós pretendemos porque não se trata de uma questão de números ou de empregos, trata-se de empregabilidade. E a empregabilidade foi aquilo que não se trabalhou nos últimos vinte anos e por isso chegamos aos números que temos hoje. É natural, não vou dizer que precisamos de outros vinte para conseguirmos inverter os números, mas esses números não são fáceis de inverter, mas também é verdade que neste momento e no que diz respeito a Lousada nós estamos há quatro meses estabilizados em termos de taxa de desemprego. Além de estarmos estabilizados temos aqui também um fenómeno que acho que é importante também o avaliar e termos algum cuidado ao falar nele, para ele não se inverter, mas que desta forma estamos a controlar. Embora nós sejamos o concelho mais jovem de Portugal continental, a nossa taxa de desemprego jovem é muito menor que em todo o país. Isto é algo que tem até tecido alta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

atenção perante o trabalho da “Agenda” porque nós conseguimos perceber que quem tem contribuído muito para estes números tem sido essencialmente os jovens que saem com o décimo segundo, nível quatro, oriundos dos cursos profissionais, e que têm conseguido realmente arranjar o seu emprego e que diminui muito esse número. Posso dar um exemplo que até parece meio caricato mas é o que nos tem acontecido este ano, as questões da formação estiveram muito desadequadas e o IIEFP aqui teve uma desarticulação muito grave com a escola pública e conseguiu realmente fazer concorrência à escola pública. O que é que aconteceu? Os cursos profissionais foram a aposta que nós tivemos em junho, onde os meninos fizeram as suas opções e fizeram as suas matrículas e os que não foram para cursos profissionais dentro da escola estiveram no regular. Entretanto em setembro abriram os de aprendizagem do IIEFP e a mancha que tinham para o nosso território nomeadamente para este concelho ultrapassa de longe o número de alunos disponíveis, ou seja, nós fizemos aqui neste mesmo espaço uma reunião com todos os jovens com menos de vinte e cinco anos, inscritos no centro de emprego e, temos cento e trinta e oito e tínhamos onze cursos para esses cento e trinta e oito. Tínhamos mais oferta do que jovens, claro que esta oferta foi recair em cima dos jovens que já estavam matriculados e a frequentar a escola, o que foi muito complicado. Neste momento podemos dizer que realmente a estratégia que foi montada por esta “Agenda” não foi respeitada pelo nosso governo, no ano anterior tinha sido respeitada e a “Agenda” tinha conseguido concertar todos os cursos profissionais e de aprendizagem de todas as escolas e de todas entidades formativas dos doze concelhos e não houve este problema. Por isso na última semana nós estivemos em Lisboa, na ANQEP e pedimos para que neste ano de 2013/2014 estas regras fossem novamente respeitadas e fizéssemos nós o trabalho. Porquê? Porque chegamos à conclusão que nós sozinhos, conseguimos fazer melhor esta redistribuição do que neste momento o nosso governo, porque não está a conseguir nem de longe nem de perto. Nós aqui temos uma estratégia e quem ouviu ontem o discurso do senhor primeiro-ministro percebeu qual era a estratégia. E já agora deixem-me dizê-la porque vai de encontro a todo o trabalho que esta “Agenda” tem desenvolvido e que no fundo nós teríamos aqui uma grande possibilidade de resolver o problema da região, pelo menos controlá-lo e neste momento estamos a ser boicotados a nível nacional, ou seja agora fala-se muito do ensino dual, é um ensino que é adotado na Alemanha e que quer vir para Portugal e pode ser financiado pelo novo quadro comunitário. Ora é muito fácil de perceber que o ensino dual tem a ver com ensino de experiência e de meio tempo, parte desse ensino é com estágios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nas empresas. O que não é fácil de um momento para o outro, de um ano letivo para outro fazer com que milhares de empresas abram as suas portas a milhares de jovens, não me parece muito fácil. Mas para ajudar isso, o que é que nós vamos fazer? Vamos colocar propinas no ensino da escola pública porque assim principalmente as famílias mais carenciadas que são obrigados a ter os seus filhos até aos dezoito anos dentro da escola, se tiverem de pagar é fácil de perceber para onde é que eles vão, vamos criar dois ensinos, um de primeira categoria e outro de segunda, onde as famílias carenciadas vão ter de optar pela segunda e os de primeira vão optar pela escola pública. Isto é muito grave e vamos voltar cinquenta anos atrás, onde as famílias ricas os meninos podem ser advogados e médicos e as famílias pobres têm que ser picheleiros, eletricitistas. Não é só a questão de obrigarmos a famílias a escolher certas profissões, é que catalogámos essas profissões como sendo profissões menores, é muito grave o que se vai fazer. Entretanto em termos de planeamento o que é que nós estamos a planear? Foi acordado nesta última terça-feira perante a segurança social, centro distrital do Porto que, exclusivamente este ano dois mil e treze, as Redes Sociais vão fazer um plano de ação, não o PDS como era habitual, e nesse plano de ação vão ter uma preocupação local, para que os problemas locais de cada concelho sejam acompanhados e tratados. Mas ao mesmo tempo têm até junho, para em conjunto perante esta “Agenda”, elaborar um plano de desenvolvimento económico e social integrado do Tâmega e Sousa 2014/2020, com o apoio de uma assessoria que a CIMI neste momento está a contratar com a CCDRN, IEFP e o ministério da educação. Aquilo que nós vamos tentar fazer e estamos a terminar já, é um diagnóstico destes doze concelhos, baseado nos dados do INE que saíram recentemente, mas também num trabalho que tem sido já feito desde Janeiro, por todos técnicos das doze redes no âmbito da “Agenda”. Devo dizer que neste momento, só para terem uma ideia, há onze grupos de trabalho, vai desde o grupo que tem neste momento design e moda, onde envolve desde o calçado, têxtil, mobiliário, metalomecânica pesada, as artes tradicionais e a pedra, as florestas, agro indústrias, o turismo e temos também uma grande preocupação neste momento com tudo que é trabalho no âmbito das indústrias criativas e dos grupos do voluntariado. Claro que aqui as redes sociais também estão presentes, assim como o recém-formado conselho empresarial do Tâmega e Sousa que reúne nas três associações empresariais, com cerca de seis mil empresas associadas. No que diz respeito ao têxtil. O têxtil está ter neste momento um acompanhamento bastante próximo e no que diz respeito às seis áreas tradicionais, cada concelho onde essa área é dominante ficou mais responsável pela área. No



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

calçado ficou Felgueiras, no mobiliário ficaram Paços de Ferreira e Paredes. E no caso de Paredes uma das atividades que referiu, agora mesmo, o centro criativo e o *art on chairs* é uma das atividades da “agenda da empregabilidade” que não é só para o concelho de Paredes. Eu sei que o senhor presidente de Câmara quando apresenta este projeto tem um enfoque muito grande em Paredes mas este projeto é para estender a todos os agentes de mobiliário dos doze concelhos, assim como o têxtil. Nós já fizemos aqui o fórum do têxtil, onde reunimos as pessoas ao mais alto nível e neste momento estamos com o MODATEX e com a ANIVÉC a fazer um trabalho de base, que passa por ter, como temos neste momento um curso de modelista de vestuário na escola de Nogueira e temos neste momento já o segundo aberto para conseguirmos ter ligação com os empresários e assim conseguirmos fazer o trabalho de base, que é, ter jovens que tenham o seu poder criativo e o *input* nas próprias empresas e assim também ajudar os nossos empresários. Para terminar a nível do GIP. Devo dizer que temos feito um esforço muito grande, aceitamos tudo o que vem de Lisboa, aceitamos tudo que vem do Centro de Emprego de Penafiel e ainda colocamos um *input* pessoal. Para terem uma ideia o GIP tem um animador mas nós colocamos para além do animador, uma psicóloga a tempo parcial e duas administrativas, uma delas com o curso de jurista. Para quê? Para fazermos o que temos andado a fazer, os presidentes de Junta estão aqui não me deixam mentir, passamos por todas as Juntas de Freguesia, estamos a criar grupos e com a associação industrial de Lousada, vamos distribuir as cinquenta mil horas que eles têm de formação modelar em doze áreas diferentes, para que esses grupos estejam melhor preparados para procurar emprego. Porque o que nos acontece neste momento é que oitenta por cento dos nossos desempregados, com mais de quarenta anos, o que faz com que não seja muito fácil para eles terem uma oferta de emprego. O problema não é emprego porque emprego há, só para terem uma ideia, nós perdemos cerca de mil postos de trabalho durante o primeiro meio ano de dois mil e doze ou seja houve mil postos de trabalho que ficaram sem pessoas que pudessem desempenhar as funções que eram pedidas. Porquê? Porque há uma desadequação entre as competências do desempregado e aquilo que são as competências pedidas pelo empresário. Para ser mais simples eu costumo explicar que realmente o desempregado tem de ter duas malas, uma de formação e uma de experiência e muitas vezes os nossos desempregados vão à procura de emprego com as malas vazias. E é isso que nós tentamos fazer e que não é fácil, encher essas duas malas. Não sei se fui minimamente esclarecedora mas posso dizer mais coisas se realmente necessário.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. Vice-presidente (continuação): «Para além do excelente desempenho que aliás tem sido reconhecido aqui à senhora vereadora. Eu quero aqui felicitar também a lousadense que foi nomeada para o centro de emprego de Penafiel. Espero que tenha um desempenho à altura, confesso que estava à espera que fosse aqui a Dra. Cláudia Lousada uma vez que se dedica tanto as estas temáticas de emprego mas enganei-me. Queria também ainda dar nota que nós temos estreitado laços com a AICEP no respeito à captação de investimentos. Ainda há dias tive aqui uma equipa de belgas e posso adiantar, embora não se possa garantir nada, que Lousada consta de uma *short list* em termos de municípios que podem acolher um grande projeto de muitos milhões. O segredo disso é só um, Lousada tem os ingredientes perfeitos para essa captação de investimentos, tem a centralidade, tem bons acessos, tem juventude, é necessário uma coisa que é fundamental e tem impedido alguns projetos de avançar, que é termos terrenos a preços acessíveis. Os proprietários que pensam que vão conseguir vender os terrenos aos preços de antigamente estão completamente enganados. A situação que nós fomos apresentar é um desses casos e em princípio não será impeditivo de eles investirem e oxalá que assim seja. Para terminar relativamente à intervenção do senhor Campos de Barros. Não se trata de propaganda política nenhuma, aliás o senhor presidente não diz que é obra da Câmara, só dá nota, congratula-se no fundo pela conclusão da obra. Nós não podemos ser presos por ter cão e ser presos por não ter, a culpa é nossa enquanto a obra não se iniciava, a obra entretanto está concluída, mas nós não temos qualquer mérito. Como disse e bem o senhor presidente da Junta de Lustosa, há também muito trabalho de entreajuda e eu aqui publicamente queria enaltecer o papel dos técnicos e dirigente do EP do Porto, porque para além da simpatia que sempre tiveram, mostraram sempre uma grande disponibilidade para resolver problemas, ao contrário do que aconteceu noutras obras de antigamente. Eu acho que é justo destacar, estiveram sempre disponíveis para connosco encontrar soluções. Não fomos mais além porque, como sabem houve a necessidade imperiosa de cortar no investimento, o projeto inicial era muito mais arrojado, muito mais ambicioso. E entre não se fazer a obra no imediato que era o que aconteceria porque não havia condições para concretizar esse projeto e fazer o melhor possível, foi aquilo que se fez. Sendo certo que não havia disponibilidade financeira para expropriações para indemnizar os proprietários e portanto eles connosco mostraram abertura para resolver problemas desde que os terrenos estivessem disponíveis gratuitamente e foi isso que nós fizemos.»-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- TERCEIRO PONTO: – Fixação das taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Sobre este assunto, as perspetivas dos lousadenses sobre a redução da taxa de IMI, proposta pelo senhor presidente da Câmara e conforme se possibilitou anteriormente na comunicação social local, não foram de todo modo almejadas, a redução de zero vírgula quatro para zero vírgula trinta e oito das taxas de IMI para prédios urbanos é muito diminuta. Mas como diz o povo “migalhinhas é pão”, embora os lousadenses tivessem augurando uma redução para o zero virgula três desta taxa. Esperamos, apesar de não termos dados concretos na repercussão da descida da receita e caso não haja ou a mesma seja diminuta, se canalize para outras vertentes em especial para a ação social e assim apoiar os concidadãos mais carenciados.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Efetivamente não sei se esta intervenção ficará devidamente gravada, dado o ruído imenso, mas mesmo assim vou arriscar. Efetivamente estamos a reunir de uma forma, diria, não muito habitual numa noite de quinta-feira, as Assembleias Municipais costumam ser numa noite de sexta-feira. E a explicação que me foi dada, fundamentalmente para reunir a Assembleia Municipal na noite de quinta-feira tem a ver com este ponto, com a aprovação da taxa do IMI para o próximo ano. Isto porque, digamos que a proposta definitiva da Câmara Municipal também ratificada na Assembleia Municipal deverá ser entregue nos serviços de finanças, deverá seguir os trâmites até ao limite do dia de amanhã. Foi esta a explicação que me foi dada e que naturalmente aceito e acedi com toda a lógica e legitimidade. A proposta que aqui nos apresentam é um corolário de outras propostas já debatidas e apresentadas também em Assembleia Municipal também em Câmara Municipal por parte da coligação “Lousada Viva”. De facto o que é que estará aqui em causa? Está em causa a assunção de uma opção que deve ser clara, nada temerosa, objetivada num princípio que nos parece de toda a justiça elementar, principalmente nos tempos de dificuldade económica que todos assistimos, que é o de baixarmos estes imposto, que é passível de ser determinado também no âmbito da Câmara Municipal. E através disso, ajudarmos as famílias lousadenses, principalmente aquelas que naturalmente por força desta carga contributiva terão que assumir essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

prestação, essa contribuição. Ora esta tomada de posição, já anteriormente assumida pela coligação “Lousada Viva” consubstanciava-se numa proposta de uma redução para zero/três. A Câmara Municipal entendeu no âmbito da sua prudência que deveria baixar para zero/trinta e oito. Concordamos em pleno com aquilo que o meu antecessor na intervenção Xavier Pires disse “migalhinhas são pão”. Obviamente que quem apresenta uma proposta de redução para zero/três, acaba por valorizar uma redução ainda que diminuta e quase irrelevante para os cofres do município, mas a questão é mesmo esta, da prioridade que o município pode e deve atribuir no âmbito deste imposto, numa redução muito mais vertida deste imposto para as famílias lousadenses. Nós aqui fomos ao longo de muitos anos e quem se recorda das últimas Assembleias Municipais sabe que de ano a ano, a coligação “Lousada Viva” tem apresentado propostas de redução deste imposto. A Câmara Municipal sempre se tem refugiado na manutenção das referidas taxas, há exceção de um ano em que antecipou-se na lógica de um mês a uma determinação governamental que a taxa iria reduzir, tomou essa opção de ela própria antecipar-se e propor essa redução. Mas a verdade é esta, a coligação “Lousada Viva” sempre tem reivindicado a diminuição deste imposto. Aquilo que nós gostaríamos de ver era de facto uma tomada de posição muito mais confiante menos temerosa em que de facto se consubstanciasse numa prioridade do município para com as famílias lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vamos então aos números. Valor patrimonial de todos os prédios rústicos e urbanos do concelho: oitocentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil cento e vinte euros e doze cêntimos, isto no ano de dois mil e onze; isenções temporárias: duzentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e nove mil trezentos e quarenta e cinco euros e dez cêntimos; isenções permanentes: setenta e seis milhões trinta e três mil novecentos e vinte e sete euros e noventa e cinco cêntimos; sujeitos: quinhentos e cinquenta e nove milhões oitocentos e noventa e quatro mil oitocentos e quarenta e sete euros e sete cêntimos. Exatamente os oitocentos e oitenta e cinco milhões e tal como eu referi. Quer isto dizer senhores deputados se fizermos as contas que a percentagem dos prédios urbanos de contribuição em dois mil e onze ronda os trinta e sete por cento, cifrando-se a contribuição apurada em dois milhões, seiscentos e quatro mil cento e catorze euros e noventa e nove. Vou referir agora apenas aos prédios urbanos avaliados nos termos do código do IMI. A proposta protagonizada pelo senhor presidente da Câmara é: “... prédios urbanos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

avaliados nos termos do código do imposto municipal sobre imóveis zero vírgula trinta e oito por cento.” A proposta protagonizada pelos senhores vereadores da oposição é zero vírgula três por cento. Atentamos então os comentários do senhor vereador Agostinho Gaspar: “ Entendemos que apesar das dificuldades podíamos fazer um pouco mais de esforço, porque com zero vírgula trinta e oito por cento o esforço do município é relativamente pequeno.” O senhor vereador fez as contas com certeza. Tínhamos de diminuição da receita com a proposta dos senhores vereadores, seiscentos e cinquenta mil euros com a proposta do senhor presidente perdeu cento e trinta mil euros. Este é o esforço do município, são cento e trinta mil euros. Acham da vossa parte esta proposta razoável para quem diz, o senhor vereador Leonel Vieira na aprovação dos documentos previsionais para o ano de dois mil e treze: “ o município de Lousada tem cada vez mais despesas e as receitas continuam a diminuir drasticamente”. Quem assim fala deveria exigir que o município em relação á taxa do IMI a elevasse para zero vírgula cinco por cento e não que a diminuísse para zero vírgula três. Haja coerência. Eu entendo a vossa proposta. Não será com mais receita que o município poderá fazer face ao pagamento dos milhões de dívidas que vocês apregoam sistematicamente nesta Assembleia. Estamos perto de eleições mas os lousadenses não se deixam enganar facilmente. Resumindo e concluindo, o executivo e bem não quis como se diz em gíria “ dar um tiro no escuro” como outros e bem o fizeram. Fizeram-se várias diligências junto das finanças para se conseguir o valor global do valor patrimonial dos prédios agora reavaliados, foram infrutíferas. Portanto o executivo optou por esta baixa no imposto e oxalá que não tenha dado mesmo “um tiro no escuro”, pois as isenções nos termos do artigo quadragésimo oitavo do Estatuto dos Benefícios Fiscais têm sido requeridas em catadupa e todos infelizmente sabemos porquê. Estão aqui as famílias com pequenos recursos, estes é que precisam de não pagar o imposto e têm à sua disposição o artigo quadragésimo oitavo do Estatuto dos Benefícios Fiscais.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Carlos Nunes, nós temos tido as nossas pegadas nesta Assembleia porque normalmente temos opiniões discordantes relativamente a alguns aspetos fundamentais da conduta governativa do país e do concelho e ainda bem que isso existe porque nos permite ter um diálogo que nós queremos que seja sério. O problema é a frase que eu ouvi aqui o senhor deputado dizer, o PSD reivindicou e tem reivindicado nos últimos anos a descida do IMI, é verdade, a questão é uma questão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

coerência como acabou de definir o senhor Santos e mais uma vez a reafirmo. Senhor deputado temos de ser razoáveis, nós não podemos dizer por um lado que o município não tem sustentabilidade e pelo outro pedir que reduza uma das formas do seu financiamento, que é alicerçado num imposto criado pelo governo, por lei da Assembleia da Republica e que se encontra alicerçado no princípio da capacidade contributiva. O que nós podemos tentar fazer, dentro do limite estabelecido legalmente, é tentar encontrar um ponto de equilíbrio que nos permita dizer, cidadãos lousadenses vocês estão sujeitos e enquadrados neste IMI, objetiva e subjetivamente, nós achamos corretos serem tributados desta forma. O que é populista e aquilo que eu discordo do colega refere-se ao facto de dizer que nós temos sempre de taxar pelo mínimo legal. Isso é populismo e é apenas para tentar agradar, quando nós sabemos perfeitamente que o PSD não tem essa posição, e se tivesse nós vê-la-íamos a nível nacional. Mas então não é o PSD que está a avaliar mil e seiscentos imóveis, não me perguntem como, porque aquilo também é régua e esquadro. Não é o PSD que tem avaliações de imóveis que qualquer pessoa que chega às finanças e veja o valor da avaliação chega lá e diz, vendido. Avaliações superiores ao valor de mercado para os contribuintes pagarem mais de IMI. Quem é o responsável por isto, é esta Câmara? E porque que está limitado o fator dos contribuintes poderem pedir outra avaliação e nomearem avaliadores da sua confiança. Porquê? A verdade senhor deputado é que o PSD defende o aumento do IMI. O PSD quer que o IMI aumente e nós estamos a tentar balancear o jogo para que a contribuição que é feita pelos cidadãos lousadenses seja justa, equilibrada, harmoniosa que defenda os interesses da Câmara Municipal e que defenda o interesse das famílias e dos proprietários dos bens. Como o senhor Santos aqui referiu e muito bem, os números são claros, quem não tem capacidade contributiva não paga, os prédios que não se encontram inseridos objetivamente para efeitos de IMI, têm um valor patrimonial baixo, não pagam. Agora como vi uma vez um ilustre membro do PSD dizer, quem quer ter casas tem de sofrer também um bocadinho as consequências da coisa, concordo mas vamos ver como as vai sofrer. O senhor deputado não venha dizer que migalhas, migalhinhas. Concordo, são migalhinhas. Agora não venha para aqui dizer que vocês reivindicam, porque eu ando farto de reivindicar para que os impostos baixem e o seu governo não me ouve. Ando farto de ir a manifestações de cidadãos, reivindico e ninguém me dá nada. Reivindicar é possível, agora se o senhor Dr. vier aqui e me disser, nós achamos que de facto seria bom, seria o melhor dos mundos possíveis ser zero virgula três, mas concordamos que seja zero ponto trinta e oito porque assim o interesse de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ambos ficam mais bem salvaguardados. Senhor Dr. pelo menos tenha a hombridade de vir aqui dizer que essa é a solução mais ajustável, e seja coerente, porque não pode ao mesmo tempo defender que o município não tem receitas e não tem sustentabilidade e depois vir para aqui dizer que o município que está assim vai abdicar de receita, tem de ser coerente. Se me diz o município está em catástrofe financeira, tem de me dizer onde é que nós vamos buscar receitas. Eu não conheço outras receitas, tirando a parte dos serviços, que não sejam impostos, taxas e outras contribuições aprovadas por lei. É importante para termos aqui um diálogo dignificante e politicamente correto que o senhor deputado, ao chegar aqui e ao dizer nós reivindicamos que a taxa de IMI seja zero vírgula três por cento, o mínimo legal estabelecido, me diga quais são as contrapartidas para o município, onde é que o município vai buscar dinheiro para salvar a outra posição, e a quem o vai fazer, e quais os custos disso. E que ao mesmo tempo venha aqui dizer que já fez o devido lóbi dentro do seu partido para que de facto também a lei, o IMI seja alterado no sentido de o enquadrar com aquilo que acha que é enquadrável e que acha que Lousada também deve merecer.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Pois bem aquilo que está aqui em causa, como aqui foi dito pelo “senhor dos números” é um esforço do município, numa redução da receita com esta redução da taxa de IMI em cento e trinta mil euros. O “senhor dos números”, senhor Joaquim Santos também sabe que o mesmo município que de uma forma temerosa pretende baixar a taxa de IMI, num ano que antecede eleições autárquicas, como já o fez em dois mil e oito. O eleitoralismo e o populismo que vocês acusam está todo aí, em dois mil e oito e em dois mil e doze, a coligação “Lousada Viva” ao longo de todos os anos sempre apresentou em Moções propostas para redução da taxa do IMI. O populismo e o eleitoralismo está aí bem patente e é todo do lado daí, esses mesmos cento e trinta mil euros, calculados como o esforço que o município irá fazer, por exemplo este mesmo município gastou cento e trinta mil euros numa rotunda numa freguesia deste nosso concelho. Veja o esforço que é aqui tido para atenuarmos a carga contributiva de muitas famílias lousadenses. Aqui o que está em causa e também recordar aqui, entre parêntesis, que em dois mil e três o engenheiro José Sócrates promulgou uma lei que ditava que todos os prédios teriam de ser avaliados até dois mil e treze. A *Troika* vem antecipar esta avaliação para dois mil e doze. Portanto se algum lóbi teria que ser feito, esse lóbi já poderia ter iniciado muito antes da tomada de posse do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

atual governo de Portugal. Mas eu não entro na discussão da política nacional porque efetivamente a discussão da política nacional nunca foi o meu timbre nesta Assembleia Municipal. Aquilo que mais me interessa é a política municipal, é por essa que eu abduco muito do meu tempo. Portanto aquilo que mais me interessa aqui era saber se o município quer ou não quer tomar uma tomada de opção clara, em atenuar a carga contributiva de muitas famílias, que de certa forma se chegarmos lá e dissermos o seu imposto está calculado em trinta e sete por cento, essa família não quer saber dos trinta e sete dos trinta ou quarenta por cento, quer é saber que vai ter que pagar quatrocentos, quinhentos ou setecentos euros. Portanto é aí que nós temos de trabalhar, principalmente em anos de dificuldade económica financeira como aqueles que temos vindo a passar ultimamente. Portanto terminava com isto, colocamos a questão do lado da perda da receita, mas essa questão pode ser claramente repensada com uma reestruturação da despesa do município.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O “senhor da demagogia”, Dr. Carlos Nunes gosta muito de falar destas coisas. Essa lei não foi José Sócrates nem o governo de Sócrates que a promulgou, essa lei foi a Dra. Ferreira Leite que a promulgou quando era ministra das finanças. Eu afirmei aqui na minha intervenção que isto podia ser “um tiro no escuro” para este executivo, e pode. O senhor vice-presidente vai-me perdoar mas eu tenho que dizer o seguinte, que se calhar o senhor estava interessado em dizer, mas eu vou dizer e o senhor se quiser reforce. Nós temos uma taxa de zonamento, isto dito pelos técnicos que andaram aí a fazer estas reavaliações, ficaram admirados como é que Lousada tem o zonamento mais baixo aqui do Vale do Sousa. Eu não me admirei com aquilo que eles disseram porque eu fui funcionário aqui de finanças durante muito anos e sei como é que isto se processava. Ficaram admirados com as avaliações anteriores, quer isto dizer que estes técnicos não puderam dar informações concretas porque eles estão convencidos que o município de Lousada não vai ter alteração, não vai ter rendimento com o IMI. Eles estão convencidos disso, eu também digo isto por eles o terem dito. E sabe que há avaliações e alguns desses técnicos que andaram aí também fizeram assim umas avaliações à zurrapa, olhavam e, isto tem tanto metro de comprimentos, tantos metros disto, daquilo, quarenta mil euros, está bem. É por isso que isto é um “tiro no escuro” para o município de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «A juventude socialista de Lousada que tem um mote: “agir local pensar global”. Nós hoje somos uma grande aldeia. E o facto de me dizer que se foca só no município deixa-me arrepiado, por um motivo, quem conhece isto não conhece o resto, e mais, a administração autónoma do estado, é do estado, é nacional. Compreende o que lhe estou a dizer? Se o senhor apenas se foca em Lousada não se foca no resto e é muito mau quando não conhecemos o resto, não temos, nem comparação, nem temos dados que nos possam vir para aqui afirmar o que quer que seja. Retirei, sem agrado, falou aqui em redução da despesa, não fez detalhes técnicos nenhuns e a única coisa que referiu aqui foi uma determinada rotunda. Se calhar, para o bem ou para o mal, não faço ideia de qual era a rotunda a que se referia, não sei, há tantas, nem sei quem a fez, mas uma coisa posso-lhe garantir não foi o José Sócrates que aprovou o código de IMI. A tributação do património já existia pelas sisas, já existia no tempo do Salazar que até se tributavam os prédios com base nos quartos e no dinheiro que podia vir de um arrendamento estivesse aquilo arrendado ou não. E portanto estamos a falar meus senhores, volto a reafirmar, de uma receita que é fundamental para o município, de uma receita que tem de ser equilibrada tendo em conta aquilo que são os limites estabelecidos por lei. Nós não podemos ser demagógicos, não podemos ser politicamente astutos ao ponto de vir aqui dizer que o partido socialista é que está com intenções eleitoralistas e vocês defendem sempre o mesmo. Eu vou-lhe dizer uma coisa, aquilo que nos separa é que vocês são oposição, podem dizer zero vírgula três, durante quatro, oito, vinte e dois ou vinte quatro anos que isso não vai fazer diferença nenhuma, em termos eleitoralistas para vocês, e para nós não vai fazer nenhuma diferença em termos eleitoralistas mas vai-se refletir no orçamento da Câmara, é a diferença que nos separa. Compreende? Por isso nós não temos medo de assumir que baixamos o IMI, mas baixamos o IMI a favor das populações mas a pensar nos interesses da Câmara. E mais uma vez, sem agrado, retiro que veio aqui e não me explicou aquilo que nós chamamos aqui de coerência, que é, explique-me mais uma vez como é que pode defender a taxa mínima de IMI quando diz que este município tem dívidas até ao pescoço. Explique-me como é que isso é coerente, alguém do público, da comunicação social, alguém. Era a mesma coisa que eu dizer sou um pobretana não tenho nada no bolso, mas uma renda que eu tenho não a quero, pode ter duzentos euros todos os meses, mas eu não a quero. Conseguir-me explicar esta falta de coerência, sua e do seu partido. E deixo-lhe também outro convite, fale com o seu partido e peça ao seu partido para refletir relativamente às alterações no IMI, peça-lhe para atenuar os mecanismos que estão no memorando da *Troika* para avaliação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dos prédios, peça-lhe para não avaliar prédios por valores quinze, vinte, trinta por cento superiores aquilo que são os valores reais e de mercado atuais dos prédios. E talvez, aquilo que o senhor diz aqui que as pessoas não ligam às taxas, só ligam ao dinheiro que têm de contribuir, talvez aí com essas reduções nas avaliações, elas denotem que pagam muito menos pelo IMI e por terem uma casa.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Vou tentar ser breve, como disse aqui o Dr. Carlos Nunes teve mesmo de ser hoje, esta quinta-feira esta Assembleia Municipal e não foi antes porque tentamos aguardar o máximo por uma resposta das finanças que permitisse ter uma decisão mais sustentada. Se tivéssemos respostas otimistas por parte das finanças teríamos sido muito mais generosos para com todos os lousadenses. Não houve essa possibilidade não chegamos a ter essa informação das finanças e o prazo termina amanhã teríamos mesmo de fazer hoje esta Assembleia Municipal. Relativamente à intervenção do Dr. Carlos Nunes, falou aqui numa atitude desesperada, numa atitude mais confiante e menos temerosa. Não me admira as suas palavras, fica aqui bem demonstrado as abordagens diferentes que há nesta Assembleia de um lado a forma populista e demagógica que aqui expôs e a responsabilidade de quem governa. Fica aqui bem clara a diferença que existe. O senhor Santos referiu aqui que o esforço do município será na ordem dos cento e trinta mil euros. Vamos ver se não é mais, porque há uma forte possibilidade de nós perdermos receita. E há uma certa possibilidade de perdermos receita porque, se é certo que há um aumento substancial do valor patrimonial dos prédios, também todos nós sabemos que reduz substancialmente quase para metade as taxas respetivas, como sabem a taxa máxima era de zero ponto oito para prédios não avaliados e ficando avaliados passa para zero ponto cinco. Nós temos notícias de muita gente que já recebeu as suas avaliações e que vão pagar muito menos. Aliás eu sou um desses cidadãos, vou pagar menos do que pagava e como eu há muita gente. Por outro lado, temos indicações de que tem entrado imensos pedidos de isenção permanente. Como sabem os prédios que não excedam determinado valor e que sejam propriedade de pessoas com poucos recursos económicos têm o direito de pedir uma isenção permanente. Portanto vai crescer exponencialmente essas isenções. Aliás cresce muito também por força daquilo que o senhor Santos aqui disse que é o facto de termos coeficientes de localização muito baixos e não temos por acaso, não temos pela razão que uma vez aqui foi dito, aqui ou na Câmara, eu agora não estou preciso, mas sei que já foi dito que Lousada tinha coeficientes de localização baixos porque não tinha a qualidade vida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dos outros municípios, tinha menos equipamentos, tinha menos infraestruturas, esse argumento é completamente ridículo, todos nós sabemos que as razões não são essas. Nós temos coeficientes de localização baixos porque a Câmara a determinada altura entendeu que devia baixar esses coeficientes de localização e aprovou em devido tempo uma alteração. A primeira versão dos coeficientes de localização, isto no início do processo em dois mil e dois ou dois mil e três, tinha desajustamentos que não faziam qualquer sentido, estou-me a lembrar por exemplo de coeficientes de localização em Lodares iguais ao centro da vila e porquê, porque estava próximo de Penafiel e como estava próximo para que não houvesse ali um degrau muito grande subiram nos coeficientes de localização de Lodares. Estou-me a lembrar do Torno, muitos exemplos existiam. Tentamos corrigir essa situação criando no fundo uma lógica de círculos, á volta dos grandes centros, distinguindo a importância desses centros, e depois em função da distância indo baixando os coeficientes de localização. Foi isso que fizemos na altura, numa situação consertada por diversas entidades, técnicos, agentes imobiliários, agentes da construção civil, uma reunião pública que houve na Associação industrial. Conseguimos apresentar uma proposta conjunta que depois demorou a aprovar, julgo que só passados dois anos é que ela foi aprovada. Relativamente ainda à intervenção do Dr. Carlos Nunes. Eu sinceramente não o tinha e continuo a não tê-lo como um guerrilheiro, espero que não enverede por esse caminho, mas fica-lhe mal esse tipo de conversa de que nós gastamos cento e trinta mil euros numa rotunda. Sabe perfeitamente que não foi só uma rotunda que nós fizemos lá, fizemos uma rotunda e uma ligação a outra rotunda, um troço de estrada que está lá para toda a gente ver. Portanto eu fico desiludido com esse tipo abordagem e não esperava da sua pessoa, acho que honestidade intelectual fica bem a toda a gente. Depois falou aqui em reestruturação da despesa. Segundo o que percebi da sua intervenção, podíamos baixar a taxa de IMI e compensávamos o lado da despesa com uma reestruturação. Eu gostava de saber que reestruturação era essa, seria despedimento de funcionários, conforme já se viu a porta entreaberta algumas intervenções que aqui ouvimos, seria por exemplo, olhe, havia uma situação muito simples, os oitocentos e tal mil euros que estão previsto no orçamento para as Junta de Freguesia, se não os atribuíssemos daria para compensar isto. Acha que era um bom caminho? Nós temos de ter honestidade intelectual, não se pode como toda a gente sabe “ter sol na eira e chuva no nabal”, nós para fazer face aos compromissos que todos nós sabemos que são necessários temos de ter receita. Gostaríamos muito de ter uma abordagem diferente mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

infelizmente não é possível, não temos dados que nos permitam com responsabilidade tomar essa decisão. Eu lembro que, e já o tenho dito repetidamente, voltei a dizê-lo na reunião de Câmara, que o município de Lousada foi fortemente prejudicado em dois mil e três com o início deste processo, porque de um ano para o outro tivemos uma quebra brutal nas receitas de IMI. E o IMI é uma das receitas mais importantes dos municípios, e de lá para cá só ao fim de nove anos é que nós recuperamos os valores que recebíamos na altura, entre dois mil e três e dois mil e dez a Câmara perdeu mais de três virgula cinco milhões de euros, mesmo sem crescer teríamos recebido mais de três virgula cinco milhões de euros, isto neste momento representa metade da dívida líquida da Câmara, conforme adiante vou referir a propósito dos documentos previsionais. Portanto não podemos ser insensíveis a esta realidade. Obviamente quem nos dera a nós ter condições para sermos mais generosos como disse mas uma coisa vos digo já e depois não digam que é por questões eleitoralistas, para o ano se porventura este cenário não se verificar e se nós não perdermos receitas vamos baixar outra vez e depois não venham dizer que vocês já tinham proposto. Nós temos sido coerentes nesta matéria e temos dito sempre o mesmo “não andamos ao sabor do vento”. Depois queria reforçar aquela ideia que o senhor Santos referiu, nós já tínhamos a noção clara que de factos eramos o concelho da região que tinha os coeficientes mais baixos e os peritos vieram-nos a confirmar isso. Por fim queria destacar que nós não podemos ver esta redução de zero quatro para zero trinta e oito isoladamente, porque a seguir vamos votar outra perda de receita da Câmara, vamos prescindir de vinte por cento da receita que nós temos em sede de IRS, também é um contributo importante que vamos dar, para ajudar as famílias, continuamos a prescindir também da derrama para incentivar as empresas. E queria aqui destacar que no distrito do Porto só há quatro municípios que não lançaram a este imposto, Lousada, Amarante, Baião e Póvoa do Varzim. Numa altura em que o governo como já disse há pouco está a asfixiar as autarquias locais com cortes sucessivos nas transferências, lei dos compromissos, com grande dispensa, enfim, nós temos de ter receita e os presidentes de Junta que aqui estão sabem perfeitamente que a responsabilidade de quem governa assim o obriga. Portanto não temos nesta matéria mais margem de manobra do que aquela que estamos a assumir.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação das taxas de zero vírgula sete por cento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para prédios urbanos e rústicos e zero vírgula trinta e oito por cento para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, conforme estabelecido nas alíneas b) e c), do nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis” -----

----- A proposta número um foi aprovada por trinta e cinco votos a favor, dez contra dos seguintes membros: Cláudia Patricia Lousada, Maria Emilia Chamusca, Virgínia Luzia Santos Monteiro, Delfina Morais Silva Campos, Carlos Manuel Nunes, José Augusto Campos Barros, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira e Joaquim José Bessa e duas abstenções dos seguintes membros: João Edgar Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida e Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvaes. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Dora Manuela Rocha --

----- Com declaração de voto do senhor Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Apenas para memória futura, votamos contra, não a redução do IMI, votamos contra a forma temerosa, porque em nosso entendimento esta redução deveria ir um pouco mais além do que o zero trinta e oito”-----

----- E do senhor Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ Vai no sentido de congratular a Câmara por este esforço ainda que pequeno mas também salientar o rigor com que aplica nas suas contas, a responsabilidade, porque não estamos em tempos de experiências, as experiências já foram feitas noutros concelhos e foi o que resultou e que é conhecido de todos. Portanto noutra altura com outra situação económica talvez seria possível baixar ainda mais, que é no fundo o que todos queremos, desde que isso, isto é que é fundamental, não afete a condição do município que até ver e nos últimos anos, décadas, tem sido bem gerido”. -----

----- QUARTO PONTO-Fixação da taxa de participação variável no IRS do Município de Lousada; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dizer que acompanhamos esta proposta e que iremos votar favoravelmente, efetivamente vem no seguimento da anterior intervenção e daí justificar-se este voto favorável. Dizer que de facto não são muitos os municípios que enveredaram por esta iniciativa, Lisboa é um exemplo e decidiu reduzir dois por cento, Lousada apresenta um por cento é sempre louvável e por isso vamos votar favoravelmente.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Era só para dizer ao Dr. Carlos Nunes bem-vindos ao lado da razão. No entanto não posso deixar de notar aqui uma incoerência uma vez que a exemplo do que fez no IMI também podia ter proposto uma baixa ainda maior.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “ A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação de fixar, para os rendimentos do ano de 2013, uma participação variável de 4% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município de Lousada, em conformidade com o nº 1 do art.º 20º da Lei nº 2/2007 de 15 de janeiro coadjuvado com a alínea h) do nº 2 do art.º 53 da Lei nº 169/99 de 18 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de quarenta e sete votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Dora Manuela Rocha --

----- QUINTO PONTO - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2013 -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «A aprovação destes documentos não deixa este orçamento de ser um plano com metas mas também com obstáculos, e um dos maiores obstáculos, passo a citar: “particularmente afetadas pela lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso têm sido as autarquias locais. A realidade concreta veio a confirmar as preocupações manifestadas pelo partido comunista português quanto às consequências nefastas da aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso na administração local. A sua aplicação está a criar inúmeros problemas no quotidiano dos municípios, impôs dificuldades ao nível da gestão, tornando-a menos ágil e flexível, colocando mesmo em causa o cumprimento das suas competências e conduzindo à sua paralisação. Em muitas autarquias há diversas equipas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

paralisadas por falta de materiais, impossibilitando a execução de funções ao nível da manutenção urbana, dos espaços verdes, da conservação das vias rodoviárias ou da manutenção das refeições e transportes escolares. Em suma, a aplicação desta lei traduziu-se na asfixia de funcionamento das autarquias, condicionando negativamente a intervenção e a capacidade de resolução dos problemas junto das populações. Aliás vários municípios assumiram publicamente o incumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso para poderem dar resposta necessária às respetivas populações. Mesmo a publicação de um despacho que permite aos municípios considerar os montantes a transferir pelo ministério da educação ao abrigo dos programas das refeições e dos transportes escolares não resolveu o problema. A Associação Nacional de Municípios Portugueses expressou veementemente a sua posição á lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, ainda no processo de discussão deste diploma, reiterando essa posição, as conclusões do vigésimo congresso da Associação Nacional do Municípios Portugueses realizado no dia vinte e nove de Setembro, defendem a revogação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Entendem que esta lei se trata de um diploma absurdo, completamente alheio ao bom senso que deve imperar, elaborado por quem desconhece a realidade, que paralisa a gestão municipal e que arrisca resumir a gestão municipal à gestão de tesouraria e os eleitos a adjuntos de tesoureiros. E afirmam ainda que no caso, mantenha a obrigatoriedade da aplicabilidade da lei, os municípios terão de suspender as atividades municipais em aspetos fundamentais nos serviços que prestam às populações. No plano da administração local não se pode ignorar a ingerência da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, da autonomia administrativa e financeira do poder local democrático consagrada na constituição da República Portuguesa, crescem ainda as dúvidas da inconstitucionalidade, suscitada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses no que respeita à intromissão da autonomia do poder local democrático e a aquisição e à equiparação dos eleitos autárquicos e dirigentes municipais. Nesse sentido o Procurador-Geral da República pediu a declaração da inconstitucionalidade da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, remetendo para o tribunal constitucional. O próprio governo perante a força dos factos e inúmeras denúncias de entidades públicas particularmente das autarquias acabou por ter de reconhecer embora a contragosto o seus problemas verificados na aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, com a publicação do decreto-lei cento e vinte e sete/ dois mil e doze de trinta e um de Junho que pretende esclarecer os procedimentos necessários à aplicação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

da mesma e à operacionalizada da prestação da informação. Em particular estabelece o decreto-lei cento e vinte e sete de dois mil e doze que as entidades públicas dispõem de um período de quarenta e cinco dias seguidos para proceder à adaptação ou aquisição de sistemas informáticos necessários à aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, também no mesmo diploma se admite que num período transitório a inserção de um número de compromissos na ordem de compra, nota de encomenda ou documentos equivalentes, possa ser feita manualmente ou seja a cento e vinte dias após a entrada em vigor da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, o governo reconheceu não estarem as entidades públicas preparadas para o seu cumprimento. Apesar da clarificação de alguns procedimentos necessários à lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso o decreto-lei cento e vinte e sete de dois mil e doze não resolveu, nem podia resolver nenhum problema, já que essa não era a intenção do governo. O problema de fundo, o subfinanciamento crónico dos serviços públicos, enquanto este problema não estiver resolvido, a imposição dos procedimentos estabelecidos na lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso tem como consequência o estrangulamento funcional das entidades públicas e a degradação dos serviços por ela prestados.» -----

----- Era uma hora quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Joaquim Cardoso -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Documentos previsionais para o ano dois mil e treze, orçamento da receita, orçamento da despesa e plano plurianual de investimentos. Queria fazer duas notas prévias à análise mais atenta de cada um destes documentos. E a primeira nota é para fazer a evolução financeira dos últimos orçamentos municipais: no ano de dois mil e dez, foi apresentado o valor global de cinquenta e três milhões trezentos e cinquenta e seis mil euros; no ano de dois mil e onze, valor global de quarenta e quatro milhões duzentos e vinte e oito mil euros; (menos nove milhões de euros) em dois mil e doze, valor global de trinta e sete milhões duzentos e setenta e nove mil euros; (menos sete milhões) em dois mil e treze, o valor que nos é aqui apresentado é de vinte e oito milhões duzentos e quatro mil euros. Menos nove milhões de euros, ou seja de dois mil e dez para dois mil e treze, há uma redução no valor global do orçamento na ordem dos vinte e cinco milhões de euros, o que representa quarenta e sete por cento menos do que aquele valor. Segunda nota:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

evolução financeira da receita real do município e da despesa corrente do município. Receita real do município: dois mil e dez, vinte e três milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil euros; em dois mil e onze, vinte e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil euros; no orçamento de dois mil e doze, ainda não temos o relatório de contas do orçamento, vinte e quatro milhões setecentos e noventa mil euros; no orçamento que nos é apresentado para dois mil e treze da receita real do município é de vinte e três milhões quinhentos e oitenta e quatro mil euros. Ou seja oscila muito pouco na casa dos vinte e três a vinte e quatro milhões de euros. Despesa corrente do município: dois mil e dez, dezanove milhões oitocentos e noventa mil euros; dois mil e onze vinte milhões e cinco mil euros; orçamento de dois mil e doze vinte e um milhões setecentos e sessenta e três mil euros; orçamento para dois mil e treze que nos é apresentado vinte e um milhão e sessenta e oito mil euros. Ou seja passamos dos vinte milhões para a casa dos vinte e um milhões de euros. Minhas senhoras e meus senhores, estas duas notas prévias revelam com clarividência duas coisas: primeiro, constata-se que o envelope financeiro que o município tem vindo a gerir regista de ano para ano uma diminuição acentuada; segundo, por outro lado o nível da receita real do município tem vindo a aproximar-se do nível da despesa corrente do município, perdendo-se mais de um milhão de euros na pequena folga existente entre a receita real e a despesa corrente do município. Como sempre afirmamos, se não houver financiamentos públicos, comunitários e estatais, Lousada fica refém dos custos de funcionamento sem que possa ou consiga ir mais além em despesa de capital. É isto mesmo que está plasmado neste orçamento, confirmado pela chefe de divisão municipal de finanças e contabilidade quando diz que, “em termos de investimentos o que se pode fazer basicamente é aquilo que houver de financiamento do QREN”. Minhas senhoras e meus senhores ao longo dos anos questionamos a visão, o planeamento, a definição de prioridades e o modelo de gestão do executivo socialista na Câmara Municipal, hoje percebemos melhor que nunca que é fácil gerir recursos em tempos de avultadas verbas. Nos últimos seis anos este executivo geriu mais de duzentos milhões de euros, fez algumas obras é verdade, mas descuroou por completo o modelo de gestão sustentável e criador de riqueza para o município, a modo que hoje estamos bastante limitados no domínio da capacidade de investimento de capital. E a verdade é que tudo isto se reveste de maior preocupação quando o ambiente económico-financeiro não é favorável, às limitações que o orçamento geral de estado impõe a todas entidades e concidadãos, reforçam o nível de dificuldade de reverter toda esta situação, mas ao mesmo tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

eleva a capacidade, eleva a exigência de maior rigor, ambição, planeamento e gestão do erário público. É aqui que nos distanciamos da gestão socialista na Câmara Municipal, se analisarmos com atenção o plano plurianual de investimentos para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezasseis não vislumbramos nada que marque pela diferença áreas de intervenção necessárias ao desenvolvimento económico e social do nosso concelho. Por outro lado, há freguesias que nem tão pouco merecem qualquer inscrição de investimentos. E aqui aproveito para abrir um parêntesis para ressaltar a esperança colocada neste orçamento para a execução dos contratos programa com as Juntas de Freguesia, fortemente penalizadas no corrente ano. Como tive a oportunidade de dizer há um ano atrás, a Câmara executaria o seu plano de trabalhos à custa dos orçamentos das Juntas de Freguesia. Pois é, assim está a ser, quem passeia pelas ruas da vila percebe que há dinheiro mas quem circula pelas freguesias fica mesmo com a sensação que não há de facto dinheiro para iniciar ou concluir qualquer obra. O concelho só não estagnou por completo porque houve criatividade de alguns presidentes de Junta. Já aqui tive a oportunidade de fazer essa referência e essa justiça a alguns presidentes de Junta, efetivamente têm tido essa argúcia e essa criatividade de não deixar a sua freguesia estagnar. No plano plurianual de investimentos estão definidos quatro milhões novecentos e um mil oitocentos e noventa e sete euros para dois mil e treze, sendo que algumas rubricas estão abertas com dotações financeiras meramente académicas, ou seja e é esta a explicação que é dada, se houver financiamento público faz-se, se não houver prometemos que vamos fazer na mesma por administração direta. Tem sido este, o engenho para gerir e iludir a opinião pública. Dos quatro milhões novecentos e um mil oitocentos e noventa e sete euros definidos em plano de investimentos temos a seguinte distribuição: quatrocentos e noventa e três mil euros em aquisição e reparação de imóveis e equipamentos, locação de viaturas, material informático; noventa e três mil e seiscentos euros em educação; um milhão cento e vinte e cinco em ordenamento do território, ou seja arranjos urbanísticos e beneficiação das vias de comunicação, quase todas elas ou maioritariamente aqui na vila; quatrocentos e sessenta e quatro mil euros, em saneamento; cento e noventa e um mil euros, em abastecimento de água; setenta mil euros, em proteção do ambiente e conservação da natureza; trinta e cinco mil e quinhentos euros, em cultura, mobiliário para auditório e biblioteca; dois milhões cento e trinta e quatro mil euros, em desporto recreio e lazer; trinta mil euros em agricultura, pecuária silvicultura, caça e pesca, ou seja limpeza dos caminhos florestais, faixas laterais dos rios e de alguns pontos de água; cento e oitenta mil euros, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

industria e energia ou seja instalação e remodelação de iluminação publica e zero euros em industria, ou seja definitivamente deixaram cair aquela rubrica do “se houver vamos ver, se houver fazemos”, mas efetivamente este plano anual de investimentos já não contempla a famigerada zona industrial de Caíde de Rei; oitenta e dois mil e quinhentos euros em transportes e comunicações ou seja transportes rodoviários, sinalização vertical e horizontal. Para além do valor global orçamentado em investimentos ser substancialmente inferior ao do ano em curso, mantém-se a lógica do investimento previsto, do qual sessenta e seis virgula cinco por cento do valor total, está destinado a arranjos urbanístico, beneficiação de vias de comunicação e para desporto recreio e lazer. Senhora e senhores presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores é esta a visão e o modus operandi deste executivo. Uma vez mais decidiu elaborar um orçamento e um plano de investimentos sem convocar os contributos das forças vivas locais, desde logo os presidentes de Junta e os vereadores da oposição, assim como daqueles que pelo exercício da cidadania poderiam apresentar propostas ou sugestões de enriquecimento destes documentos e de definição das ações correspondentes. Mas não, opta-se por elaborar um orçamento como quem tem que apresentar alguma coisa, sem espirito empreendedor, sem a abrangência necessária e sem a ligação às reais necessidades do concelho. Alimenta-se uma máquina pesada sem o engenho de otimizar a favor das freguesias e das populações. Mais de vinte e um milhões de euros em despesas correntes, é preocupante, tanto mais preocupante quando o nível das receitas reais do município, excedem em pouco mais de um, dois milhões de euros as despesas correntes. Como diz, João César das Neves: “na balada da crise que passa, as autarquias tal como o estado, existem para servir a sociedade mas se o aparelho cresce muito a partir de certa altura ele passa a ser o seu próprio objetivo”. Digo eu, ao fim de vinte e três anos de gestão, caminha-se para o fim de ciclo político, e uma coisa é certa, o sistema instalado cresceu muito, por isso não pode continuar a ser esse o objetivo da autarquia. A autarquia deverá assumir novamente o objetivo de servir a sociedade.» -----

----- Era uma hora e dezoito minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Filipe Peixoto -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O ciclo político de Jorge Magalhães é capaz de estar no fim mas o Dr. Pedro Machado está bem no início. Na declaração de voto dos vereadores da coligação estes referem o seguinte: “o município só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

consegue fazer obras e construir equipamentos com o dinheiro dos fundos comunitários”, isto dito em tom de crítica, deixa-me surpreendido porque isto devia ser o maior dos elogios que se podia fazer a uma autarquia, nos momentos que correm. Quem está minimamente atento à realidade das autarquias, à sua gestão, ao modo como são atribuídos os fundos comunitários, isto é essencial, só pode elogiar o facto da Câmara Municipal de Lousada ter ainda essa capacidade ao contrário de muitos concelhos aqui no nosso país para recorrer a esses fundos. Todos sabem que só aqueles municípios que apresentam uma situação financeira estável, podem recorrer aos fundos comunitários, ao contrário daqueles que não têm capacidade económica para corresponder á componente nacional. Eu penso que isto é completamente factual e simples de perceber. Pelos vistos, parece que acham o contrário, acham que se calhar devíamos prescindir de aproveitar essas verbas. Se calhar, penso eu, custa admitir perante os lousadenses que grande parte das obras são feitas com o mínimo de encargo possível para o povo de Lousada, dada a saúde financeira e o aproveitamento desses fundos comunitários. Todas estas questões são muito curiosas quando vemos a situação financeira dos concelhos vizinhos que recorrem a resgates financeiros, como PAEL e por aí fora, dado anos e anos de má gestão. Eu aqui em Lousada não vi isso. Ainda assim eu penso que se calhar acham mal dar prioridade aos fundos comunitários e depois disso caso não seja possível ou não haja fundos comunitários para determinada obra recorrer á administração direta. Quer dizer, eu penso que isso é que é muito bem pensado, eu acho que é isso que poupa dinheiro aos contribuintes, isso só tem uma palavra, poupança, mais nada.» -----

----- Era uma hora e vinte minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia os seguintes membros: Abílio Alves e Virginia Santos Monteiro -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Carlos Nunes eu só queria que me respondesse a duas perguntas já de seguida para eu não o acusar de desonestidade. Primeira, faz sentido apostar na construção de mais uma zona industrial, quando todos os dias vão à falência centenas de empresas? Segunda questão, como é que considera o impacto da curva de Laffer no orçamento camarário, como o descreveu, desde dois mil e dez?» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Sei que me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

colocaram uma questão mas eu confesso que estava distraído e não tomei nota da questão que me foi colocada, mas se me derem oportunidade responderei com todo o gosto. Os documentos que por excelência deveriam ser entendidos como guião para a atividade do município, vertendo as ambições de futuro para o nosso concelho, que ilustrassem o caminho que devemos percorrer para atingir tais propósitos, seriam sem dúvida os documentos previsionais que aqui estamos a discutir. Mas não é essa a lógica do executivo e da bancada do partido socialista. Elaboram estes documentos sem grande preocupação pela materialização dos mesmos, desvalorizam-nos constantemente, quem se recordar da Assembleia de há um ano atrás, sobre este mesmo assunto, desvalorizam estes documentos. Encontram justificações até contraditórias para desculpar, a vossa falta de ambição para o concelho, chegamos ao ponto de atribuírem à oposição a responsabilidade pelos problemas do concelho. Ora essa, se existem problemas no concelho, como infelizmente existem, a responsabilidade é vossa, toda vossa. Os lousadenses não pedem desculpas, os lousadenses exigem soluções. Os lousadenses exigem que se governe os destinos do concelho em diálogo e interação com as forças vivas locais, como eu disse, Juntas de Freguesia, associações, comércio, agricultura, indústria, forças de segurança, estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de saúde entre outros. Os lousadenses exigem que não se governe os destinos do concelho de costas voltadas para os problemas que afetam as populações, afetam diretamente as populações, são pequenas obras que muito dizem às pessoas e que vossas excelências, aí sim, demagógicamente, remetem para a graçola ou para a desculpa, como recentemente o fizeram num comunicado enviado para a imprensa local, assinado por, e acabo por felicitar, o agora candidato pelo partido socialista, político, dirigente do partido socialista em Lousada, vereador e também funcionário da autarquia, assim o fez recentemente. Ou seja, com aquele tipo de comunicado, que nós assistimos lamentavelmente, assinado por sua excelência, sobre o propósito das visitas da coligação “Lousada Viva”, atrevo-me a dizer-lhe, frontalmente, se tivesse que lhe atribuir um título, esse título seria certamente, “o de campeão da insensibilidade social”. O senhor é o campeão da insensibilidade social, faz graçola com os problemas que afetam diretamente as populações, despreza os problemas das pessoas como se não tivesse qualquer responsabilidade, despreza as reivindicações de pequena monta, como se não fosse importante para o bem-estar e qualidade de vida de quem vive diariamente com dificuldades. O que as pessoas esperam dos políticos é que lhes resolvam os problemas e que tenham a sagacidade de projetar investimentos úteis e produtivos para a população em geral. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fazerem promessas que mais tarde não cumprem, não prometerem apoios que mais tarde não cumprem e não transferir apoios para associações que já não funcionam, como foi o caso da transferência para associação de futebol de Lustosa, bem comprovado na revista municipal deste mês, como foi o caso da atribuição de um subsídio para a construção de uma bancada há muito construída. Esta tem sido a opção, temerosa, é verdade do executivo socialista, mesmo quando é chamado para assumir opções claramente diferenciadoras, remete-se para ambiguidade ou para o tacticismo político. Numa altura de fortes restrições financeiras para toda a população e entidades públicas e privadas não se vislumbram opções políticas que marquem pela diferença a gestão do município. Não se vislumbra qualquer opção política que marque pela diferença a gestão do município. Sabemos que é difícil o exercício de reduzir a dívida, sem reduzir encargos, sabemos que é difícil o exercício de reduzir impostos diretos do município sobre a população especialmente a mais desfavorecida sem compensar o lado das receitas. Mas é possível, tudo isto é possível, não será feito certamente no próximo ano, mas estou confiante numa mudança responsável e positiva para o nosso concelho. O projeto da coligação “Lousada Viva” não é isto, é bem melhor que isto, desde logo, na ambição que temos para o concelho, na otimização da gestão municipal, no envolvimento e no desenvolvimento integral de todas as freguesias do concelho, na concretização de investimentos úteis à população e geradores de riqueza para o município, na prestação de um verdadeiro serviço público à comunidade. Darei apenas o exemplo de se constituir sinergias ativas entre a disponibilidade de recursos da autarquia com as necessidades das freguesias. Minhas senhoras, meus senhores quem olha para estes documentos não perceberá qual é a política, qual é o rumo, que o executivo socialista defende para o concelho. Dizem que a máquina está montada, mas depois surgem bastantes exemplos de que de facto a máquina custa e custa caro, são estes os exemplos com as quais querem justificar o injustificável, tudo isto acontece no concelho de Lousada. O problema é que quando há dinheiro há distração quando não há dinheiro não pode mesmo haver distração. O envelope financeiro que o município tem para gerir é cada vez menor, as receitas reais do município estão cada vez mais próximas das despesas correntes do município, não havendo financiamentos públicos, não há folga financeira para fazer obra. Minhas senhoras e meus senhores, a nossa abstenção nesta votação, tem um carácter crítico sobre a apresentação destes documentos, percebemos a realidade conjuntural que está na origem mais ajustada do valor global deste orçamento, mas não podemos deixar de observar criticamente, que se chegamos a esta situação foi porque não houve ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

longo dos últimos anos a visão estratégica de projetar o concelho para patamares superiores de desenvolvimento económico e social. Reparem como disse anteriormente, nos últimos seis anos, geriram duzentos milhões de euros, hoje propõem-se gerir catorze por cento desse valor, vejam a diferença. Mais do que nunca é necessário um modelo de gestão sustentável e criador de riqueza para o município. Mais do que nunca é necessária uma mudança política em Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Olhe senhor deputado eu vou-lhe dizer uma coisa: o senhor deputado vem aqui, parece um cordeirinho, mas no fundo é pele, porque dentro o senhor é raposa. E devia ter vergonha. Porque isso tudo que está aqui a ler é mentira. E se fizer o favor de disponibilizar esses documentos on-line, e nos disponibilizar para consulta até mesmo antes de isso ser posto em ata, eu farei o favor de o esclarecer, gratuitamente, quanto a todos esses pontos. Percebe. Porque o senhor, aquilo que está a iniciar aqui, é a sua campanha eleitoral. Vamos dizer a verdade a toda a gente e aos órgãos de comunicação social, o senhor deputado foi instruído para vir aqui abrir as hostes eleitorais. Eu fiz-lhe duas perguntas e não respondeu a nenhuma. Fala aqui na indústria mas também não aponta nenhum caminho para a indústria no concelho, mais uma vez, não há propostas do PSD. O PSD limita-se a vir aqui mandar boquinhas. Mandar aqui umas pelo meio para ver se isso encaixa em alguém. O problema é que isso não está a encaixar e depois vitimiza-se. O senhor deputado vem aqui vitimizar-se. Senhor deputado, não minta, este concelho cresceu e cresceu muito. Nenhum lousadense acredita naquilo que o senhor veio aqui dizer. Este concelho evoluiu, progrediu, gera riqueza, tem investimento, tem infraestruturas, tem jovens e potencial humano. Nós temos jovens colocados nas melhores universidades, nós temos jovens que dão provas nas áreas da engenharia, humanidades, da cultura, das artes. Nós temos potencial e isto também foi gerado por este executivo. Muita gente veio para cá morar, preferiu Lousada por isso, não seja intelectualmente desonesto, ao vir tentar enganar estas pessoas que são representantes dos cidadãos lousadenses. Eu não vou apontar as normas técnicas que serão apontadas pelos meus colegas, porque facilmente vão desmistificar aquilo que o seu texto, meramente académico, como lhe chamou. Normalmente até é usado na linguagem do direito, mas o texto meramente académico que proferiu e que eventualmente até redigiu com as devidas dúvidas e lícitas aliás, mas de meramente académico não passa esse texto, de meramente académico não passa a sua intervenção, de meramente hipócrita e desonesta não passa essa sua intervenção. Portanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhor deputado eu só lhe peço uma coisa, se quer iniciar a campanha eleitoral, seja frontal e seja honesto, e vou-lhe dizer mais, aquilo que referiu relativamente ao orçamento e às perdas, eu vou dizer isto e por aqui me quero, a curva de Laffer, é uma representação teórica relativa ao impacto das taxas do imposto sobre a receita arrecada. Sabe porque é que o estado, o seu governo, tem vindo a perder receita de IVA, porque aumentou as taxas. Porque é que nós em Lousada e todos os outros concelhos, estamos a perder receita. Porque será? Porque se calhar há menos capacidade contributiva porque se calhar há mais fuga ao fisco. Será por isso? Será por isso que esses dois fatores de que se falava se estão a aproximar. E de quem é a culpa? É de Lousada e dos lousadenses? Ou é da política que tem vindo a ser seguida lá em cima, a nível nacional, que o senhor diz que não aceita e que nem quer saber, será daí? Olhe senhor deputado, digo-lhe uma coisa, fico muito triste com a sua intervenção.» -----

----- Era uma hora e trinta e seis minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Delfina Campos -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Antes de começar a minha intervenção quero dizer uma coisa: senhor Carlos Nunes o senhor deu aqui uma de nulidade (demo nulidade) aos lousadenses, sabe porquê? Dão vitórias a quem governa mal. É engraçado, vitórias sucessivas a quem governa mal. Sobre esses valores todos que apresentou, nesses anos, de receita e despesa, o senhor devia ter também a hombridade de falar das taxas de execução. O senhor gosta tanto de falar das taxas de execução e esqueceu-se de falar sobre isso. E digo-lhe também que, quem assim fala, não é coerente ao abster-se neste orçamento. Como tenho referido em anos anteriores, há que chamar à atenção para o facto que devem ser analisadas separadamente as receitas e as despesas correntes e de capital. As receitas correntes são calculadas nos termos legais pela média dos últimos vinte e quatro meses, anteriores à sua elaboração, que em regra são inferiores às que efetivamente são cobradas. Mas há quem desconheça ou queira desconhecer isto, dou-lhes um exemplo, pergunta de um senhor vereador da oposição na reunião de Câmara de dezanove do onze: “ qual foi a base da previsão que colocam aqui porque o aumento não é significativo em relação ao IMI”, a resposta é esta: tem de ser a média dos últimos vinte e quatro meses. Salientar que a despesa corrente prevista para dois mil e treze em relação às dotações corrigidas de dois mil e doze, e muito bem o senhor Carlos Nunes disse, de vinte e dois mil seiscientos e oitenta e cinco, seiscientos e dois euros para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vinte e um mil zero sessenta e oito, quatrocentos e oitenta, sofre uma diminuição de cerca sete por cento. As despesas correntes, refletem portanto a cotação dos gastos restringidos ao essencial para o pleno funcionamento dos serviços municipais. Igual valor se verifica nas dotações com despesa com pessoal, dez milhões seiscentos e trinta e cinco oitocentos e trinta euros em dois mil e doze, para dez milhões quatrocentos e quarenta e um mil e cinquenta e um euros em dois mil e treze, cerca de dois por cento menos, devido à continuação da política de limitação de novas contratações, já a incluir um dos subsídios suprimidos no corrente ano e a contratação de pessoal destinado ao funcionamento da escola básica de Nogueira. A manutenção do FEF para dois mil e treze, ser igual à de dois mil e doze, causa constrangimentos devido ao facto do anunciado pagamento de um dos subsídios suprimidos. Quero com isto dizer que o FEF deveria ter sido aumentado. No que se refere à receita de capital, é estimada tendo em conta diversos fatores de ordem previsional, designadamente: se isto fosse possível vender, a venda de terrenos na zona industrial de Lustosa, os contratos programa a celebrar com os diversos ministérios e o financiamento de obras a participar no âmbito do QREN com candidaturas já aprovadas e outras a apresentar em momento oportuno. No que respeita ao plano plurianual de investimentos que totaliza vinte e oito milhões trezentos e oitenta e três mil duzentos e setenta três euros e cinquenta cêntimos, tem que considerar-se que apenas se encontram inscritos em orçamento, quatro milhões novecentos e um oitocentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos, como verba definida, uma vez que o restante depende da aprovação de candidaturas do QREN. É de salientar que neste plano plurianual constam algumas obras já concluídas e não pagas, em virtude do atraso da transferência das participações do QREN, e do ministério da educação no que diz respeito á escola básica de Nogueira. As únicas dotações certas são as dos empréstimos contratados e ainda não utilizados, as transferências do orçamento do estado e as participações das candidaturas já aprovadas. Assim as receitas das despesas de capital, tanto podem ser as previstas no orçamento, isto são documentos previsionais como tenho sempre dito, como podem variar para mais ou para menos, conforme os valores que vierem a ser obtidos. Esta bancada congratula-se por esta autarquia não constar na listagem de municípios com prazo de pagamento superior a noventa dias publicada pela DGAL. Pois o montante de pagamento em atraso de acordo com o estabelecido na lei dos compromissos e pagamentos em atraso sofreu uma diminuição de um milhão oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco euros, verificada em janeiro, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

duzentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e quatro euros em outubro, sendo que deste valor uma parte significativa diz respeito a obras participadas. Tenho esperança, para não dizer a certeza, que quando votarmos os documentos de prestação de contas para dois mil e doze, em abril próximo, esta quantia será bastante inferior.» -----

----- Era uma hora e quarenta e dois minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Eugénio Pedro Ribeiro -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vou responder um bocado telegraficamente porque também as afirmações do senhor Dr. Carlos Nunes não exigem muito mais que uma resposta telegráfica, relativamente a alguns números que deu. Tentou aqui com alguma ilusão dizer que a autarquia vai ter em dois mil e treze, um saldo, (fazendo a diferença entre a receita e a despesa) à volta de um milhão. E que seria esse milhão de euros, aquilo que a autarquia poderia investir em dois mil e treze. Lendo o orçamento corretamente as despesas de capital vão ser na ordem dos sete milhões cento e trinta e seis mil. E já aqui foi dito que a Dra. Cristina Oliveira disse que aquilo que está orçamentado relativamente a fundos do QREN é o que já está aprovado, e que desde que eles sejam aprovados é possível chegar a um valor de doze milhões, isto é mais sete milhões. Portanto sete com sete já são catorze milhões de investimento. Para além disso e isto vocês tentam sempre deturpar esta situação só vêm o departamento de obras e urbanismo como uma despesa, mas a sua despesa corresponde a investimento de capital, em obras, que no próximo ano estão orçamentadas em cinco milhões oitocentos e setenta mil, isto é, este valor de despesa de pessoal de obras e urbanismo é de facto, na prática uma despesa de capital, que é muito superior a esta, porque se a autarquia tivesse que fazer empreitadas, contratar empreiteiros para fazer este volume de obras com certeza que o valor era muito superior. Portanto considerando todos estes três elementos a autarquia pode ter em dois mil e treze, um orçamento de despesa de investimento, em obras e equipamentos na ordem dos dezanove milhões, perto de vinte milhões de euros. Relativamente a determinados investimentos que a autarquia tem feito. É uma interpretação, na minha opinião, minimalista e redutora que demonstra que vocês não têm a mínima noção do que é uma autarquia, chamarem por exemplo, às obras de investimento nos arruamentos da vila e outros arranjos, “obras de cosmética” e inclusivamente ao investimento no complexo desportivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

chamar-lhe uma obra de “papa orçamentos”, como o senhor Dr. Carlos Nunes o fez no ano passado. Não compreendem que por exemplo, neste momento, de dificuldade que as empresas têm, porque agora já não é só um problema de financiamento, elas não investem, não se criam novas empresas, porque mesmo que houvesse financiamento não há mercado interno para que elas possam vender a sua produção, continuam a insistir na criação de mais parques industriais, quando temos o de Lustosa que foi acabado de construir em dois mil e nove, e ficou parado porque as empresas não conseguem, neste momento, ter capital, nem sequer possibilidade de colocar os produtos que produzem. E não conseguem ver que o complexo desportivo neste momento, se calhar, é a única obra que consegue fazer com que se façam investimentos produtivos. Basta ver o aparecimento que está acontecer de um hotel, que é um investimento produtivo, que é consequência da existência do complexo desportivo. Provavelmente outros irão aparecer, outras obras na área da saúde, do ensino superior e na área do turismo, em que o complexo desportivo vai ser o catalisador desses importantes investimentos da parte dos particulares. Nos arranjos da vila. Queria dizer que também não compreendem e chamam-lhe uma obra de cosmética. Ora os municípios não vendem batatas, não vendem t-shirts, não vendem automóveis, os municípios “vendem” o seu território. Isto é, o seu território tem de ser de tal ordem, que consiga ser vendido, primeiro aos seus habitantes, terem qualidade de vida; segundo lugar àqueles que cá trabalham, que também gostam e tem necessidade, vem para cá se tiverem condições para trabalhar cá; terceiro lugar aos turistas que nos visitam; e em quarto lugar às próprias empresas, que só investirão no concelho de Lousada se realmente tiverem as condições de educação dos seus filhos, atividades de ordem cultural, desportiva, etc. Portanto estes dois investimentos que vocês chamam “papa orçamentos” são de facto nesta altura de crise, aqueles que podem potenciar um investimento a curto, a médio e a longo prazo. Diz o senhor Dr. Carlos Nunes que nós desprezamos a reivindicações de pequena monta, aquelas que normalmente nas freguesias se resolvem, até numa relação entre técnicos e as Juntas de Freguesia, que eu valorizo, uma lâmpada que falta uma torneira que está a deitar gotas de água ou um cano que tem ferrugem, são de facto obras que vocês têm apontado, além de outras e que eu valorizo. E valorizo de tal ordem e até acho que o vosso trabalho nesse aspeto é tão bem feito que seria uma grave injustiça se a população de Lousada não vos viesse atribuir nas próximas eleições o mesmo papel. Na Assembleia Municipal de dezasseis de dezembro de dois mil e onze, a propósito da afirmação do senhor Joaquim Santos de que “ o orçamento é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

um documento meramente previsional” disse a certa altura o senhor Dr. Jorge Neto: “... relativamente a uma intervenção que foi feita aqui por um ilustre deputado do partido socialista que reiteradamente procura desvalorizar o papel de um orçamento...” e mais à frente: “... No caso concreto de Lousada, o orçamento da Câmara de Lousada, para o próximo ano deve relatar com fidelidade aquilo que é a visão do executivo para o concelho. E nessa exata medida é um documento crucial, não é um documento previsional, enfim de segunda linha, é um documento fundamental. Porventura o documento estratégico com mais importância que é discutido nesta casa, neste plenário, na Assembleia Municipal de Lousada”. Permita-me, não está cá mas é como se estivesse, senhor Dr. Jorge Neto, que manifeste aqui a necessidade de alguma clarificação relativamente a uma das suas afirmações, a que diz, referindo-se ao orçamento, que é “porventura o documento estratégico com mais importância que é discutido nesta casa”. O orçamento e sem querer menosprezar a sua importância, assim como a de todos os outros, é um documento elaborado essencialmente com base em dados históricos. Portanto do passado. Esta minha afirmação pode ser comprovada na resposta que a senhora Dra. Cristina dá relativamente a uma dúvida do senhor Dr. Agostinho Gaspar: “O valor previsto para multas e penalidades tem a ver com a fórmula de cálculo, tem a ver com os valores recebidos, a média dos últimos vinte e quatro meses”. Sendo esta regra a mesma para todas as receitas correntes, publicada no orçamento de Estado, excetuando a parte das transferências, que são consoante os protocolos que existem. Todos nós sabemos que quando começa a ser trabalhado o orçamento, em princípio, três meses antes da sua apresentação, todos os departamentos municipais começam por recolher os dados dos anos anteriores, para com base neles começarem a elaborar a primeira abordagem à proposta de orçamento para o ano seguinte. É por isso mesmo, sem dúvida um documento com génese no passado, sem grande dinâmica, restritivo e fechado. Foram essas as razões que deram origem ao surgimento da ideia do “orçamento zero”. E é assim ainda muito mais neste momento de crise em que nos encontramos, com um enfoque quase exclusivo na austeridade, provocando grandes constrangimentos à ação dos executivos das câmaras, lei dos compromissos. Prova disso é a justificação do senhor presidente, da impossibilidade de desviar a verba para a requalificação na zona da Avenida Amílcar Neto, que chegou a ser ponderada: “Acontece que a partir de junho, quando o governo decidiu retirar dinheiro para a reprogramação do QREN, definiu uma regra de carácter imperativo, ou seja, desde que houvesse alterações de projeto, as mesmas (verbas) não seriam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

contempladas”. Isto é, se a Câmara como pretendia, alterasse essa verba para outro projeto, pura e simplesmente deixava de vir. Concluo deste modo que o orçamento não pode ser considerado um documento estratégico, na medida em que deva ele próprio definir a estratégia. Na maior parte das empresas nos Estados Unidos, assim como em muitas empresas portuguesas, outro tipo de documentos são já utilizados para a definição da estratégia dessas empresas, como o senhor Dr. Jorge Neto bem sabe, por exemplo o *Balanced Scorecard*. A estratégia de uma empresa, de um município, tem que ter uma visão de futuro, de longo prazo, muito mais abrangente que o período de um ano. No orçamento devem estar refletidos os caminhos a seguir para o ano a que se refere, com vista ao cumprimento da estratégia já anteriormente definida. Mas não é ele que determina a estratégia, nem sequer é obrigatório que ela seja publicada. Há muitas empresas de sucesso em que a estratégia é até definida intuitivamente, mas o que interessa é que ela está lá. É o que se passa com este e com todos os anteriores orçamentos da Câmara Municipal de Lousada. Neles estão, como agora é usual dizer-se, bem plasmados os caminhos a seguir de acordo com a estratégia definida, há já muito tempo, pelos executivos do partido socialista que têm governado o município ao longo dos últimos vinte e três anos. Só não a vê quem, na verdade, não a quer ver. Se nos debruçarmos sobre a comunicação no *facebook* de apresentação de candidatura à presidência da Câmara de Lousada, nas próximas eleições, do senhor Dr. Pedro Machado, podemos aí encontrar tudo o que atrás acabei de dizer. Diz o senhor Dr. Pedro Machado: “A minha candidatura tem como principais linhas orientadoras: primeiro - reforçar o apoio às famílias e às empresas (mais apoio social e mais incentivos às empresas); segundo - valorizar o melhor ativo do concelho, a juventude, através do reforço da aposta na educação/formação; terceiro - captar investimento e dinamizar o emprego; quarto - potenciar o desporto, o turismo e a agricultura como setores estratégicos do concelho; quinto - requalificar o espaço público dos centros das freguesias e criar mais espaços verdes e circuitos pedonais; sexto - reforçar a aposta no ambiente e na qualidade de vida”. Ponto primeiro, vou repetir, reforçar o apoio às famílias e às empresas, mais apoio social e mais incentivos às empresas. A preocupação maior do momento - uma situação conjuntural, mas que é preocupante e que deve merecer a prioridade das atenções do executivo nos próximos anos. Ponto segundo, valorizar o melhor ativo do concelho, a juventude, através do reforço da aposta na educação/formação. A estratégia já alicerçada na seguinte realidade, Lousada é o concelho mais jovem de Portugal continental. Pontos: terceiro, quarto, quinto e sexto, captar investimento e dinamizar o emprego;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

potenciar o desporto, o turismo e a agricultura como setores estratégicos do concelho, requalificar o espaço público dos centros das freguesias e criar mais espaços verdes e circuitos pedonais; reforçar a aposta no ambiente e na qualidade de vida. Os caminhos indicados em orientações de caráter geral, que a seu devido tempo irão, com certeza ser desenvolvidas. Aqui está a “estratégia” que os dirigentes da coligação PSD/CDS tanto procuravam, não a encontrando, apesar de ela ter estado sempre à frente dos olhos de toda a gente. A “estratégia”, a “visão”, o “projeto para o futuro” senhor Dr. Carlos Nunes, conforme o senhor dizia e que todos os orçamentos têm “respaldado no seu âmago”, como o senhor dizia, que tantos bons e resultados têm trazido para o concelho e cuja continuidade na senda do sucesso nos foi agora garantida, sem qualquer margem para dúvidas, pelo senhor Dr. Pedro Machado. Por tudo o que ficou dito vamos votar favoravelmente a proposta de orçamento para o ano de dois mil e treze.» -----

----- Era uma hora e quarenta e três minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Em defesa da honra o Sr. Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Fui aqui acusado por um deputado desta Assembleia, João Correia, cordeirinho, mentiroso, hipócrita, desonesto, enfim. A única coisa que eu posso dizer sobre isto é que o senhor deputado efetivamente deve treinar o discurso em frente a um espelho. E pergunto a esta Assembleia se concorda e se revê com este tipo de intervenções, acredito que não tenha a sua bancada na totalidade a acompanhá-lo. Efetivamente as acusações que me faz são pessoais, são ofensivas. E o senhor deputado não me merece muito mais que lhe diga porque eu respeito esta Assembleia Municipal. E acho que o senhor também devia passar a respeitar tendo mais educação e enobrecendo o lugar que ocupa.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Se há bocadinho disse que o deputado Dr. Carlos Nunes me tinha desiludido e que não esperava dele aquilo que ouvi. Agora fiquei com a ideia ainda mais reforçada, espero que este caminho de pistoleiro fique por aqui, porque acho que não leva a lado nenhum. E se está à espera, da minha parte, que lhe responda à letra, está muito engado, não me vai enervar, não me vai desorientar, não lhe vou responder á letra certamente e vou tentar ser objetivo. Sem contudo deixar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

depois de ser conclusivo também, e uma coisa é certa, na sua intervenção o que mais houve foi desonestidade intelectual, sabe o que isso é, isso não é ofensivo e vou explicar-lhe porquê. Deu-me a sensação clara de que o senhor não estava a falar de Lousada. E portanto é preciso esclarecer a realidade de Lousada, ou não conhece a realidade, ou então está impreparado, não estudou bem a lição, para não pensar o pior, que tentou ludibriar e, espero bem que não. Portanto concebo estes dois cenários impreparação ou do desconhecimento. Relativamente ao histórico que fez quanto à questão da receita, disse que em dois mil e dez, foram cinquenta e três milhões, grosso o modo, em dois mil e onze quarenta e quatro, dois mil e doze trinta e sete, dois mil e treze vinte e oito. Isto tem uma razão muito simples, porque estes vinte e oito, poderiam ser quarenta, e não é por uma razão muito simples, pela incompetência do atual governo que há oito meses suspendeu o QREN para reafectar as verbas a setores mais prioritários, mais estratégicos, e ao fim de oito meses ainda não decidiu. Portugal tem ao seu dispor verbas que permitem apoiar projetos na ordem dos oitenta e cinco por cento, municípios, felizmente, como Lousada, que tem capacidade para fazer face à componente nacional, tem capacidade para assegurar os quinze por cento, não podem executar esses investimentos porque o governo não decide. E como não decide, nós não podemos prever essas verbas aqui no orçamento, são verbas por definir. Portanto à medida que esses projetos sejam aprovados pelo governo e esperemos que seja o quanto antes porque este processo já é vergonhoso, numa altura em que o país tanto precisa de dinamizar o emprego, de crescimento e ainda mais num setor tão frágil como é o da construção civil e que a população de Lousada tão depende dele, como sabe, que há muitas pessoas da construção civil cuja única solução é imigrar e estamos parados. Temos sete centros escolares prontos a arrancar e não os podemos executar, correndo o risco do concelho ficar com escolas de primeira e escolas de segunda ou de terceira isso faz algum sentido. Portanto enganou-se no alvo a abater. É um discurso completamente demagógico, sinceramente fico arrepiado, isso é do mais básico que existe, dizer anda-se pela vila e constata-se que não falta dinheiro, vamos às freguesias e não se vê nada. É bom que se diga que o investimento que está aqui na vila era um anseio muito antigo de toda a gente, inclusivamente de vocês, que nos criticavam sucessivamente por Lousada ser o único concelho aqui da região que não tinha feito uma intervenção no centro urbano, falavam sempre de Penafiel, Paredes e Lousada não tinha porque nunca teve essa oportunidade nos fundos comunitários. E teve-o, há dois ou três anos, foi quando apareceu. Acha que devíamos desperdiçar esses recursos? Estas obras que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estão a ser executadas, são obras que vêm de trás e é bom que se diga que este dinheiro que está ali a ser investido não podia ser para outras coisas que porventura considerássemos mais prioritária, ou era para aquilo ou não era para nada. Era para outros municípios. Vamos por verdade no discurso porque é importante. E relativamente ao abandono das freguesias. Todos nós sabemos que isso não é verdade, é evidente que gostaríamos de ter uma intervenção muito mais ativa, agora, por amor de Deus, toda agente sabe o investimento que estamos a fazer em termos de saneamento, toda a gente sabe os investimentos que fizemos na requalificação viária, é evidente que há muita coisa para fazer, é evidente, mas estamos a estudar com as Juntas de Freguesia já intervenções futuras para requalificar as ligações inter-freguesias, eixos fundamentais para melhorar as acessibilidades do concelho. As escolas, os centros escolares que já estão feitos aqueles que esperamos fazer, os ginnodesportivos, temos um rácio invejável, já o disse aqui uma vez, supera a vossa ambição eleitoral. Vamos ser sérios no discurso porque dá-me a sensação que vocês vêm para aqui falar de realidades de outros concelhos. Portanto o que resulta das intervenções que eu ouvi da vossa bancada, é que se vocês fossem poder, nós não teríamos complexo desportivo, não teríamos o centro da vila requalificado, nós não teríamos parque urbano, nós não teríamos investimento aqui no centro da vila. É isso que eu depreendo do vosso discurso demagógico. E depois dizer que não há estratégia. Já aqui foi dito e muito bem ali pelo senhor Ferro, então um concelho que há vinte anos estava no top nacional do abandono escolar, uma situação vergonhosa, que estava a impedir o desenvolvimento deste concelho. E que ao fim de vinte anos conseguiu inverter completamente esta realidade e somos atualmente dos concelhos com menos abandono escolar, uma taxa residual. Não há estratégia, não há uma estratégia que toda a gente reconhece, uma aposta da formação e na educação desde muitos anos, está ali o senhor vereador que tem muito mérito nesta aposta que foi feita ao longo destes anos. Na cultura, a aposta no desporto, já percebemos que vocês consideram que o desporto não é estratégico, mas é para nós, e os resultados estão á vista. E como disse o senhor Ferro há uma serie de investimentos que vieram porque se fez esta aposta no desporto, se não, não os teríamos e muitos outros seguramente virão por aí. A questão do apoio social não deve ser uma bandeira, não é orgulho nenhum para nós dizermos que temos muita gente apoiada, quem dera que não houvesse pessoas com essa necessidade, mas há certamente um trabalho que é feito, e é feito sempre com grande discricção, para salvaguardar as pessoas. E estava agora a senhora vereadora a lembrar-me que ainda há pouco tempo a Rede Social foi premiada pela intervenção que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

leva a cabo. Certamente que o mérito não é só da Câmara, é de todos os parceiros sociais que têm sabido trabalhar em rede porque juntos conseguimos fazer mais. Depois disse aqui que eu desprezo situações de pequena monta. É evidente que a rede mosqueira também é importante e o estore avariado. Eu não disse que não era importante, o que eu acho é que é completamente demagógico, referir essas pequenas situações e esquecer grandes investimentos que são feitos. Por exemplo em Nogueira, então nós fizemos lá um centro escolar, um pavilhão gimnodesportivo, aquela rede viária. E não há mérito nenhum. Só há defeitos, só há estores avariados e rede mosqueiras por colocar. Foi isso que escrevi basicamente, é essa a ideia que resulta daquele escrito. Escrevi e voltava a escrever. Esse tipo de discurso faz-me lembrar aquela passagem da bíblia do “coar o mosquito e engolir o camelo” é esse o papel que vocês têm tido. Como disse aqui e bem o senhor Santos, se calhar são os lousadenses que andam enganados ao longo de vinte e quatro anos. Aliás eu fiquei também arrepiado na reunião de Câmara, quando disseram que a nossa governação era autista. Se calhar os lousadenses que nos elegeram também têm sido autistas. Queria dar só mais umas notas sobre os documentos previsionais, sem querer ser exaustivo e o senhor Santos já me adiantou muito trabalho. Mas eu acho importante reforçar, de facto há aqui uma redução clara nas despesas correntes, de cerca de sete por cento, há aqui uma intenção clara de reduzir nas despesas correntes, é um trabalho que já vem dos anos anteriores. Há também uma diminuição das despesas com pessoal, apesar de haver novos encargos que não tivemos no ano passado, nomeadamente com um dos subsídios. Relativamente às despesas de capital. Já o disse, elas podiam e estou convencido que elas vão ser superiores em função entretanto das candidaturas que vierem a ser aprovadas. Certamente que na prestação de contas isto ir-se-á confirmar. Depois não é por acaso, certamente, terão tido acesso a uma lista que a DGAL publicou com os municípios cujo prazo médio de pagamento é superior a noventa dias, não deve ser por acaso que Lousada não consta lá. E já agora vejam os municípios aqui, que vocês consideram ser referências de boa gestão, veja onde é que eles aparecem. Relativamente à questão da lei dos compromissos. Eu também gostava de dar aqui nota, o certo é que basicamente este ano foi contenção, contenção por força da lei dos compromissos. Em janeiro de dois mil e doze para terem uma ideia, nós tínhamos um milhão oitocentos e sessenta e nove mil euros de pagamentos em atraso, é evidente que grande parte desta quantia eram atraso de fundos comunitários, em outubro temos apenas duzentos e cinquenta e nove mil euros, em novembro já não temos dívida que conte para a lei dos compromissos como pagamento em atraso. Provavelmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vamos passar a trinta e um de dezembro com uma dívida a fornecedores e empreiteiros de cerca de cem mil euros. Se isto não é boa gestão, eu gostava de saber o que é. Queria também realçar que a dívida bancária vai baixar substancialmente, como sabem não houve contração de empréstimos e todos os meses pagamos os empréstimos, vai amortizar os empréstimos, vamos abater cerca de um milhão de euros na dívida bancaria. Como disse o senhor Santos e bem continuamos com uma capacidade de endividamento invejável, superior a cinquenta por cento. A dívida líquida vai baixar substancialmente para sete milhões e meio de euros. Depois para terminar, referiram aí que as despesas correntes são cerca de vinte e um milhões, enquanto as receitas reais são apenas de vinte e dois milhões, no fundo a Câmara só terá aqui um saldo de um milhão para fazer investimento. Isso não é verdade, ou não sabem ler o que aqui está, ou estão a tentar ludibriar alguém. Porque se forem ver bem, há transferências do FEF, uma parte é para despesas correntes e outra parte é para despesa de capital. Não sabem disso. Bastava ler a intervenção da Dra. Cristina Oliveira, chefe de contabilidade fez, está lá, ela diz: oitenta por cento do FEF é para despesas correntes e vinte por cento é para despesas de capital. E estamos a falar de um milhão e meio. Só aí vê-se que vocês não estão a falar verdade. Se for ao orçamento da receita está lá, transferências de FEF, parte do capital, um vírgula cinco milhões. Sim, um mais um e meio, quanto é que dá, e o resto não são receitas reais? Agora pode-me dizer os terrenos podem não ser vendidos, mas o resto não é receita real? Estamos a brincar, vamos ser sérios. Depois aquela crítica que há uma centena de sugestões que não foram por nós acolhidas, não constam dos documentos previsionais. É evidente que não podem constar, a maior parte delas não têm sequer expressão para constar. Há regras para fazer os orçamentos. O orçamento não é a estratégia em si mesma, o orçamento é um meio para atingir um fim. Não é um fim em si mesmo e por isso é que é um documento dinâmico, por isso é que há alterações, por isso é que há revisões. Por isso é que nós todos os anos fazemos alterações e revisões, para ir de encontro à dita estratégia. Em termos gerais eu julgo que é um orçamento de contenção, um orçamento realista e um orçamento também ambicioso, no sentido de concretizar uma série de investimentos cuja aprovação dos financiamentos dos fundos comunitários, nós aguardamos.»

----- Era duas horas e treze minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2013, Orçamento da Despesa, Receita e Plano Plurianual de Investimento, nos termos da alínea b), do nº 2 do art. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número três foi aprovada por trinta e dois votos a favor e oito abstenções dos seguintes membros: João Edgar Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Ricardo Jorge de Sousa Oliveira, José Augusto Campos Barros, Carlos Manuel Nunes, Cláudia Patricia Lousada, Maria Emilia Chamusca, Joaquim José Bessa e Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Era duas horas e dezoito minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos. -----

----- Com declaração de voto do senhor Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silhares: “ Era só para dizer que voto a favor deste orçamento, na medida em que vi reforçada a verba para as Juntas de Freguesia. Espero que ela seja consubstancialmente entregue e que não aconteça o que aconteceu durante este ano. Ao mesmo tempo, espero também que não se receba na Junta de Freguesia mais ofícios a dizer que por causa da lei dos compromissos não é possível fazer mais obras”.-----

----- E ainda do senhor João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ Votei favoravelmente este orçamento porque como é bom de ver ele resulta de um compromisso claro e sério desta autarquia e deste executivo, para que dentro da medida do possível e dentro daquilo que a lei e o governo permitem seja feito o melhor por Lousada e pelos lousadenses. E relembro só uma coisa, os lousadenses que vão beneficiar deste orçamento ensinaram-nos e ensinaram-me que não nos devemos vitimizar e que não nos devemos, na guerra política, rebaixar e meter debaixo dos outros, ensinaram-me a utilizar a argumentação concreta e factos concretos, por isso me elegeram. E é por isso que enquanto eu sentir que os represento não me demito e é por isso que enquanto eles disserem que sim eu vou estar cá e é por isso que se alguém me disser ou se os meus eleitores me disserem, João Correia, nós não aprovamos isso, eu chego cá e sou coerente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e digo: os meus eleitores disseram-me para não votar. Por aqui me quedo”--

----- SEXTO PONTO - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2013;

----- Intervenção da Sra. Cláudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia, excelentíssima Mesa da Assembleia, senhor presidente de Câmara em substituição, senhores vereadores, público, comunicação social e senhores deputados. Após análise do quadro de pessoal que nos apresentam para dois mil e treze e das propostas de recrutamento de pessoal, verificamos situações que reconhecemos de facto a sua necessidade, tal como acontece e meramente a título de exemplo, com as auxiliares para as escolas e a polícia municipal. No entanto há outras propostas de recrutamento com as quais não podemos concordar, atento que devemos estar à atual conjuntura de contenção e racionalização de custos. Face ao exposto e tendo em consideração que a vossa proposta nos foi apresentada num todo, não podemos concordar, nem nos comprometer, pelo que iremos votar contra o mapa de pessoal para dois mil e treze.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O município tem uma capacidade de endividamento invejável, conforme já disse o senhor Dr. Pedro Machado, conforme mapa demonstrativo que nos foi enviado e que vocês parecem não o saber ler. Felizmente como já afirmei, o município não recorreu ao regime excepcional e transitório, à concessão de crédito para regularização de dívidas nos termos do chamado PAEL. Os pedidos estão todos devidamente fundamentados pelos vários departamentos, senhora Dra. Cláudia Lousada. As verbas estão devidamente cabimentadas no orçamento e mereceram a abstenção vossa e dos vereadores, não me recordo anteriormente isto ter acontecido. Nunca aconteceu nesta Assembleia uma abstenção de todos os membros e um favorável ali do senhor Dr. Fausto. O país e o nosso concelho necessitam que a taxa de desemprego baixe e não me refiro sequer à que existe no nosso concelho. Resumindo, o nosso município tem condições financeiras para criar estes postos de trabalho, sem qualquer problema e necessita deles para a sua atividade ou seja para o bom funcionamento dos serviços. E vocês vão votar contra isto. Senhora Dra. Cláudia Lousada esperava que a senhora votasse favoravelmente este ponto ainda por causa da intervenção que fez há bocado. Não venham a seguir justificar o injustificável com declarações de voto. Ficarão na história desta Assembleia como a bancada que está a favor do desemprego.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Efetivamente a minha companheira a Dra. Cláudia Lousada foi elucidativa no sentido do nosso voto. Da mesma forma também foi afirmativo num sentido e negativo noutra sentido, a afirmação do senhor Joaquim Santos. Porque efetivamente se pretende promover assim tanto o emprego porque não contratar mais mil ou dois mil funcionários para autarquia dada a folga dada a capacidade. Portanto há aqui uma negação da sua própria afirmação. Não estou a brincar mas aquilo que o senhor acabou por dizer, a sua última frase é que me fez vir aqui, “nós querendo o desemprego em Lousada”. Nada mais, ia utilizar aqui um termo mas para não utilizar, desonesto intelectual, não é uma ofensa segundo palavras do senhor vereador. Nada mais desonesto intelectual da sua parte acusar-nos de nós queremos o desemprego dos lousadenses. Isso, de longe, ser o nosso propósito, vem pelo contrário, se há preocupação que atualmente nos deve envolver a todos, tem a ver com a questão do desemprego. Essa sim, é uma brincadeira, que não podemos de todo aceitar.» -----

----- Era duas horas e vinte e sete minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Manuel Joaquim Mota presidente da Junta de Freguesia de Casais. -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ora bem, há uma situação que convém aqui reforçar, que as pessoas inscritas nesse mapa de pessoal só serão contratadas se o governo deixar. Mas pensei que vinham aqui falar no assunto recorrente que costumam trazer aqui dos cartões de militante mas depois do que se passou na última Assembleia, da resposta que tiveram, dos acontecimentos de ordem regional que foram acontecendo, eu percebo nem sequer terem falado no assunto e se calhar nunca mais irão falar nisso. Depois também gostei, particularmente, das palmas, no ponto da ordem anterior, não posso deixar de dizer isso, que bateram ao senhor Ferro depois de ele elencar os princípios da candidatura do Dr. Pedro. Ainda bem que vocês gostaram.» --

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Dr. eu não sei que mais hei de dizer. Sinceramente, eu não o caracterizei pessoalmente e o senhor Dr. sabe disso. O senhor Dr. coloca-se muitas vezes numa posição que eu sei que é ingrata, porque é a única pessoa desse grupo parlamentar, que está aí para levar com as balas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Eu às vezes não sei se é o pistoleiro como diz o Dr. Pedro ou se é a pessoa que leva com as balas, que eu não sei como se chama lá no CSI. Eu vou-lhe só dizer uma coisa, porque aquilo que o senhor Santos disse, não é para ser dito a rir, nem com o tom sarcástico com que cá veio. E mais uma vez não me estou a referir a qualidades pessoais, estou-me a referir a um ato concreto que se passou nesta Assembleia. E não tenho de o caracterizar pessoalmente, até porque nós fora deste âmbito não nos damos, eu nem o conheço fora deste âmbito. Portanto estamos a falar de si politicamente e estamos como é óbvio a falar do seu discurso político. O senhor entenderá o que quiser mas desde já lhe digo, não se vitimize tanto, não é preciso, eu não sou um bicho papão ou um lobo mau. Vou-lhe só dizer uma coisa, o Senhor Santos tem razão numa coisa, quem me dera a mim que a autarquia de Lousada tivesse competências por lei e as freguesias tivessem competências por lei, e o senhor sabe, que o PSD tem uma proposta para isso. Foi o PSD que propôs que as autarquias deviam ter área ocupacionais para pessoas desempregadas, mas não vou entrar nessa matéria. Quem lhe dera a si que a Câmara e as Freguesias tivessem competências para empregar pessoas, para fazer trabalhos de âmbito público e a compensar aquilo que recebem de pensões sociais. Oxalá nós tivéssemos capacidade financeira para isso. Mas vou-lhe dizer mais, enquanto essa Câmara tem vontade e projetos e precisa de pessoas e precisa de os contratar, o governo do seu partido prepara-se para despedir quase cinquenta mil pessoas. E é o mesmo governo que tem nas suas previsões apenas o aumento de um por cento do desemprego. Eu vou convidá-lo mais uma vez politicamente e sob pena de não ter de utilizar a expressão, intelectualmente desonesto, convidá-lo a fazer o cálculo de quanto resulta em percentagem na taxa de desemprego, se enviarmos cinquenta mil pessoas, como o governo se prepara para fazer, para o desemprego. Não faça aqui tons sarcásticos politicamente porque vai haver para o próximo ano muito desemprego, muitas lágrimas. Não foi em vão que eu falei aqui no orçamento de dois mil e treze, é que se a situação já está complicada, ela vai ficar pior. O desemprego não é uma situação puramente quadrangular ou retangular, o desemprego traz criminalidade, traz fome, traz treze mil crianças para já a passar fome. Sabe senhor deputado, não seja sarcástico. Quem nos dera a nós e a todos concelhos vizinhos poderem contratar muita gente.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Muito telegraficamente e permitindo-me dirigir ao Dr. João Correia. Sei que andaste no seminário mas não vale a pena porque não vais converter aqui o nosso amigo Carlos Nunes para o lado da razão. Mas basicamente quero destacar que grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

parte dos lugares que estão previstos, a despesa respetiva é assegurada pelo ministério da educação, no fundo é uma despesa que depois tem do lado da receita a respetiva compensação, é nula. E é o grosso das contratações são essas. Depois não há propriamente lugares novos, há sim a necessidade de preencher lugares que foram em tempos ocupados através de contratos a termo. Portanto a necessidade continua, sem recursos humanos nós não conseguimos intervir, quer seja na área social, quer seja nas áreas mais operacionais de obras, tem havido todos os anos a redução de pessoal com as aposentações. Portanto há necessidade de preencher essas lacunas, se queremos manter a mesma bitola de funcionamento. Como disse também e bem o Nelson, isto depende da aprovação do governo. E queria reforçar aqui uma ideia que ajuda a ficarmos todos muito mais esclarecidos. É que ainda assim a despesa com pessoal vai diminuir, seria irresponsável da nossa parte, se temos condições para contratar estas pessoas, se temos necessidade e se ainda assim vamos diminuir a despesa de pessoal, seria completamente irresponsável não o fazer. Queria por fim dar nota que para além destas contratações, fazemos sempre todos os anos, solicitações ao centro de emprego para os programas ocupacionais, sei que algumas Juntas também o fazem e bem, que é para permitir a muitos desempregados que tenham a sua ocupação na Câmara Municipal. Com isso recebem uma pequena compensação e o subsídio de alimentação, para eles é um extra importante e para nós também é porque é uma forma de colmatar algumas necessidades. É um trabalho que tem sido muito profícuo, pena é, que as regras conforme estão formatadas nos impeçam de renovar esses contratos. Passa gente muito válida por esses programas ocupacionais e gostaríamos muito de contar com a colaboração de alguns ou pelo menos prolongar essa colaboração e não tem sido possível porque os programas não o têm permitido. Eu espero que a lousadense que foi recentemente nomeada para o centro de emprego de Penafiel possa também fazer chegar a quem de direito, à tutela, esta oportunidade, era bom para os desempregados e também para o estado, porque é uma forma de manter em atividade e em contacto com o mercado de trabalho, estes desempregados.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2013, conforme estabelece o nº 3 do art.º 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro adaptado pela alínea a) do nº 2 do art.º 3º do Decreto - Lei nº 209/09 de 03 de setembro, conjugado com a alínea b), do nº 2 do art.º 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número quatro foi aprovada por trinta votos a favor, cinco contra dos seguintes membros: Ricardo Jorge Oliveira, Carlos Manuel Nunes, Cláudia Patrícia Lousada, Maria Emília Chamusca, Joaquim Bessa e três abstenções dos seguintes membros: Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves e José Augusto Campos de Barros -----

----- Com declaração de voto do senhor José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “É uma simples explicação para a minha abstenção, porque em primeiro lugar sou intelectualmente honesto para comigo próprio, quando não domino em absoluto uma situação, quando vejo na minha óptica que há argumentos a favor e há argumentos contra, não posso de maneira nenhuma tomar qualquer posição que não seja a abstenção. Aliás, toda esta problemática se vem arrastando e dá origem inclusivamente a situações que eu lamento, tipo de linguagem, posições, e não faço distinção entre nenhuma das partes. Portanto a razão da minha abstenção.” -----

----- Era duas horas e quarenta e um minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Moisés Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de ordem -----

----- SÉTIMO PONTO - Aprovação do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal; -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Esta lei estabelece que os municípios têm de aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas aos critérios por esta previstos, até trinta e um de dezembro de dois mil e doze. Como o partido comunista português na Assembleia da República teve a oportunidade de denunciar o período de discussão na generalidade e também na especialidade, esta lei tem um único objetivo reduzir o número de dirigentes da administração local, através de critérios exclusivamente quantitativos, desajustados da realidade concreta de cada município e das necessidades das respetivas populações. Para satisfazer o compromisso assumido com a *Troika*. O único critério adotado para a determinação do número de dirigentes, por municípios, está diretamente relacionado com a população, escamoteando aspetos como o número de trabalhadores por serviço ou a dimensão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

territorial. O governo decidiu ainda introduzir mais uma variável, associada às dormidas turísticas, como se o seus impactos fossem tão exigentes como os da população residente. A maioria dos municípios terão somente um ou dois chefes de divisão para acompanhar as áreas tão distintas e específicas como, financeira, recursos humanos, tratamento de águas, acessibilidades, espaços verdes, manutenção urbana, urbanismo, educação, desporto ou cultura. É evidente, a impossibilidade de um dirigente dirigir com qualidade e eficácia tantos serviços ao mesmo tempo, com características tão diversificadas. Está bem patente que um dos objetivos é degradar a qualidade técnica da direção de serviços de organização e planeamento de trabalho. Embora surja de uma forma encoberta a par de uma redução cega do número de dirigentes da administração local, pretende-se que as câmaras municipais procedam a uma nova reorganização da sua estrutura orgânica, adaptando os serviços municipais ao número de dirigentes. O resultado final será a redução de serviços municipais, o que tem implicações diretas na prestação de serviços públicos às populações. Os municípios penalizados são exatamente aqueles que têm privilegiado a administração direta dos serviços municipais e que exercem diretamente as suas competências, não tendo optado pela esterilização, como é o caso de Lousada. Por esta via, para além, de incapacitar a intervenção dos municípios e degradar os serviços públicos, o governo pretende criar as condições para justificar o caminho da privatização de um conjunto de serviços prestados pelas autarquias, apetecíveis aos grandes grupos económicos e que a esmagadora maioria se encontra na esfera pública. No período de discussão da lei o governo invocou argumentos de possíveis poupanças com a redução de cargos dirigentes locais para manipular induzir em erro as populações. Esquecendo-se ou fazendo-se esquecer que a generalidade dos dirigentes são funcionários públicos, pelo que caso exista o cargo de dirigente, estes trabalhadores de carreira de técnico superior, regressam ao seu posto de trabalho auferindo a remuneração referente à sua carreira. Fica assim demonstrado que o argumento de poupança não colhe esta análise, pois mesmo que exista poupança, esta é uma poupança residual. E penso que este seja o caso de Lousada, não tenho propriamente conhecimento mas penso que sim. Esta lei imposta pelo governo e com o apoio do PSD, CDS e também com a votação do PS, contra a opinião da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dos autarcas e dos trabalhadores da administração local, constitui uma afronta à autonomia do poder local democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Mais uma vez o governo trata as autarquias como um serviço de tutela direta da administração central, gerindo diretamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

em matérias que se enquadram na autonomia do poder local democrático. Neste quadro cabe aos órgãos do governo próprio, do município criar a estrutura orgânica mais conveniente à realidade do respetivo município, considerando as suas especificidades para intervir e responder adequadamente à necessidade das suas populações. A concretizar-se a aplicação desta lei no terreno, ela desfere de um duro golpe no poder local democrático, reflete uma concessão de democracia claramente amputada e não permite a adoção de soluções singulares para cada realidade concreta, significa um forte retrocesso na diferenciação técnica da direção do trabalho com consequências negativas na prestação dos serviços públicos.»

----- Era duas horas e quarenta e três minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Filipa Maria Ventuzelos -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas uma referência para o facto, deste regulamento decorrer e da necessidade de agora todos os anos vir á Assembleia Municipal, e decorre precisamente, enfim, destas indicações e desta reforma da administração. Efetivamente a Câmara municipal apresenta-nos este regulamento de organização e estrutura dos serviços e estrutura orgânica flexível dos serviços municipais, mas eu gostaria apenas de fazer uma observação, quem percorreu a leitura de todo este documento verifica que em todo o documento, há apenas duas referências às Juntas de Freguesia. Uma está no artigo décimo segundo da divisão municipal da rede viária e mobilidade, alínea i) desenvolver projetos sinalização para o concelho em articulação com as Juntas de Freguesia, depois há uma segunda referência, secção de apoio administrativo ao DMOA, na alínea p) em que de facto faz uma referência às Juntas de Freguesia. Nós vamos abster-nos relativamente a este regulamento. Efetivamente é o regulamento da Câmara municipal, nós se fossemos executivo apresentaríamos um regulamento bem diferente deste. Desde logo e esta sempre foi a afirmação do projeto da coligação “Lousada Viva”, desde logo a criação de um serviço de apoio às Juntas de Freguesia, na dependência do senhor presidente de Câmara. Esta sempre foi nossa reivindicação, esta sempre foi a afirmação do projeto da coligação “Lousada Viva” e efetivamente não o verificamos neste regulamento, neste extenso regulamento, que apenas tem duas referências às Juntas de Freguesia. Não temos nada a obstar quanto a isso, é opção do executivo socialista na Câmara Municipal. Se fosse a coligação “Lousada Viva” o executivo na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Câmara Municipal, seria diferente, certamente este regulamento.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Muito rapidamente, eu estou inteiramente de acordo com o que disse o Xavier Pires. Isto vem na senda daquilo que eu há bocado disse, este caminho que o governo está a percorrer, de ataque à autonomia do poder local, é mais uma ingerência do governo nas autarquias locais. Eu acho que o que faria sentido é que o governo impusesse limites em termos de resultados operacionais, financeiros. Depois o caminho que cada um percorre, se é á esquerda, se é á direita, cabe na autonomia do poder local, fomos eleitos democraticamente. Portanto acho que é uma ingerência que não faz qualquer sentido e que demonstra bem o desnorte deste governo. Este dito critério das dormidas não lembra ao diabo. Isto é um autêntico disparate para não dizer outra coisa. Não é difícil de adivinhar que foi alguma pressão política, de algum território muito dependente do turismo. Pelos vistos teve aqui uma forte influência perante o governo. E é triste que assim seja. No caso de Lousada, eu já disse isso noutras Assembleias, nós já há uns anos, logo no início do meu primeiro mandato, fizemos a fusão de quatro departamentos em dois, na altura entendemos que era possível e era viável e havia ali sinergias que se podiam conseguir. E é isso que faz sentido, perante cada realidade tomar decisões consentâneas com essa perceção que existe da realidade. Não é agora vir alguém de fora e dizer: vocês têm de reduzir para o número “x”. Não faz sentido nenhum, faria muito mais sentido definir metas e depois cada um percorria o caminho que entendesse. Quanto à intervenção do Dr. Carlos Nunes, olhe eu nem sabia que fazia referências às Juntas de Freguesia. Não precisava de fazer para obviamente os serviços da Câmara estarem sempre disponíveis para esse apoio. Agora eu sei que vocês gostam muito de nomes pomposos e figuras para isto e para aquilo. Aliás julgo que também têm um serviço de apoio aos vossos presidentes de Junta, só por curiosidade, gostava de saber o que é que vocês tem feito nessa matéria, que apoios têm dado aos vossos presidentes de Junta. De qualquer modo o que eu lhes posso dizer é que o importante para os senhores presidentes de Junta, não é ter serviços de apoio. É terem de facto apoio quando precisam de apoio. É terem recursos financeiros e terem apoio dos serviços da Câmara, quer sejam jurídicos, quer sejam técnicos, quando for necessário. E isso eles sabem que tem sempre as portas abertas, às vezes não é na hora, porque é preciso compatibilizar as diversas necessidades, mas seguramente, que a resposta na medida do possível é sempre dada.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- De seguida foi posta à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, nos termos do art.º 6º do Decreto- Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro conjugado com a alínea n), do nº 2 do art.º. 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro”-----

----- A proposta número cinco foi aprovada por vinte e sete votos a favor, um contra do seguinte membro Francisco Xavier Pires: e oito abstenções dos seguintes membros: Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Joaquim José Bessa, Maria Emilia Chamusca, Claudia Patricia Lousada, Carlos Manuel Nunes, José Augusto Campos de Barros, Ricardo Jorge Oliveira e Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- Com declaração de voto do senhor Francisco Xavier Pires da CDU-Coligação Democrática Unitária: “ A CDU votou contra, não só como membro do partido comunista que apresentou um projeto de lei a revogar a lei na Assembleia da República mas também como dirigente sindical da CGTP, isto tem repercussão nos funcionários, salvo erro em dois funcionários da Câmara, a sua remuneração vai baixar bem como a sua categoria profissional. E como tudo na vida, como toda a gente, ninguém gosta de passar de cavalo para asno” -----

----- OITAVO PONTO - Autorização para atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º grau para o ano de 2013 -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de atribuição das despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º grau para o ano de 2013, nos termos do nº 1 e 2 do art.º 24 da lei 49/2012 de 29 de Agosto” -----

----- Era duas horas e cinquenta e um minuto quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Oliveira -----

----- Esclarecimento do Sr. Vice-presidente: «Só para dizer que é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sequência daquilo que vem sendo feito ao longo dos anos.» -----

----- A proposta número seis foi aprovada por vinte e oito votos a favor e sete abstenções dos seguintes membros: Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Joaquim José Bessa, Maria Emilia Chamusca, Cláudia Patricia Lousada, Carlos Manuel Nunes, José Augusto Campos de Barros e Ricardo Jorge Oliveira -----

----- NONO PONTO – Autorizar a Câmara Municipal a adquirir o imóvel da Empresa Municipal “Lousada Século XXI; -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para adquirir o imóvel designado “Piscinas Municipais”, propriedade da empresa Municipal “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas EM., no valor de €2.155.908,11 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito euros e onze centimos) a ser dado para cumprimento do pagamento da obrigação de entrega do valor de €1.807.186,37 (um milhão, oitocentos e sete mil, cento e oitenta e seis euros e trinta e sete centimos), resultante da redução do capital social já aprovado pela Assembleia Municipal e como consequência da entrega das “piscinas municipais”, o Município ainda terá direito a receber o montante do subsídio ao investimento afeto ao imóvel, no montante do € 90.970,40 (noventa mil, novecentos e setenta euros e quarenta centimos) que se encontra inscrito no capital próprio da empresa, pelo que, no total, o Município de Lousada tem direito a receber a quantia de €1.898.156,77 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis euros e setenta e sete centimos) propõe ainda aquele órgão autorização da alienação do imóvel, propriedade deste município, sito na freguesia de Cristelos, deste concelho, com a área de 45 950 m² descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o nº 78/19880113- Cristelos, e inscrito na respetiva matriz sob o nº 4 a que se atribui o valor de €257.751,34 (duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um euros e trinta e quatro centimos) como forma de compensação à “Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas EM., considerando que o valor total de que o Municípios de Lousada é credor é inferior ao valor do prédio que recebe, de acordo com o estabelecido na alínea i) do nº 2 do art.º 53º da lei nº 169/99 de 18 de Setembro, bem como a concessão da isenção total do pagamento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis previsto no DL 287/2003, de 12/11 (Código dos Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis) que seja devido por esta operação atendendo que a Empresa Municipal “Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas, EM”, tem por objeto social a conceção, construção, gestão, promoção e concessão de equipamentos e instalações desportivas e outros equipamentos coletivos, promoção, realização e prestação de serviços desportivos, recreativos e culturais, a divulgação do património histórico e cultural e criação de estruturas de apoio aos cidadãos mais desfavorecidos e que não obstante a sua natureza empresarial, porquanto goza de personalidade jurídica e tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tem como missão a prossecução do interesse público, de acordo com o nº. 2 do artº. 12º. Da Lei nº. 2/2007, de 15/01 (Lei das Finanças Locais) ” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos.-----

--- Era duas horas e cinquenta e cinco minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- DÉCIMO PONTO: Apresentação das atividades realizadas ao longo do ano pelas comissões de acompanhamento eleitas pela Assembleia Municipal; -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira pela Comissão de Acompanhamento à Construção do Complexo Desportivo de Lousada: «Para ser muito sucinto a reunião foi realizada no dia vinte e um de novembro, esteve presente o senhor Mário Sergio João Ferro, Jorge Simão, Néilson Oliveira e o professor Vilar. Foi dado ponto de situação relativamente ao complexo desportivo por parte do senhor professor Vilar. A procura tem vindo a aumentar dos serviços prestados por esta infraestrutura, neste caso também devido à existência do complexo surgiu a distinção à Câmara Municipal de Lousada pela associação ténis do Porto e pela federação portuguesa de hóquei. Para mais informações e para não ser mais exaustivo a ata já está na posse da presidente da Mesa da Assembleia qualquer coisa podem consultar.» -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires pela Comissão de Acompanhamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do Aterro Sanitário de Lustosa: «A Comissão efetuou a visita no dia vinte e cinco de outubro do corrente ano, acompanhou a visita o senhor vereador Dr. Pedro Machado. Na visita à AMBISOUSA, fomos recebidos pelo senhor engenheiro Pires, o qual efetuou os seguintes esclarecimentos: a capacidade prevista em cada alvéolo, compreende o seu esgotamento entre quatro e seis anos consoantes os resíduos recebidos mas também devido ao seu abatimento, por isso a célula que estava a ser utilizada e que se previa o seu esgotamento até ao final deste ano tem mais capacidade para além das previstas; verificou-se no local e numa altura de forte pluviosidade, os lixiviados estão a ser devidamente direcionados para as lagoas; visitamos o novo alvéolo que já está pronto a receber os respetivos resíduos, tendo uma área de vinte mil metros quadrados, verificamos também no local as novas e respetivas infraestruturas, poços e condutas, que foram recentemente construídas para o tratamento e escoamento dos lixiviados desse novo alvéolo; a existência de uma menor quantidade de resíduos recebidos, esta situação é visível pelo menor poder de compra das famílias e da situação económica que o povo atravessa; visitamos e verificamos as condutas de biogás instaladas nos respetivos alvéolos, assim como também, como os mesmos são construídos, as camadas e materiais que são utilizados na sua base, quer na perspetiva da produção de energia, como no tratamento dos lixiviados, para que não haja fugas para os solos e daí advenha problemas ambientais; um dos problemas existentes e de alguns anos a esta parte é o das gaivotas, que inclusive até um certo e determinado tempo regressavam ao final do dia ao seu habitat natural, o mar, junto à costa, de a alguns meses a esta parte tem encontrado poiso nos telhados das casas e também em algumas unidades fabris próximas do local do aterro, sendo também com esta situação, haja prejuízos nesses telhados e caleiro devido aos seus detritos. Esta situação das gaivotas tem sido colmatada, pontualmente, em especial quando são em elevado número, por um falcão sendo também e como nos foi referido, seria incomportável, diariamente pelo elevado custo dos falcoeiros e também, por haverem poucos e os que existem têm trabalho diário, junto e especialmente nos aeroportos e aeródromos. Foi-nos referido pelo senhor vereador Dr. Pedro Machado, que a Câmara está a perspetivar a instalação de oleões junto dos ecopontos sendo que o óleo dos restaurantes e cantinas já está ser recolhido por uma empresa da especialidade. Da visita à RIMA, fomos recebidos pela Dra. Anabela e pelo engenheiro Celso Rocha que nos efetuaram os seguintes esclarecimentos: houve uma quebra muito significativa especialmente a partir do mês de Julho do corrente ano que foi cerca de trinta e oito por cento no recebimento de resíduos, não só devido ao facto das empresas diminuírem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a sua produção pela situação económica que estamos a atravessar, quer no país e por toda a Europa mas também pelo facto da inauguração de um novo aterro na zona de Valongo que faz com que haja concorrência no setor; visitamos e verificou-se as condutas de lixiviados e os respetivos tanques de tratamento, de salientar que nos foi referido pelo senhores responsáveis pelo aterro que todos os meses são enviados amostras para os serviços camarários e também para serem analisadas pela empresa Águas do Nordeste; verificamos também que foram instaladas bocas-de-incêndio pelo perímetro do referido aterro, junto aos alvéolos, o que é uma mais-valia em termos de precaver o debelar mais rápido de um possível incêndio; as pedras visíveis da estrada e que saíram da construção do novo alvéolo que está pronto a funcionar serão retiradas no futuro para britagem; o problema das gaiotas não é só da AMBISOUSA mas também da RIMA e a sua resolução ou tentativa de minimização segundo um cálculo efetuado pela empresa o seu custo rondaria acima dos quatro mil euros mensais. Desta comissão de acompanhamento estiveram presentes os senhores: Dr. Pedro Machado vereador do Ambiente, os senhores presidentes da Junta de Sousela, Adrião Paulo Sousa Mendes, da Junta de Freguesia de Lustosa, Amâncio Augusto Teixeira dos Santos e eu Francisco Xavier Teixeira Pires membro da Assembleia Municipal eleito pela CDU. Não estiveram presentes os senhor Cristóvão Simão Ribeiro e o senhor José Joaquim Correia Bessa membros desta Assembleia eleitos pela coligação “Lousada Viva”.» -----

----- Intervenção da Sra. Dora Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, pela comissão de acompanhamento da habitação social: «A Comissão de Acompanhamento da Habitação Social reuniu no passado dia dezanove na Câmara Municipal de Lousada. A senhora vereadora Dra. Cristina Moreira, prestou esclarecimentos a todas as questões colocadas pelos membros desta comissão. Fomos informados que nos três empreendimentos habitacionais que a autarquia dispõe, existem atualmente quatro fogos disponíveis para realojamento: um em Cernadelo, um em Lustosa e dois em Meinedo. Destes quatro fogos vagos, um será já utilizado no realojamento agendado para o próximo dia vinte de dezembro. Salientamos mais uma vez a importância do acompanhamento que tem vindo a ser desenvolvido pela divisão da ação social, que visa essencialmente promover a inclusão social das famílias realojadas”.» -----

----- Intervenção da Sra. Cláudia Lousada pela Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: «... E é nesta comissão que estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

integrados os quatro deputados desta Assembleia: o senhor João Ferro, o professor Joaquim Rocha, o Dr. Filipe Barbosa e Cláudia Lousada. Na avaliação do primeiro semestre do ano de dois mil e doze, verificamos que a comissão é detentora de duzentos e onze processos ativos e o motivo predominante é a negligência, sendo seguida pelos maus tratos físicos e psicológicos, no âmbito da violência doméstica, mas já numa percentagem bastante inferior. A comissão alargada está organizada como sabem em três grupos de trabalho: as instituições, a educação e a família. E as atividades desenvolvidas: no grupo das instituições, fizeram-se ações de sensibilização junto de instituições de infância, mas privadas, porque até agora sempre se fez só no público para melhorar a articulação e a sinalização de situações de risco. Fizeram-se também ações de prevenção junto dos jovens, designadamente do grupo do Noisi, no âmbito da segurança e primeiros socorros. O grupo da educação, efetuou uma visita ao estádio do dragão e efetuou várias reuniões com coordenadores e diretores de turma sobre a intervenção da CPCJ. O grupo da família, realizou mais uma vez missa campal que já é a atividade que tem maior adesão e reconhecimento por parte de toda a população. E realizou a palestra “Alimentar a Família”, no espaço AJE. Todas as atividades correram bem, umas com maior adesão e sucesso do que outras, mas quero aqui louvar a envolvimento, a disponibilidade, o empenho dos grupos e da comunidade, tais como as instituições parceiras, as Juntas de Freguesia, as paróquias, as escolas, os escuteiros e todas as outras entidades que colaboraram connosco. Não podia deixar de fazer um agradecimento público e um elogio à dedicação voluntária de elementos que compõem a comissão restrita, que não só lidam com uma componente psicológica e afetiva complicada nas suas intervenções, como efetuam também um trabalho administrativo extremamente burocrático e que exige uma grande disponibilidade.» -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. Nuno Ferreira: «Senhora presidente da Assembleia Municipal, senhor vice-presidente em substituição do presidente da Câmara. O assunto que me traz aqui hoje, não é latas nem corjas, porque esse não é o meu nível, mas sim um assunto demasiado sério e que se chama CPCJ de Lousada. Repito CPCJ de Lousada, não é noutra município qualquer, é mesmo aqui. Por isso espero que seja intelectualmente honesto e objetivo nas respostas às perguntas que lhe vou colocar. No dia quatro de junho, neste edifício, o mano do senhor acompanhado de uma bela atriz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vieram aqui denunciar-me de maus tratos ao meu filho. Fui convocado para aparecer nesta entidade, desloquei-me aqui e aqui estive presente. Acontece que esta entidade para espanto meu, não me leu acusação nenhuma, para espanto meu, não me deixou consultar o processo. Eu pergunto a vossa excelência como reputado jurista desta bela praça se acha isto correto e normal? Mas continuo a minha intervenção com o seguinte, ao não me lerem acusação nenhuma, eu pedi o livro de reclamações para reclamar. Disseram-me que não existe, que eu saiba em Portugal, até uma simples mercearia, deve ter um livro de reclamações. Mas o espanto meu continua acerca disto, assinei um documento em que não autorizei abertura de inquérito por parte desta entidade, exigi que o processo fosse enviado para o tribunal judicial de Lousada, acontece que estamos no fim de novembro e o mesmo processo lá não está. Acha isto correto e normal? Mas para continuar a senda do processo, eu quero dizer a vossa excelência que os meus advogados pediram por escrito a esta entidade a cópia do processo. Acha correto e normal não enviarem cópia do processo? Acha correto e normal não darem resposta, nem recado? Caro Dr. Pedro Machado, respeito muito vossa excelência, se quer saber mais acerca deste processo, acho que é melhor consultar o seu irmão Antonio Alberto Machado Gomes e a sua esposa D. Conceição Fernandes que trabalha no jardim-de-infância de Sub-Ribas e que são cúmplices na montagem deste circo do dia quatro de junho. Na minha terra o povo diz e bem “quem não deve não teme” e eu não devo nada à Câmara Municipal, muito menos temo quem está à frente da CPCJ de Lousada e o pelouro da ação social, em particular. Este caso vai até às últimas consequências, doa a quem doer. Porque não é qualquer artista de meia tigela e sem caráter que brinca com a dignidade do meu filho e com os meus sentimentos.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente. «Eu antes de passar a palavra à minha colega porque esta questão da CPCJ não faz parte dos meus pelouros, queria só dar aqui duas ou três notas. A primeira é que se porventura lhe disseram que não existia livro de reclamações aqui na Câmara, isso não corresponde à verdade. O livro de reclamações está disponível na frente de atendimento. Gostava que dissesse depois quem foi a pessoa que lhe disse que não tínhamos livro de reclamações. O conselho que eu lhe dava é que exponha por escrito o que é que quer ver esclarecido e depois certamente há de ter resposta. Porque também disse que nunca lhe deram recado nem resposta, não sei, acho estranho. Se porventura fez algum pedido de informação com certeza que lhe deve ser dada uma resposta. Quanto a questões técnicas, se tem direito ou não a cópias disto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ou daquilo. Eu não estou por dentro do processo, não sei o que é que se passa, nem tenho nada que ver com isso. Como lhe digo isso é matéria sigilosa, eu nem tinha forma de saber. E o que porventura possa saber a título pessoal não é para aqui chamado. Eu não tenho culpa, se porventura algum familiar meu, cá veio com a sua esposa ou ex-esposa, que culpa tenho eu disso? Não estou a perceber a abordagem que está a fazer. O senhor tem de resolver os seus problemas nos sítios próprios. Se não os consegue resolver no seio familiar tem de os resolver nos tribunais. Mas eu vou passar a palavra à senhora vereadora.» -----

----- Era duas horas e treze minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira -----

----- Resposta da Sra. Vereadora Cristina Moreira: «Terei muito prazer de o elucidar e se calhar ponto por ponto. Embora, pronto faço isso e se calhar a Dra. Cláudia Lousada, se o senhor presidente em exercício lhe quiser dar o uso da palavra também pode corroborar algumas das coisas que eu vou dizer. Neste momento e desde finais de dois mil e nove eu não sou presidente da CPCJ. Se tiver algum tempo disponível eu aconselho-o a ler a lei cento e quarenta e sete que é o regulamento do modo de funcionamento da CPCJ, onde diz que todos os seus membros, incluído o presidente e as pessoas que fazem parte, apenas podem ficar na comissão durante seis anos. Por isso eu saí antes dos seis anos, fazia seis anos em dois mil e dez e resolvi sair em dois mil e nove quando comecei o meu segundo mandato. E ficou na altura a presidente o Dr. Bruno Fernandes que era o meu secretário. Entretanto como estão recordados, houve uma diminuição de psicólogos nas escolas, o Dr. Bruno Fernandes é psicólogo, resolvemos fazer uma reestruturação para acudir às escolas e saiu da CPCJ o Dr. Bruno Fernandes. E está neste momento a presidir a Dra. Inês Cardoso. Por isso eu vou apenas responder como sendo a vereadora que está neste momento responsável pela ação social, que é o serviço que dá apoio logístico à CPCJ. E eu tenho que dizer isto para que todas as pessoas entendam. A CPCJ não é pertença da Câmara, por isso eu peço desculpa ao senhor vice-presidente, mas o uso do livro de reclamações não tem lógica, o serviço não é da Câmara. É um serviço colegial onde a Câmara tem uma responsabilidade acrescida porque recebe a verba que vem da comissão nacional para apoio logístico, nomeadamente espaço, luz, água, consumíveis apoio administrativo e apoio na gestão técnica. Aquilo que a Câmara faz, ao contrário de muitas Câmaras, é ter neste momento alocado á comissão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quatro técnicos a tempo parcial. Por isso a responsabilidade do órgão é do próprio órgão. E o único livro de reclamações que tem, foi aquilo que fez e muito bem, não assinou o consentimento, é essa a reclamação que tem de fazer, o livro é esse e vai o processo de imediato para o tribunal. É um direito que assiste tanto ao senhor Nuno Ferreira como a todas as pessoas. Como é que isto se processa? É muito simples, qualquer pessoa até mesmo sem razão e sem fundamento pode fazer uma queixa. Agora a lei de proteção de menores, a lei cento e quarenta e sete, tem aqui uma precaução muito grande, ao contrário de qualquer outra lei em que não tem de fazer prova, é uma lei que existe para o real superior interesse da criança. Por isso qualquer pessoa, mesmo que seja uma pessoa que queira fazer mal ao vizinho, chatear a ex-esposa, marido pode fazer uma queixa e a queixa até pode ser infundada. O que é que acontece? O pai ou mãe neste caso ou quem olhar pelo menor tem que assinar o consentimento. Assina o consentimento, as técnicas e a tutor do processo vão investigar. Fazem primeiro duas inquirições ou três inquisições às pessoas que estão com a criança, faz uma visita à casa, faz possivelmente entrevistas a quem de direito, professor, catequista, médico. Durante mês e meio sensivelmente, quarenta e cinco dias, faz um relatório. Se no final desse relatório concluir que a queixa foi infundada, chama-se a isto arquivar laminarmente o processo. Mas tem que o fazer porque a lei o obriga. E como sabem e muito bem, dentro destes elementos da comissão está incluído a delegada do ministério publico, está a GNR. Este órgão colegial é que decide o arquivamento laminar. Por isso o que o senhor Nuno Ferreira fez foi assinar o livro de reclamações da CPCJ. Não deixou sequer a CPCJ abrir o processo. O processo transitou de imediato para o ministério público, para o tribunal, e aí, o processo deixou automaticamente de ter qualquer ação com a CPCJ. Por isso neste momento quem está a dever essa resposta não é a CPCJ de Lousada mas sim o tribunal de Lousada. O que eu aconselho já que tem advogados é que peça ao seu advogado para ler a lei. Ele próprio pode pedir para ver o processo no tribunal. Processo que não existe. Porque neste momento o processo tem duas folhas, tem a folha que o senhor assinou e tem a folha da queixa, mais nada. Por isso neste momento o que eu acho é que houve um grande desconhecimento da sua parte. Podia ter vindo aqui um dia qualquer da semana e perguntava-me e eu tinha-lhe respondido.» -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: José Manuel Gonçalves e António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não têm direito à senha de presença porque não esteve presente em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apensa a esta acta e que foi aprovada por unanimidade trinta e três votos. -----

----- Eram três horas e vinte e seis minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
